



BRUNO DIAS SOARES

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS SOB A ÓTICA
BOURDIEUSIANA: UMA META-SÍNTESE**

**LAVRAS - MG
2019**

BRUNO DIAS SOARES

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS SOB A ÓTICA BOURDIEUSIANA:
UMA META-SÍNTESE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Mozar José de Brito
Orientador

**LAVRAS - MG
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Soares, Bruno Dias.

A Construção Social dos Mercados Sob a Ótica Bourdieusiana:
uma meta-síntese / Bruno Dias Soares. - 2019.

114p.

Orientador(a): Mozar José de Brito.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Sociologia Econômica. 2. Campo Econômico. 3. Bourdieu. I.
Brito, Mozar José de. II. Título.

BRUNO DIAS SOARES

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS SOB A ÓTICA BOURDIEUSIANA:
UMA META-SÍNTESE**

**THE SOCIAL CONSTRUCTION OF MARKETS UNDER THE BOURDIEUSIAN
PERSPECTIVE: A META-SYNTHESIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de outubro de 2019.

Prof. Dr. Dany Flávio Tonelli UFLA
Prod. Dr. Daniel Calbino Pinheiro UFSJ

Prof. Dr. Mozar José de Brito
Orientador

**LAVRAS - MG
2019**

*Aos meus pais, Rosa e Messias, e aos meus irmãos,
Sabrina e Samarone. por me apoiarem e
Acreditarem nos meus sonhos,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Uma das principais descobertas de qualquer aspirante a pesquisador da área das Ciências Sociais Aplicadas é o fato de que os fenômenos sociais dificilmente podem ser compreendidos deslocados de seu contexto e de sua trajetória. Da mesma maneira, acredito que o que nos forma enquanto indivíduos é o caminho que trilhamos e as relações que estabelecemos nesse percurso. Por esta razão, neste espaço de agradecimento, me dedico a agradecer não apenas à quem esteve presente nesses últimos dois anos de mestrado, mas também à parte daqueles que me foram importantes durante toda a minha formação.

Não poderia ser diferente: Agradeço primeiramente aos meus pais, Messias Pinto Soares e Rosa Maria Dias. Apesar de não possuírem formação formal e de não compreenderem, muitas vezes, o que significava cursar um mestrado, me apoiaram financeiramente e emocionalmente, oferecendo a mim oportunidades que eles próprios não tiveram e que lutaram muito para poder me oferecer. Agradeço também à minha irmã, Sabrina Dias, que me ensinou a ler e escrever e que sempre me encheu de amor, desde que nasci, se fazendo presente em todos os momentos bons e ruins. Ao meu irmão, Samarone Dias, agradeço por sempre se orgulhar e se interessar por minha vida acadêmica, mesmo à distância.

Na pessoa de Ediléia Mesquita, minha professora de História do Ensino Fundamental, gostaria de agradecer a todos os professores que fizeram parte dos meus primeiros anos de formação, sobretudo a aqueles que se dedicaram a desencadear uma formação crítica e emancipadora em seus alunos. À Jussara Abrantes, que me deu aula de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio, agradeço por ter despertado o meu interesse pelo conhecimento acerca do eu, do outro e da instigante complexidade da relação entre esses dois âmbitos. Não posso deixar de agradecer também à Madu Macedo, amiga, educadora e diretora da Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho, da Câmara Municipal de Pouso Alegre, a quem devo, entre outras coisas, o despertar para a importância da cidadania, da política e da Administração Pública.

São muitos os professores aos quais sou grato por terem transformado minha maneira de enxergar o mundo e colaborado com a formação da minha identidade durante a graduação, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. A formação sólida, crítica e profunda proporcionada pelo curso de Administração Pública tornou mais amena a incursão no mestrado. Direciono esse agradecimento à Prof^a. Dr^a. Aline Lourenço de Oliveira, minha primeira orientadora. À ela, sou grato por ter me ensinado a dar os primeiros

passos na produção científica e por ter compartilhado conhecimentos que me tornaram não apenas um melhor pesquisador, mas também um melhor ser humano.

Da mesma forma, sou grato ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, ao qual submeto esta dissertação. Agradeço a todos os professores que colaboram para a nossa formação e para a consolidação do programa, por meio da Prof.^a Dr.^a Valéria da Glória de Brito. Em um universo acadêmico no qual, muitas vezes, o ego e a vaidade e sobrepõem ao próprio interesse científico, sempre levarei comigo uma frase dita por ela em uma de suas aulas: “Eu não sou melhor que vocês porque estou aqui na frente. A única coisa que nos diferencia é que eu sou mais velha e, por isso, passei por esse caminho alguns anos antes. Amanhã serão vocês que estarão aqui”. A sua humildade e alegria em compartilhar conhecimento talvez tenha sido um dos meus maiores aprendizados durante este período. Agradeço também ao Prof. Dr. Mozar José de Brito, orientador deste estudo, pelos conhecimentos compartilhados, por ter me apresentado Pierre Bourdieu e por ter tido paciência com todas as intempéries ocorridas durante o processo de construção deste trabalho.

Aos meus colegas da turma 2017/1, agradeço por terem tornado tão mais felizes os meus dias de estudo e de procrastinação. Agradeço especialmente ao Raphael de Moraes, por ter me proporcionado tantas risadas, e ao João Luís de Sousa por toda sua bondade, amizade e companheirismo. Seu apoio foi fundamental. Se em todas as etapas da vida nos deparássemos com pessoas como o João, pelo caminho, certamente o trajeto seria mais florido – com orquídeas. Quando eu penso em me tornar uma pessoa melhor, sempre me espelho nas qualidades do João.

Agradeço também ao Juliano Cougo, mestrando da turma 2018/1 e grande amigo, que me acompanhou desde os anos iniciais da graduação. Sua presença e seu carinho sempre foram importantes e reconfortantes, desde o processo seletivo, passando pela mudança de cidade, até a conclusão desta pesquisa. Fico orgulhoso por assistir seu amadurecimento e por saber que, em breve, sua pesquisa também será defendida. Da graduação, também mantenho com apreço e amor a amizade de Talyta Sousa e Mariana Martins, que sempre se fazem próximas e presentes, mostrando que o que é verdadeiro tende a permanecer. Obrigado por sempre estarem comigo. Agradeço, além disso, a Eduardo Chelles Calian, que esteve comigo durante esse percurso, tornando esta jornada mais feliz e afetuosa.

Em um momento histórico-político de tamanho desprestígio da ciência e da educação, não posso deixar de agradecer também aos políticos e aos gestores públicos que mudaram a vida de tantos brasileiros que, assim como eu, foram os primeiros de suas famílias a terem acesso à formação superior e à pós-graduação, por meio de políticas públicas que

democratizaram o Ensino Superior no Brasil. Por isso, sou imensamente grato a Luiz Inácio Lula da Silva, à Dilma Vana Rousseff e a Fernando Haddad, principais responsáveis pela implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI).

Aos professores Dr. Dany Flávio Tonelli e Daniel Calbino Pinheiro, agradeço por se disporem a compor minha banca de defesa.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasília (CAPES) – Código de Financiamento 001. Portanto, agradeço, por fim, à CAPES pela bolsa concedida durante o período do mestrado.

OBRIGADO.

“The art of losing isn’t hard to master”

(Elisabeth Bishop)

RESUMO

O desenvolvimento científico ocorreu submerso na ideia de que a única maneira correta de se produzir ciência seria através da adoção de abordagens objetivistas, tais como aquelas adotadas pela epistemologia das ciências naturais, independentemente da área científica. Tal equívoco fez com que a teoria social viesse gerando, repetidamente, equívocos teóricos e interpretações artificiais e genéricas sobre a realidade, no processo de investigação de diversos objetos, comprometendo o desenvolvimento científico de campos como o da Economia. A abstração de aspectos sociais na investigação de fenômenos econômicos fez com que a teoria econômica se tornasse cada vez mais distante das Ciências Sociais e de seus objetos, sendo o mercado, um dos objetos mais negligenciados. De modo a estabelecer um contraponto à ortodoxia econômica, diversos sociólogos clássicos desenvolveram estudos voltados para os aspectos sociais dos fenômenos econômicos, tais como Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Mais recentemente, estudos com este intuito ressurgiram no contexto da chamada Nova Sociologia Econômica, por meio outros diversos autores, entre os quais se destaca Pierre Bourdieu. Suas pesquisas possibilitaram, além de uma feroz crítica aos pressupostos ontológicos e epistemológicos da economia ortodoxa, a construção de um rigoroso arcabouço teórico-metodológico para a investigação de fenômenos sociais que permitem resgatar a complexidade esquecida dos fenômenos econômicos. Entretanto, apesar de todo este potencial, a abordagem segue sendo subutilizada, mesmo em uma área carente de pesquisas. Diante disto, esta pesquisa objetiva apresentar a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana para estudos sobre o mercado, de modo a evidenciar as principais tendências e regularidades idiossincráticas do Campo Econômico. Para tal, foi realizada uma meta-síntese da produção internacional que utilizou esta abordagem. Foram identificadas oito investigações. Por meio das análises, emergiram três vias de discussão que possibilitaram a apreensão de propriedades gerais do Campo Econômico: (i) a relação entre o Campo Econômico e o Estado, (ii) a hegemonia do Capital Econômico e (iii) o poder simbólico no Campo Econômico. Em geral, o Campo Burocrático se mostrou como um dos principais influenciadores e norteadores do Campo Econômico, tanto em termos objetivos, quanto em termos simbólicos, o que gera questionamentos acerca da efetiva autonomia e independência do campo. O capital econômico se apresentou como o capital de maior poder em todos os mercados analisados, especialmente por sua capacidade de manipular os demais capitais do campo e de acessar e cooptar o Campo Burocrático em prol dos interesses de seus detentores. Em sua dimensão simbólica, o Campo Econômico se mostra como um ambiente de constante disputa por modelos de representação, classificação e divisão de mundo, seja entre seus próprios agentes, ou seja por influência do Estado, sendo estas disputas profundamente determinantes no processo de construção e reprodução dos mercados. Tanto no processo de apreensão da dinâmica e das estruturas sociais que sustentam um mercado quanto na compreensão e na análise das disputas e conflitos pelo poder que se encontram latentes nessa dinâmica, a praxiologia bourdieusiana se mostra como um promissor arcabouço teórico-metodológico para estudos de mercado, quando respeitados seus pressupostos ontológicos e epistemológicos.

Palavras-chave: Sociologia Econômica. Campo Econômico. Mercado. Bourdieu.

ABSTRACT

Scientific development occurred submerged in the idea that the only correct way to produce science would be through the adoption of objectivist approaches, such as those adopted by the epistemology of the natural sciences, regardless of the scientific field. Such misunderstanding led to social theory repeatedly generating theoretical misconceptions and artificial and generic interpretations of reality in the process of investigating various objects, compromising the scientific development of fields such as economics. The abstraction of social aspects in the investigation of economic phenomena has made economic theory increasingly distant from the social sciences and their objects, with the market being one of the most neglected objects. In order to counteract economic orthodoxy, several classical sociologists have developed studies focusing on the social aspects of economic phenomena, such as Marx, Emile Durkheim, and Max Weber. More recently, studies to this end have resurfaced in the context of the so-called New Economic Sociology, through several other authors, among which Pierre Bourdieu stands out. His research has made it possible, in addition to a fierce critique of the ontological and epistemological assumptions of orthodox economics, to construct a rigorous theoretical-methodological framework for the investigation of social phenomena that allow us to recover the forgotten complexity of economic phenomena. However, despite all this potential, the approach is still underutilized, even in an area lacking research. Given this, this research aims to present the Bourdieusian theoretical-methodological approach to market studies, in order to highlight the main idiosyncratic trends and regularities of the Economic Field. To this end, a meta-synthesis of international production using this approach was performed. Eight investigations were identified. Through the analysis, three ways of discussion emerged that allowed the apprehension of general properties of the Economic Field: (i) the relationship between the Economic Field and the State, (ii) the hegemony of Economic Capital and (iii) the symbolic power in the Economic field. In general, the Bureaucratic Field has proved to be one of the main influencers and guides of the Economic Field, both in objective and symbolic terms, which raises questions about the effective autonomy and independence of the field. Economic capital presented itself as the most powerful capital in all the analyzed markets, especially for its ability to manipulate the other capitals of the countryside and to access and co-opt the Bureaucratic Field in the interests of its holders. In its symbolic dimension, the Economic Field appears as an environment of constant dispute for models of representation, classification and division of the world, either among its own agents, or under the influence of the State, these disputes being profoundly determinant in the process of construction and reproduction of markets. Both in the process of grasping the dynamics and social structures that underpin a market, and in understanding and analyzing the disputes and conflicts for power that are latent in this dynamic, Bourdieusian praxiology is a promising theoretical-methodological framework for market studies, when respecting their ontological and epistemological assumptions.

Keywords: Economic Sociology. Economic Field. Market. Bourdieu.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contexto	12
1.2.	Problema	15
1.3.	Objetivos	16
1.4.	Justificativas.....	17
2	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA.....	21
2.1	A Gênese da Sociologia Econômica	21
2.2	A Nova Sociologia Econômica	22
3	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO: UMA ABORDAGEM BOURDIEUSIANA	28
3.1	Gênese do pensamento bourdieusiano	28
3.2	A Praxiologia Bourdieusiana: Campo, <i>Habitus</i> e Capitais.....	31
3.2.1	O Campo Social	33
3.2.2	O <i>Habitus</i>.....	38
3.3	O Campo Econômico	45
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA	53
4.1	Natureza da Investigação.....	53
4.2	Método da Pesquisa	55
4.3	Esboçando o objeto de estudo.....	59
4.4	Sobre a identificação das investigações relevantes à problemática.....	60
4.5	Quanto a definição dos critérios de inclusão e de exclusão para o refinamento dos estudos identificados	61
5	UMA META-SÍNTESE DE ESTUDOS DE MERCADO.	63
5.1	Uma breve apresentação dos estudos analisados.....	63
5.2	Uma meta-síntese dos estudos de mercado	74
5.2.1	O papel do Estado no campo econômico.....	76
5.2.2	A hegemonia do capital econômico.	86
5.2.3	O Poder Simbólico e o Campo Econômico.....	91
5.2.4	Uma reflexão acerca da adoção teórico-metodológica.....	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

O desenvolvimento dos campos científicos, em geral, ocorreu submerso na ideia de que a única maneira correta e aceitável de se produzir ciência seria através da adoção de abordagens e métodos objetivistas, tais como aqueles adotados pela epistemologia das ciências naturais (SOUSA SANTOS, 2000). Segundo o autor, durante o século XII as discussões acerca dos fundamentos do conhecimento científico se colocaram entre as questões mais fundamentais da Filosofia, fazendo emergir, nos séculos seguintes, uma nova concepção de ciência e de método científico, calcada nos pressupostos do campo da Física e que vieram a se tornar referência de cientificidade tanto para as Ciências Naturais quanto para as Sociais.

Sousa Santos (2000) denomina esse processo como um movimento de dogmatização da ciência, ao qual a Filosofia se submeteu, visando obter legitimidade diante das Ciências Naturais, sendo seguida pelos demais campos científicos que careciam de tal reconhecimento, tais como a própria Sociologia. A ciência moderna passa a ser, então, uma ciência excludente, que renega e anula qualquer viés epistemológico que divirja do hegemônico e qualquer tipo de saber que não passe pelo crivo da razão cartesiana (MORIN, 1982; SOUSA SANTOS, 2010)

Conforme Giddens (2014), Auguste Comte – tido por muitos como um dos fundadores da Sociologia enquanto campo científico – apesar de reconhecer que cada campo possui seu objeto de análise distinto, defendia que o método das Ciências Naturais deveria ser o único utilizado em todos eles. A Sociologia, para Comte, era tida como uma ciência positivista, focada apenas nos aspectos visíveis da realidade e frutos da experiência. Através da observação e da experimentação, seria possível inferir as Leis que gerem os fenômenos sociais e as relações entre eles, de modo a ser possível, inclusive, poder prever acontecimentos futuros (GIDDENS, 2014).

Isto significa, segundo o Adorno e Horkheimer (1985), aceitar a ideia de que a realidade social é passível de uma racionalização cartesiana, de onde emergem axiomas, pressupostos e pressuposições que possibilitam o alcance de deduções, geradoras de explicações para todos os fenômenos sociais, de modo que sempre haverá uma solução objetiva para todo e qualquer problema social, podendo esta solução ser replicada em qualquer lugar e em qualquer época.

Toda esta submissão às Ciências Naturais e à racionalidade cartesiana provocou, segundo Bourdieu (1983; 2001; 2002; 2004), uma corrida em direção a um rigor científico inalcançável, uma vez que este rigor não é compatível com a especificidade das Ciências Sociais e com a complexidade inerente à sua própria natureza, o que exige um conjunto de fundamentos filosóficos e, conseqüentemente, metodológicos genuínos.

Ao incorrer neste erro, conforme o autor, a teoria social vem gerando, repetidamente, equívocos teóricos e interpretações artificiais e genéricas acerca da realidade. Tudo isto coloca a Sociologia como um campo científico ainda em vias de consolidação, não apenas no que diz respeito a um reconhecimento externo de outras áreas quanto ao seu status científico, mas também no que diz respeito aos seus próprios pilares de sustentação internos, conforme defende Bourdieu (2003) “*Science de la science et réflexivité*”.

Esta realidade não é diferente para as áreas científicas pertencentes às Ciências Sociais Aplicadas, tais como a Administração e a Economia. Ainda que a Administração não se debruce sobre objetos prontos e dados, mas sobre realidades socialmente construídas (SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010) e que o objeto de investigação da economia sejam fenômenos imbricados na realidade social e cujas estruturas sejam profundamente sociais, há um predomínio, tanto na Administração (CHALAT, 2000; VIZEU, 2010; SANTOS, 2017), quanto na Economia (BOURDIEU, 2002; SWEDBERG, 2004.; GRANOVETTER, 2007) de bases teóricas elaboradas sob a égide ontológica e epistemológica do positivismo cartesiano.

No que diz respeito à Economia, tal colonização epistemológica é antiga e remete à sua própria fundação. As primeiras elaborações que deram base à Ciência Econômica foram inspiradas pelo modelo biológico, relacionado às Ciências Naturais, em sua lógica de causa e efeito. Mais adiante, por meio de Adam Smith e de sua inspiração na Física, a Economia passou a ser concebida por meio da ideia de forças contrárias, de equilíbrios, de Leis, sistemas de contração e expansão, etc. (HEIMAN, 1976)

Segundo Heiman (1976), as principais premissas norteadoras da ortodoxia econômica decorrente disso podem ser explicadas pela seguinte dinâmica: Na realidade econômica, (i) os indivíduos são essencialmente maximizadores de lucros (*homo economicus*); (ii) em qualquer mercado, as forças de oferta e demanda tendem a se equilibrar (lógica independente dos preços); e que, na busca de interesses individuais, esses indivíduos alcançam benefícios coletivos (teoria da mão invisível).

Apesar de aparentarem englobar o aspecto social – ao incorporar os indivíduos – e até o universo cultural – ao abordar os interesses desses indivíduos –, tais pressupostos apenas buscavam racionalizar tais elementos, por meio de quantificações e leis, tornando-os o mais

previsível possível, o mais passível de modelagem e de cálculo que se pudesse alcançar, desprezando aspectos essenciais à análise de fenômenos sociais, concebendo os indivíduos como criaturas a-históricas (BOURDIEU, 2005a)

Toda essa desconsideração de aspectos sociais na investigação de fenômenos econômicos fez com que a teoria econômica se tornasse cada vez mais distante das Ciências Sociais e, por consequência, distante de seus objetos (STEINER, 2006; ASPERS, DODD, ANNDERBERG, 2015). Um dos objetos que mais passou a ser negligenciado, como aponta Polanyi (2000), foi o mercado.

Segundo Wanderley (2002), a ideia de mercado foi reduzida a uma noção abstrata de determinação de preços resultante de demandas por eficiência, completamente deslocada do universo social, de suas estruturas e das práticas sociais que o constituem. Para Polanyi (2000), a ideia tradicional de mercado é voltada para si mesma e para seus próprios motivos, de modo que crença e a aceitação social nesta ideia, segundo o autor, fez com que a sociedade se tornasse refém de modelo equivocado e passasse a organizar toda a vida social em torno dele.

De modo a estabelecer um contraponto à ortodoxia econômica e a resgatar as raízes sociais da Economia, passa a surgir, então, no contexto da Sociologia, estudos voltados para os aspectos sociais dos fenômenos econômicos (FLINGSTEIN; DAUTER, 2012), empreendidos por autores clássicos como: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, cada qual, com seu objeto específico, mas todos eles visando compreender os impactos da economia na sociedade e da sociedade sobre a economia.

Somente a partir da década de 1980, no entanto, esses estudos começaram a efervescer entre os pesquisadores acadêmicos, por meio da chamada Nova Sociologia Econômica. Para eles, toda a tradição proveniente da Economia Clássica e dos estudos posteriores, pertencentes a teoria econômica tradicional, tendem a não considerar a natureza profundamente social dos fenômenos econômicos, analisando-os apenas em seus aspectos objetivos, materiais e funcionalistas, de modo que a apreensão da realidade se torna bastante parcial e comprometida, e, por vezes equivocadas, gerando teorias infundadas e, nas palavras de Bourdieu (2005), fazendo leituras que tornam os indivíduos espécies de, monstros antropológicos, reféns de teorias econômicas que, ao invés de ampliar o conhecimento sobre a realidade, a engessa.

Seguindo a tradição de crítica a ortodoxia econômica iniciada pelos autores clássicos, os autores desta abordagem foram responsáveis pelo desenvolvimento de um conjunto de teorias que visava estabelecer explicações para os fenômenos econômicos, a partir dos

elementos sociais, tanto contrapondo-se às teorias econômicas e aos seus pressupostos, assim como apresentando perspectivas complementares a ela (SWEDBERG, 1987; 2004).

Um dos principais objetos de pesquisa dos autores desta abordagem é o mercado. Dentre seus pensadores, o que mais se destacou e que apresentou profundos estudos sobre a economia e o mercado, por meio da construção de um rigoroso arcabouço teórico-metodológico e de um quadro de referências para a investigação de fenômenos sociais, foi Pierre Bourdieu (SWEDBERG, 2011), sociólogo francês, considerado um dos principais pensadores contemporâneos (WACQUANT, 1992).

Por meio da chamada “Sociologia dos Campos Sociais” – com os conceitos de campo, *habitus* e capital – e de seus estudos sobre o denominado “Campo Econômico”, partindo da elaboração de uma ferrenha crítica aos pressupostos ontológicos e epistemológicos da economia ortodoxa, Bourdieu buscou elucidar o quanto os mercados são constituídos socialmente, conforme sua trajetória histórica e contexto presente, por meio das relações entre os agentes econômicos, que disputam elementos que garantem o poder sobre os demais agentes, assim como o domínio sobre todo o mercado (RAUD-MATTEDI, 2005).

O autor defendeu também, que cada mercado possui uma lógica particular e distinta, que orienta as ações individuais e as próprias relações existentes, produzindo práticas mercadológicas dotadas de regularidades e especificidades (BOURDIEU, 2002). Tudo isso, segundo o autor, torna possível a apreensão das estruturas objetivas e subjetivas que constituem a realidade idiossincrática de cada mercado, possibilitando a produção de um conhecimento legítimo e real acerca dele, ao contrário daquele produzido pela ortodoxia econômica (BOURDIEU, 2005).

Além desta realidade idiossincrática, única, pertencente ao objeto investigado, Bourdieu (1996b) defende também a possibilidade de se apreender lógicas pertencentes a campos da mesma natureza, de modo que, ainda que se varie o objeto, em si, também seja possível estabelecer propriedades gerais do campo ao qual ele pertence, por meio da reincidência de investigações sobre ele, de modo que se é dada a possibilidade de apreender não apenas o modo pelo qual um mercado específico se comporta, mas também estabelecer compreensões gerais sobre o campo econômico.

1.2. Problema

Ao trazer de volta para as investigações econômicas as estruturas sociais da economia – título de um dos seus livros – Pierre Bourdieu retoma também a complexidade dos

fenômenos econômicos, que outrora haviam sido reduzidos e simplificados ao extremo. Incorporar esta complexidade ao trato científico é uma tarefa tão complexa quanto a realidade que ela busca apreender, o que significa que empreender pesquisas com estas abordagens exige uma compreensão não apenas teórico-metodológica dela própria, mas também de suas bases epistemológicas que são, segundo o próprio autor, um tanto quanto híbridas (BOURDIEU, 2000), além de esforços físicos, intelectuais e financeiros para a realização de pesquisas, geralmente, longas.

Talvez, por esta razão, e por não ser esta uma abordagem hegemônica, a praxiologia social desenvolvida pelo autor segue sendo pouca e inadequadamente utilizada (WACQUANT, 1992), inclusive em estudos econômicos (SWEDBERG, 2011), impedindo assim o seu aprofundamento e a sua sofisticação, além de a manter em um espaço de subaproveitamento, mesmo em um contexto profundamente carente de pesquisas desta natureza.

Diante deste escasso uso e das poucas discussões acerca delas e para além das teorias já construídas pelo autor, a seguinte questão se faz necessária: De que modo são conduzidas as investigações que adotam a perspectiva bourdieusiana e cujos objetos são os mercados e para quais tendências, em relação ao Campo Econômico, apontam seus resultados?

1.3. Objetivos

Almejando responder à questão anterior, esta pesquisa tem por objetivo geral apresentar a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana para estudos sobre o mercado, de modo a evidenciar as principais tendências e regularidades idiossincráticas do Campo Econômico. Mais especificamente, pretende-se:

- a) Apresentar e discutir a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana e sua aplicação em investigações de objetos relacionados à Economia;
- b) Identificar pesquisas que utilizaram esta abordagem no estudo de mercados;
- c) Identificar quais artifícios metodológicos foram utilizados nesses estudos;
- d) Apreender e identificar as propriedades gerais do Campo Econômico, e;
- e) Refletir acerca da pertinência desta adoção, de seus limites e de suas potencialidades.

Além dos motivos já delineados intuitivamente pela própria trajetória e pelo atual contexto desta problemática, é importante elucidar e descrever melhor o que torna pertinente

investigar este fenômeno, assim como a plausibilidade da perspectiva contemplada pelo problema estabelecido e pelos objetivos apresentados.

1.4. Justificativas

Esta pesquisa se justifica devido à sua relevância teórica, científica e gerencial, que será melhor descrita abaixo.

Em termos teóricos, é importante ressaltar que a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana, apesar de toda sua riqueza, é considerada pouco adotada, e, mesmo quando se intui adota-la, os pesquisadores tendem a realizar a adoção apenas de conceitos isolados e desarticulados, o que vai à contramão da própria proposição (WACQUANT, 1992). Sieweke (2014) corroborou esta tendência na área dos Estudos Organizacionais e em Gestão, por meio de uma revisão sistemática de literatura de estudos que a adotaram nesta área.

No que diz respeito a adoção da perspectiva bourdieusiana aplicada a estudos sobre o mercado, esta utilização é ainda mais escassa (SWEDBERG, 2011). Tanto na produção acadêmica nacional, quanto na internacional, trabalhos que utilizaram a abordagem são escassos e incipientes. Em uma busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por meio das palavras-chave Bourdieu, Economia e Mercado, em todos os campos de pesquisa e em todos os anos disponibilizados, foram encontrados apenas nove pesquisas que utilizaram a abordagem: Mazon (2005), Darbilly (2007), Souza (2009), Caetano (2010) Lisboa (2013), Redin (2015), Catete (2016), Sanábria (2016) Freiras (2018). Nenhuma dessas, no entanto, foram provenientes de programas de pós-graduação em Administração.

Nas bases internacionais – como será demonstrado nos resultados desta dissertação – há também uma carência de estudos utilizam integralmente as articulações entre os conceitos de Campo, Capital e Habitus, para analisar o campo econômico, e, mesmo entre aqueles que se propõem, confirma-se a tendência à utilização parcial e desarticulada. Além disso, muitos deles, apesar de investigarem mercados e utilizarem referencial bourdieusiano, constroem seus objetos com enfoques que os aproximam mais de outros campos que do Econômico, tais como os trabalhos envolvendo a indústria gráfica, com enfoque no Campo Literário.

Por esta razão, a rara utilização da abordagem impede sua corroboração e o seu aperfeiçoamento teórico, o que só pode ocorrer por meio de seu confronto com os objetos investigados e por meio da reflexão sobre sua utilização, algo já previsto e tido como necessário pelo próprio autor (BOURDIEU, CHAMBOREDON; PASSERON, 2004). Desta

necessidade e deste caminho de aperfeiçoamento teórico-metodológico levantada por Bourdieu (1996), emerge a justificativa científica não apenas do conteúdo desta dissertação, mas também da escolha de sua forma: uma dissertação teórica.

Antes de retornar à fundamentação teórica desta justificativa científica, faz-se necessário discorrer brevemente acerca do caminho percorrido por esta pesquisa. Inicialmente, o objetivo do projeto que resultou nesta investigação era o de empreender uma investigação empírica, no contexto de um mercado específico – o da cachaça artesanal de alambique – contudo, estando desenvolvido o projeto, percebeu-se que, devido às limitações de tempo relacionadas à conclusão do Mestrado, não seria possível alcançar a maturidade teórica exigida por esta abordagem antes de se ir à campo, assim como também não haveria o tempo hábil necessário para se estar em campo desenvolvendo a pesquisa, em razão a amplitude de esforços que seriam necessários para apreender a construção social deste respectivo mercado, por meio de seus inúmeros atores.

Percebeu-se então, a possibilidade de transformar esta limitação, aliada ao desuso da praxiologia bourdieusiana para estudos de mercado, na própria finalidade deste estudo: se não é possível ir a campo e utilizar este arcabouço teórico metodológico, é plausível torna-lo, em si mesmo, parte de um objeto de estudo, visando o amadurecimento teórico do autor desta dissertação e o aprofundamento do próprio arcabouço em uma área ainda incipiente.

Bourdieu, neste sentido, não é inexorável a respeito de suas teorias. Muito pelo contrário, eles as submete constantemente às revisões e convida seus leitores a também o fazê-lo. O desenvolvimento dos conceitos que formam sua praxiologia foi conduzido por meio de esforços teóricos e empíricos que permitiram não apenas a sua criação, mas também o seu aperfeiçoamento. Tal amadurecimento foi fruto da aplicação destes conceitos nos diversos e longos estudos conduzidos pelo autor e que se encontram apresentados em sua obra.

A construção e a transformação desses conceitos são descritas por Bourdieu no decorrer de inúmeros desses trabalhos, assim como neste trecho de “As Regras da Arte”:

A paciência das aplicações repetidas é um dos caminhos possíveis da “ascensão semântica” (no sentido de Quine) que permite levar a um grau mais elevado de generalidade e de formalização os princípios teóricos utilizados no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos (BOURDIEU, 1996b, p. 208).

A ascensão semântica de Quine, segundo Braida (2013), defende que, mais importante que falar das coisas em si mesmas, é importante que se fale sobre o modo como se fala das

coisas. Neste sentido, Bourdieu acredita que a reincidência das aplicações de sua praxiologia permite a reflexão acerca dela própria. Assim, o autor deixa claro que a replicação de seus conceitos em estudos empíricos foi e é fundamental para a sofisticação e para o aperfeiçoamento dos mesmos.

Em “Para uma Sociologia da Ciência”, Bourdieu (2004) realiza a reconstituição da área científica enquanto um campo social, demonstrando que até mesmo a ciência é uma construção social, que se dá em um contexto de conflitos, determinado por uma dinâmica de poder. Na obra, autor defende ferrenhamente a independência, a autonomia e a ética científica diante das diversas e inúmeras amarras com as quais ela se depara, seja por parte da economia, da política ou do campo simbólico, do qual ele mais discorre.

A respeito desta última amarra, a do campo simbólico, empreendida especialmente pela Filosofia, sua natureza é mais peculiar, uma vez que ela é fruto mais da relação do campo científico consigo mesmo, que de sua relação com outros campos. A crítica que se faz acerca dela é a mesma que ele faz, em outros momentos, também aos economistas ortodoxos: sua atitude escolástica, postura relacionada à submissão cega e inquestionável da realidade às teorias, de modo que, no trato científico, tais teorias se tornam mais importante que a própria realidade, levando a uma série de equívocos teóricos e práticos (BOURDIEU, 2004).

Trazendo então para o debate a importância da reflexividade científica, Bourdieu (2004) convida o pesquisador a submeter a ciência ao crivo crítico de sua praxiologia, de modo a desvelar essas amarras e a evitar os equívocos citados:

A reflexividade é um meio particularmente eficaz de reforçar as hipóteses e de aceder à verdade ao reforçar as censuras mútuas e ao fornecer os princípios de uma crítica técnica, que permite controlar de forma mais atenta os fatores suscetíveis de alterar o sentido da investigação. Não se trata de procurar uma nova forma de saber absoluto, mas de exercer uma forma específica de vigilância epistemológica (BOURDIEU, 2004 p. 124).

A reflexividade possibilita, entre outras coisas, que o pesquisador tenha, não apenas uma consciência de si e da posição que ele ocupa, enquanto investiga uma realidade, mas também o convida a não se apaixonar ou se tornar refém de suas próprias teorias, colocando-as sempre em um espaço de questionamento e de confronto com a realidade, de modo que ela não se distancia dela e, sobretudo de crítica.

Até aqui, ficou claro que o autor convida aos demais pesquisadores a aperfeiçoarem o seu arcabouço teórico-metodológico, por meio de sua utilização, e que ele considera imprescindível para a construção científica uma postura reflexiva e crítica diante de suas

próprias teorias, mas ainda resta uma questão: a reincidência ou a replicação de estudos que levam a sua sofisticação não estaria vinculada somente a aplicação empírica da mesma? Esta dissertação defende que não, sob dois pontos de vistas.

Em primeiro lugar, analisar trabalhos empíricos que utilizaram a praxiologia e se debruçaram sobre realidades complexas permitem um contato indireto com essas realidades e um olhar externo para a aplicação teórico-metodológica, o que permite analisar esta aplicação e toma-la como objeto. Em segundo lugar, dadas as propriedades gerais compartilhadas pelos campos que possuem objetos de uma mesma natureza (seja ela Econômica, Política, Burocrática, Acadêmica, Literária, Esportiva, etc.) – questão que será melhor delineada nas próximas seções – analisar diversos estudos pertencentes ao campo econômico permitirá uma sofisticação teórica a respeito das propriedades deste campo. Assim, considera-se justificado dentro da própria ótica bourdieusiana o conteúdo e a forma desta investigação.

Concluída a justificativa científica, resta a justificativa gerencial. Este estudo também se justifica por esta via. Apesar de seu objeto ser a teoria em si mesma e não um mercado específico, ao gerar um avanço em termos teóricos-metodológicos, seus resultados colaborarão para o melhor desenvolvimento de pesquisas futuras no contexto do campo econômico, de modo que, indiretamente, poderá fazer com que estas pesquisas construam melhores resultados. Além disso, ao buscar apreender as idiosincrasias deste campo, ela permitirá uma melhor compreensão dos objetos econômicos, de modo a se construir estratégias e práticas de gestão mais coerentes e próximas da realidade.

2 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

2.1 A Gênese da Sociologia Econômica

O desenvolvimento científico, em geral, evolui junto a crença de que o único modo aceitável de se produzir ciência seria por meio do positivismo, modo de ser das Ciências Naturais (CARIA, 2007). Tal crença fez com que até mesmo as Ciências Sociais fossem povoadas por uma espécie de submissão à racionalidade cartesiana, de modo que, em busca de alcançar um rigor científico incompatível com a complexidade de sua própria natureza, a teoria social vem gerando repetidamente equívocos teóricos e interpretações artificiais e genéricas acerca da realidade (BOURDIEU, 1983; 2001; 2002; 2004)

No que diz respeito a Teoria Econômica, a colonização por parte do positivismo também é uma realidade. Segundo Steiner (2006), a demasiada objetividade e o culto à técnica, à previsibilidade e à calculabilidade, presentes no *mainstream* da teoria econômica, fizeram com que os aspectos sociais passassem a ser desconsiderados da análise dos fenômenos econômicos, o que causou uma separação entre a teoria econômica e as Ciências Sociais, além de um distanciamento da própria realidade. Aspers, Dodd e Anderberg (2015) consideram que este abismo foi fruto da especialização metodológica, da abstração conceitual, da modelagem matemática e da exagerada generalização analítica, decorrente de abordagens dedutivas.

Neste contexto, como forma de estabelecer um contraponto à ortodoxia econômica e de resgatar a importância da perspectiva social, surge, no campo da Sociologia, a Sociologia Econômica Clássica. Partindo do pressuposto de que todas as condições da vida material seriam produzidas e reproduzidas por meio de processos sociais, estes autores consideravam inconcebível qualquer esforço científico que buscasse compreender a economia sem levar em conta o seu pertencimento ao domínio social (FLINGSTEIN; DAUTER, 2012). Serva e Andion (2006) apontam como os principais autores desta corrente os próprios autores clássicos da Sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Aspers, Dodd e Anderberg (2015) acrescentam Georg Simmel a este grupo. Segundo eles analisam questões como a divisão do trabalho, os mercados, os estados, as firmas, o dinheiro e troca, além de demarcarem a diferença entre a análise sociológica econômica da análise econômica tradicional, assim como o papel da economia na sociedade.

No entanto, conforme Swedberg (1987), após a Segunda Guerra Mundial houve uma pausa nesses estudos. Segundo o autor, houve uma espécie de setorização, por parte dos

estudos sociológicos, e, por mais que houvesse sobrevivido pesquisas sobre temas específicos da economia, a economia como um todo deixou de ser investigada por sociólogos. Conforme Serva e Andion (2002), os autores deste período se debruçaram mais sobre temas voltados para os impactos da economia sobre a sociedade, assim como as condições sociais necessárias à transformação da economia, sem, no entanto, se preocuparem com a própria lógica econômica.

No início da década de 1980, no entanto, estes estudos voltaram a despontar, por meio, primeiramente, do trabalho de Harrison White e, posteriormente, de Mark Granovetter, sendo este último, o responsável pelo reestabelecimento dos estudos sobre a economia, no contexto da sociologia, a partir de sua adoção do conceito de *embeddedness*, relacionado à análise de redes e instituições, de modo a oferecer uma base teórica inicial para as discussões que estariam por vir (FLINGSTEIN; DION, 2015). Surge assim, a denominada “Nova Sociologia Econômica” (NSE).

2.2 A Nova Sociologia Econômica

Segundo Swedberg (2004), a NSE é composta por um conjunto de teorias que buscam estabelecer explicações para os fenômenos econômicos, a partir dos elementos sociais, contrapondo-se às teorias econômicas e seus pressupostos, ou apresentando perspectivas complementares. Além disso, de acordo com o autor (Iden, 1987), nesse ressurgimento, as críticas presentes nesses estudos não mais se direcionavam apenas a alguns conceitos da Economia, mas ao seu próprio método de análise e aos seus pressupostos basilares. Neste sentido, as investigações passaram a se concentrar no núcleo da Ciência Econômica, o mercado, o que as diferenciam dos estudos prístinos da Sociologia Econômica Clássica (SWEDBERG; 1994, apud RAUD-MATTEDI, 2005).

Ainda que haja tal diferença de enfoque, Steiner (2006) critica o termo “nova” que compõe o nome cunhado por Granovetter – Nova Sociologia Econômica – pois, segundo ele, as raízes da NSE encontram-se na Sociologia Econômica Clássica, de modo que não há uma “nova” sociologia, mas uma sociologia econômica contemporânea, que não rompe, mas dá continuidade às análises da sua predecessora, com o intuito de denunciar o descolamento que a Teoria Econômica possui da realidade.

Segundo Aspers, Dodd e Anderberg (2015), compreender a natureza teórica dos estudos desenvolvidos pela Nova Sociologia Econômica requer o entendimento da própria trajetória dos estudos das Ciências Sociais. Segundo os autores, a teorização da natureza do

ser social e da sociedade, assim como estudos de grande escala, envolvendo longos períodos de tempo, não se encontram mais no enfoque das Ciências Sociais. Para eles, mais do que estabelecer o conhecimento sobre domínios específicos da vida social, os estudos recentes buscam, sobretudo, desenvolver um conjunto de métodos e técnicas que sirvam como “ferramenta” de investigação. Ou seja, não se busca somente explicar ou descrever a realidade, mas, principalmente, estabelecer caminhos para perscrutá-la.

É nesta categoria que se enquadram os estudos desenvolvidos pela Nova Sociologia Econômica, conforme Swedberg (2004). Segundo ele, apesar de não possuir a robustez teórica da Teoria Econômica, a NSE oferece um conjunto de conceitos que tornam mais compreensiva a dinâmica que se dá entre as relações sociais, a estrutura social e a economia, ou, em outras palavras, quais impactos as relações sociais e a estrutura social exercem sobre a esfera econômica.

Enquanto a teoria econômica busca instituir definições sobre os fenômenos econômicos, a NSE preocupa-se em desenvolver conceitos sobre eles (ASPERS; DODD; ANDERBERG, 2015). Entender a diferença entre definição e conceito torna-se, então, importante para compreender esta contraposição. Segundo Zabala (2015), o conceito é uma elaboração viva, em movimento, com limites transponíveis e não estancados, de modo que a descrever uma realidade orgânica, que jamais será integralmente apreensível. A definição, por sua vez, petrifica a realidade, tal como uma fotografia, e a descreve conforme o que esta fotografia a permite ver, sem levar em conta que, segundos antes de a fotografia ser feita, o cenário poderia estar completamente diferente, ou que o entorno não capturado pela lente seja mais relevante que a própria imagem (ZABALA, 2015). Ao almejar estabelecer caminhos e não conclusões, as teorias elaboradas pelos autores da NSE desdobram-se mais em conceitos, que em definições.

Neste sentido, estes autores tendem a recusar definições estabelecer e aplicar sistemas classificatórios aos objetos investigados, de modo a não cristalizar situações particulares e obriga-las a se encaixarem nas tipologias pré-determinadas (THIRY-CHERQUES, 2006). Tal esforço é necessário, segundo Bachelard (1984), uma vez que o pensamento deve atuar no sentido de apreender as características da realidade e as confrontarem com a teoria, de modo a aperfeiçoar a teoria, e não se subjugar a ela.

É importante ressaltar, no entanto, que estes autores e suas respectivas teóricas, apesar de partirem de um mesmo prisma de contraposição, não possuem um ideário harmônico e homogêneo, o que levou ao estabelecimento de diversas interpretações sobre a economia, que, de diferentes formas e sob inúmeras perspectivas, buscam explicar o modo no qual os

elementos sociais influenciam nos fenômenos econômicos, ou, em outras palavras, investigam qual é o papel da dinâmica social na determinação da economia (FLINGSTEIN, DIOUN, 2015, SWEDBERG, 2004; STEINER, 2006, SMELSER, SWEDBERG, 2005).

Os primeiros estudos no movimento da NSE, conforme Aspers, Dodd e Anderberg (2015), tendiam a importar conceitos da teoria econômica, e incorporá-los às suas análises sociológicas, sem questionar efetivamente esses mesmos conceitos. No entanto, a partir do final da década de 1970, houve uma inversão desta lógica. Ao invés de importar conceitos da economia, os sociólogos passaram a incorporar elementos sociais a teoria econômica. Assim, não era mais o raciocínio econômico que orientava trabalhos sociológicos, mas o raciocínio sociológico que passou a orientar os estudos em economia. A partir dos anos, 1980, contudo, o movimento passou a ganhar mais força e os estudos se multiplicaram, ganhando diversas perspectivas e representantes, com mostra Swedberg (2004), ao traçar uma espécie de linha do tempo de sua evolução.

Entretanto, apesar de não haver homogeneidade entre os diversos autores que desenvolveram as “ferramentas teóricas” da NSE, Aspers, Dodd e Anderberg (2015, p. 3, tradução nossa) consideram haver duas proposições fundamentais as quais todos os autores pertencentes a NSE compartilham em suas elaborações: “primeiramente, que a ação econômica está embutida na estrutura social e em outras variantes, como processos políticos e práticas culturais; e, em segundo lugar, que o sistema econômico está embutido na sociedade”. Sendo assim, convém compreender melhor tais pressupostos

Em se tratando do primeiro pressuposto – o fato de a ação econômica estar embutida na estrutura social –, o que ele busca defender é que, para que se compreenda a ação econômica, ou seja, ação dos indivíduos e das organizações, quando estão atuando no âmbito econômico, é imprescindível que se leve em conta todas as variáveis estruturais que atuam no contexto desta ação, sejam elas políticas, culturais, legais, etc. Já conforme o segundo pressuposto – que versa que o sistema econômico está embutido na sociedade – uma outra condição necessária à compreensão dos fenômenos econômicos é a de que se leve em conta a impossibilidade de abstrair o sistema econômico da dinâmica social. A partir desses dois pressupostos, Aspers, Dodd e Anderberg (2015) discorrem ser possível delinear cinco estratégias utilizadas pelos autores da Sociologia Econômica, para investigar a realidade, sendo alguma delas, inclusive, contraditórias e sobrepostas.

A primeira estratégia, bastante vinculada ao segundo pressuposto, é a de não se separar a economia do sistema social, uma vez que, para os autores que a utilizam, os fenômenos econômicos são indissociáveis da realidade social. Isto significa, que essas teorias

consideram que toda a ação econômica está integrada a um conjunto de variáveis que não necessariamente são provenientes da economia, mas que a influenciam diretamente, por meio de uma complexa rede de decorrências. Significa também, para estes autores, que as abstrações que isolam o sistema econômico, por mais que pareçam simplificar os fenômenos econômicos, de modo a torna-los mais compreensíveis, têm como resultado a deturpação dos próprios fenômenos e a corroboração de equívocos.

A segunda estratégia identificada pelos autores é a de considerar a economia como apenas uma das várias dimensões da sociedade, sem nenhum privilégio analítico. Os autores que utilizam desta estratégia não desenvolveram um conjunto de teorias específicas, criadas apenas para explicar a dinâmica econômica, mas, por meio de teorias que abordam a sociedade, como um todo, eles explicam também a dinâmica econômica. A terceira estratégia, por sua vez, ao contrário da anterior, desenvolveu teorias sociológicas visando explicar as idiossincrasias de cada fenômeno econômico, tais como os relacionados ao sistema monetário, ao sistema financeiro, ao mercado, etc., de modo a apreender e interpretar a dinâmica particular de cada um desses fenômenos.

A quarta estratégia trata da questão do *homo economicus*. Ao contrário da concepção estabelecida pela teoria econômica – que compreende o indivíduo como um mero tomador de decisões racionais, isolado, passível de delimitações e descrições exatas –, ela entende o indivíduo com um ser humano complexo, um ser social inserido em um contexto de instituições e de relações sociais, dotado de subjetividade e imerso em intersubjetividades e emoções. Tal estratégia será melhor discutida e ampliada na próxima sessão, quando for apresentada e discutida a abordagem bourdieusiana, uma vez que esta é uma das adotadas por Bourdieu, ao desenvolver sua teoria social econômica.

A quinta e última estratégia identificada por Aspers, Dodd e Anderberg (2015) possui um viés mais integrador. Apesar de não desenvolver uma teoria voltada apenas para fenômenos econômicos, ela também não trata a economia como apenas mais uma variável, mas, busca desenvolver uma teoria geral da sociedade, que englobe e analise detalhadamente os fenômenos econômicos e a sua relação com o todo social.

Aspers, Dodd e Anderberg (2015) também discorrem sobre a existência quatro abordagens, nas quais os estudos da NSE se enquadram ou das quais fazem uso, em maior ou menor grau, no desenvolvimento de suas ferramentas teóricas: a abordagem de redes, a abordagem cultural, a abordagem da organização e a abordagem da performatividade.

A abordagem de redes possui um enfoque maior nas estruturas sociais, por meio da análise dos laços sociais existentes entre os indivíduos e entre as organizações, e das

consequências que esses laços sobre a ação econômica. Para os sociólogos dessa abordagem, a posição em que os atores se encontram, em uma determinada rede ou estrutura, tem relação direta com as ações por ele empreendida. Além disso, conforme Granovetter (1983), as redes de relacionamento que esses atores possuem estabelecem uma dinâmica que repercute sobre os fenômenos macrossociais, de modo que a compreensão da dinâmica social exige não apenas um olhar para as estruturas propriamente ditas, mas também para as relações individuais que determinam esta estrutura.

A abordagem cultural, por sua vez, apesar de não negar a importância da estrutura na determinação dos fenômenos sociais, ela defende que esses fenômenos e estas estruturas estão imersos em um universo cultural que fazem da cultura parte elementar das mesmas. Assim, o fator cultural não deve ser analisado apenas como o plano de fundo ou o contexto desses fenômenos, mas como elemento constitutivo deles, uma vez que por meio dos significados compartilhados, os atores determinam as práticas sociais, transformando ou corroborando a realidade.

A abordagem organizacional não é novidade na Sociologia, mas, no contexto da NSE, as organizações são observadas sob um viés econômico, não no que diz respeito às suas relações externas, mas às suas estruturas e à relação entre as diversas organizações. Conforme Swedberg (2004), estes estudos podem ser subdivididos entre aqueles que analisam a questão da dependência de recursos, por meio da observação das relações de dependência e interdependência entre as organizações e o ambiente; entre os que investigam a ecologia populacional, que estudam o ciclo de vida das organizações, e o chamado Novo Institucionalismo, que estuda o ambiente institucional e os aspectos culturais das organizações, por meio dos elementos sociocognitivos,

A última abordagem é a da performatividade. Estes autores, segundo Callon (2006), defendem a ideia de que a Teoria Econômica, ao invés de buscar analisar e descrever como se dão os fenômenos econômicos, ela exerce um papel de influência que molda a economia. Tal raciocínio não incorre no sofismo de dizer que o primeiro estudioso a teorizar a economia estabeleceu uma fábula e que, desde então, toda a sociedade se comportou de modo a realizar esta fábula, a tal ponto, que a realidade social passou a condizer com ela e que os sujeitos passaram a compreendê-la como natural. De acordo com Fucidji et al (2018), a ideia da performatividade é que a Teoria Econômica estabelece um conjunto de cálculos para determinar a dinâmica econômica, e que se torna refém desses próprios cálculos, de modo que os economistas que atuam nessa dinâmica, são tão obcecados por esses próprios cálculos, que

passam a tentar fazer com que a realidade se encaixe neles, ao invés de interpretar a realidade por meio dela mesma.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO: UMA ABORDAGEM BOURDIEUSIANA

3.1 Gênese do pensamento bourdieusiano

Bourdieu (2000; p. 127, tradução nossa), ao descrever o enquadramento epistemológico de seus trabalhos, diz que os classificaria como uma espécie de “construcionismo estruturalista ou estruturalismo construcionista”. Tal declaração demonstra um esforço presente em toda a obra do autor: o de romper as inúmeras falsas dicotomias pertencentes ao campo da filosofia da ciência, herdadas do positivismo (CASTILHOS, 2015). Segundo Bhaskar (2014), a questão da utilização de abordagens positivistas provenientes das ciências naturais, no trato das Ciências Sociais e da Filosofia, é um tema complexo, antigo e recorrente para a Filosofia da Ciência. Diante disto, compreender o pensamento bourdieusiano requer, inicialmente, compreender exatamente onde se insere esta sua contraposição, para, em seguida, apresentar o que ele propõe como alternativa.

Conforme Motta (1970), em termos gerais, quando fala-se em estrutura, refere-se a dinâmica interna de uma totalidade. Neste sentido, de acordo com o autor, a abordagem epistemológica estruturalista compreende que a compreensão de uma totalidade, ou seja, a construção do conhecimento sobre ela, exige que o pesquisador identifique os elementos que constituem esta totalidade, assim como a inter-relação desses elementos. Trata-se, portanto, de uma análise totalizante e relacional (CHARTIER, 1991). Ela é totalizante, porque considera equivocado analisar isoladamente um ator ou um fenômeno que compõe a totalidade. Ao mesmo tempo, ela é relacional, porque considera que um ator ou fenômeno só pode ser apreendido por meio da observação de sua posição e da relação desta posição com as demais posições ocupadas, nesta totalidade. Ao versar que importam mais as relações, que os elementos, em si, Lévi-Strauss busca realizar uma reconciliação entre a teoria e a prática, de modo que a ciência busque o conhecimento dos fenômenos lógicos, porém, sem tentar abstraí-los da realidade, nem determinar leis inexoráveis sobre eles, visto que “relação” é algo em movimento (THIRY-CHERQUES, 2006).

Em síntese, Lévi-Strauss (2012) apregoa ser importante analisar não apenas o fenômeno e as relações observáveis, mas as estruturas invisíveis e inconscientes que organizam, determinam e sustentam aquilo que se vê; dar protagonismo à relação entre os elementos, e não aos elementos isolados e em si mesmos; apreender estas relações de modo racional e inteligível, ou seja, ancorados, inclusive, na lógica, e não em abstrações sem rigor;

concentrar-se em sistemas de relações presentes, do modo no qual eles se encontram, sem a busca de suas origens históricas e; buscar estabelecer as regras de funcionamento geral desses sistemas.

Já a respeito da abordagem construcionista, Gergen (1985), ao discorrer sobre o construcionismo, o posiciona em um âmbito de superação da dicotomia existente entre os empiristas lógicos, de um lado, e a fenomenologia, de outro. Enquanto a primeira abordagem defendia uma visão sobre a construção do conhecimento baseada em aspectos exógenos da realidade, ou seja, naquilo que é visível, palpável e percebido na natureza, a segunda abordagem concentrava-se na crença de que o conhecimento científico seria produzido, não por meio dos aspectos exógenos da realidade, mas de acordo com as características cognitivas endógenas dos próprios indivíduos, conforme seu modo de assimilar, interpretar e categorizar as informações sobre a realidade (GERGEN, 1985).

Segundo Rosa, Tureta e Brito (2006), o construcionismo vai além de tentar incorporar estas duas perspectivas, mas busca transcende-las. Assim, abandona-se a ideia de que o conhecimento é produto da descrição do mundo real ou das representações mentais dos indivíduos, mas resultado de práticas linguísticas coletivas e compartilhadas (GERGEN, 1985), ou seja, é um produto da ação dos indivíduos, sendo estas delimitadas a um espaço, a uma cultura e a uma trajetória histórica, e influenciadas por aspectos subjetivos e intersubjetivos (SOUSA FILHO, 2007). Toda esta perspectiva faz com que o construtivismo tenha sua centralidade na ideia da linguagem – enquanto prática social – como a força motriz da construção da realidade (BORGES et. al., 2016).

Bhaskar (2014) que, segundo Vandenberghe (2010), é uma das principais fontes teóricas das quais Bourdieu bebe, defende, neste sentido, que o exercício científico não deve buscar por leis universais inexoráveis e indutivas – que analisam o particular, a partir do universal –, por meio da análise dos aspectos observáveis dos fenômenos, mas, antes de identificar estes aspectos visíveis, buscar identificar os aspectos ocultos, que se encontram submersos, no plano de fundo do que é visível. Segundo o autor, isto não significa a impossibilidade de se estabelecer regularidades, mecanismos gerativos ou o menor nível de cálculo acerca do que é social. Para ele, os aspectos contextuais e relacionais também gozam de regularidades que permitem o levantamento de tendências. Ao contrário das leis universais das Ciências Naturais, as tendências não revelam como as coisas são ou como elas sempre irão se comportar, uma vez que elas carregam em si apenas a possibilidade de se realizarem, podendo, na realidade, não serem efetivadas, não serem exercidas e, até mesmo, não serem sequer percebidas (VANDENBERGHE, 2010).

Isto significa, que as teorias e o conhecimento científico, em geral, não podem ser projetados na realidade, durante a investigação científica, diante do fato de que as “Observações são sempre sobredeterminadas pela teoria, e as teorias são sempre subdeterminadas pelas observações” (VANDENBERGHUE, 2010, p. 7), o que significa que a realidade, em si, sempre será maior e mais acreditável que a teoria, de modo que a ciência deve sempre buscar alcançá-la, mas ciente de que jamais a alcançará plenamente. Do contrário, como versa Adorno e Horkheimer (1985) a ciência se torna em um instrumento de manipulação ideológica da realidade, por meio de um esforço obsessivo para reificar o que a teoria tem como verdade

Para delinear esta orientação epistemológica que norteia a elaboração teórica bourdieusiana Vandenbergue (2010), utiliza um esquema proposto por Popper (1975). Segundo ele, o sistema teórico deve ser construído por meio da apreensão das duas dimensões pertencentes a realidade: a empírica e a abstrata. A primeira dimensão, a empírica é a do chamado "mundo real", formada pelo que é observável e dotado de regularidades numéricas. A segunda diz respeito ao mundo da consciência e às disposições comportamentais, ou seja, aquilo que influencia o comportamento dos indivíduos, o *habitus*. Construir teoricamente os fenômenos significa, segundo ele, demonstrar o processo no qual os aspectos invisíveis determinam dialeticamente os aspectos visíveis (VANDENBERGUE; 2010). A elaboração teórica resultado desta relação co-determinante entre as disposições abstratas e o mundo real, no entanto, não deve ser confundida com a lógica platônica em sua concepção do mundo das ideias, uma vez que as apreensões acerca das relações invisíveis são absolutamente ancoradas na estrutura, tal como a estrutura é sustentada e determinada por estas relações veladas (VANDENBERGUE, 2010).

Além disso, conforme Bourdieu (2004) a análise dos fenômenos exige que os fenômenos não sejam observados como um objeto, em si mesmos, mas como resultados de um processo, de uma articulação, sendo este *background* o que deve ser apreendido. De tal forma, o papel do pesquisador é, antes de descobrir “como o fato é” ou “está”, buscar entender “como ele se formou” e “como ele se deu”, o que requer um processo de construção e verificação constante, por parte do pesquisador social (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004).

Outrossim, autor rejeita, de acordo com Thiry-Cherques (2006), a ideia estruturalista que desconsidera a prática dos agentes e nega o determinismo e a estabilidade das estruturas. Ou seja, para Bourdieu, não são as estruturas que determinam integralmente a atuação dos agentes, e tais estruturas não são impermeáveis, podendo ser transformadas pelas práticas. Da

mesma forma, posicionando contrariamente ao construcionismo, o autor considera que os sentidos das ações não residem no indivíduo atomizado, mas na intersubjetividade presente nas relações entre os indivíduos inseridos em uma determinada estrutura social (WACQUANT, 1992). Assim, a abordagem bourdieusiana busca identificar as tramas que substanciam a existência de estruturas sociais. Estruturas essas, que são objetivas e independem da consciência ou da vontade dos indivíduos, mas que não escapam a sua capacidade geradora, de modo que as estruturas possuem uma gênese social, o que significa que são os próprios indivíduos que as criam e que garantem a sua manutenção ou sua transformação (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu (2000, p. 127, tradução nossa) explica, em suas próprias palavras, a compreensão que ele tem acerca dessas duas abordagens – estruturalista e construcionista – e a maneira na qual ele realiza a união desses pressupostos, para desenvolver a sua própria concepção acerca da investigação social e da construção do conhecimento:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem no mundo social, em si, e não somente nos sistemas simbólicos (linguagem, mito, etc.), estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar e coagir suas práticas e suas representações. Por construcionismo, quero dizer que há uma gênese social de uma parte dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação que são constitutivos, que chamo de *habitus*, e, por outro lado, estruturas, que chamo de campos e grupos (...).

Em síntese, trata-se, segundo ele, de um mecanismo dialético, onde, por meio da prática, tanto as estruturas, quanto as representações se constituem e se transformam. Trata-se ainda, de uma noção dinâmica sobre a estrutura que, ao contrário do sincronismo histórico defendido por Levi-Strauss (2012), sustenta-se pela própria construção histórica – diacrônica. Uma estrutura que, conforme Thiry-Cherques (2006), produz ações e que é produzida por elas, que é um resultado híbrido do confronto dialético entre as estruturas mentais dos indivíduos e das estruturas objetivas do mundo real. Esta relação dialética constante é autocondicionada, de modo que ela mesmo cria as regularidades que garantem a sua própria manutenção (THIRY-CHERQUES, 2006)

3.2 A Praxiologia Bourdieusiana: Campo, *Habitus* e Capitais.

Visando oferecer um arcabouço teórico-metodológico que superasse as abordagens dualistas e lidasse com a relação entre estrutura e agência, entre objetivismo e subjetivismo, e

sustentado no primado das relações, Bourdieu desenvolveu a chamada “Sociologia dos Campos Sociais” (WACQUANT, 1992; CASTILHOS, 2015; VALE, 2007; THIRY-CHERQUES, 2006), onde é apresentado, conforme Vandenberghe (2010, p. 21), um “(...) modelo ideal-típico do espaço de relações estruturais (...)” que, por ser genérico, permite sua adoção no empreendimento investigativo dos mais diversos formatos sociais,

Ancorada especialmente nos conceitos de **Campo**, **Habitus** e **Capital**, e na articulação desses conceitos, o autor construiu a sua forma de analisar a estrutura do mundo social e das relações sociais (VALLE, 2007). Segundo a autora, estes conceitos-chave se uniram a diversas outras elaborações e foram retomados em estudos longínquos e dos mais variados temas e áreas da análise social, tais como a Psicologia, a Antropologia, a Etnologia, a Literatura a Economia, a Cultura e a própria Ciência, o que permitiu a o aperfeiçoamento e a reformulação dos mesmos, nos seus mais de 300 estudos. Ainda segundo a autora (VALLE, 2007, p. 2), em seus esforços para “(...) transformar a sociologia numa ciência total capaz de restituir a unidade fundamental da prática humana (...)”, Bourdieu dá a Sociologia uma função crítica, por meio do compromisso de desvelar os mecanismos pelos quais se exerce a dominação, seja ela educacional, cultural, social ou simbólica, promovendo, conforme Thiry-Cherques (2006), o desvelamento das articulações sociais.

Conforme Thiry-Cherques (2007), Bourdieu segue a tradição durkheimiana no que diz respeito a construção do fato social. Segundo ele, para praxiologia bourdieusiana, o primeiro passo ao se iniciar uma investigação é o de construir o objeto que será analisado, por meio de um quadro de referências que permita a realização das análises e das discussões, de modo inteligível, a partir dele, o que garantirá o rigor dos resultados da investigação, assim como a clareza da apresentação das respostas para as indagações da pesquisa (THIRY-CHERQUES, 1970).

Tal quadro de referência não deve petrificar a realidade, mas apresentar seu formato orgânico, delinear suas articulações e sua dinâmica, de modo a organizar a própria teoria, conforme as idiossincrasias do objeto, de modo sistemático, tanto no que diz respeito ao objeto como um todo, como no que tange aos elementos que constituem este objeto e, sobretudo, as relações entre esses elementos (SINGLY, 2002). Por meio dele, deve ser possível identificar tanto os aspectos visíveis da realidade, quanto os princípios ocultos que norteiam a dinâmica invisível que a sustenta (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004).

No que diz respeito ao delineamento da dinâmica destas relações, é imprescindível, conforme Vandenberghe (2010), uma construção holística e integral, de modo que todos os

principais elementos sejam elencados e descritos. Além disso, mais importante que identificá-los e descrevê-los é apresentar toda a trama de relações existentes entre estes elementos. Tal descrição deve denotar a interdependência vital entre eles, de modo a deixar claro que a análise de um elemento isolado do outro jamais poderá explicar os fenômenos relacionados a esta dinâmica social (VANDENBERGHE; 2010).

Além disso, a praxiologia bourdieusiana, ao considerar as relações entre os indivíduos, e possuir uma noção de indivíduos em ação, não analisa o indivíduo estaticamente, mas sim, no exercício de suas práticas (BOURDIEU, 1980). Deste modo, ao invés de utilizar o termo “sujeito”, que indica sujeição, submissão e inferioridade diante de um sistema ou estrutura, o autor opta por denominar o indivíduo como um agente, como um ser que age no mundo e sobre o mundo, cabendo à sociologia investigar o que orienta essas ações (BOURDIEU, 1996a).

Esses conceitos – **Campo**, **Habitus** e, em segundo plano, **Capitais** – só podem compreendidos em conjunto, uma vez que a existência de um está profundamente vinculada a existência do outro, sendo um, o elemento constitutivo do outro, assim como, concomitantemente, causa e consequência, visto que “(...) o campo é idêntico à distribuição de capital e o *habitus* é idêntico ao campo, embora analisado a partir de uma perspectiva diferente (...)” (VANDENBERGHE; 2010, p. 21). Neste mesmo sentido, Wacquant (1992) diz não ser possível separar campo de *habitus*, devido ao fato de que é deste nó conceitual que se desdobram as relações, e se o que se busca compreender são as relações que constituem a realidade, romper este nó é romper com a própria realidade. Tais conceitos, utilizados para a constituição do quadro de referências sobre fenômenos sociais, e suas relações serão apresentados e discutidos a seguir.

3.2.1 O Campo Social

O mecanismo criador do quadro de referências proposto por Bourdieu mina a noção vaga, ampla e abstrata de “sociedade”, substituindo-a pela noção de campo e de espaço social (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Segundo Lanhire (2015), tal como outras teorias, como a Teoria Ecológica, a Teoria dos Sistemas e a Teoria dos Mundos Sociais, A Teoria dos Campos Sociais parte de uma noção de diferenciação da sociedade. Tal concepção, segundo Bourdieu e Wacquant (1992), tende a atender ao fato de que a sociedade é absolutamente diferenciada. Esta hibridéz faz com que a totalidade social, ou seja, a sociedade como um todo não possa ser explicada por uma única dinâmica sistêmica de relações ou por uma única

cultura, mas por um conjunto de unidades sociais, cada qual com autonomia considerável, o que permiti-lhes desenvolver configurações e lógicas de funcionamento únicas e idiossincráticas (BOURDIEU; 1996).

Neste sentido, a ideia de campo social remete à existência de microcosmos particulares, que, em conjunto, formam o universo social, mas que se diferenciam dele (BOURDIEU; 1996). Não são estruturas dadas ou fixas, mas orgânicas, constituídas historicamente pela própria trajetória do campo e pelas relações de poder entre seus membros, podendo esses membros serem pessoas, organizações ou coletividades (BOURDIEU, 2001). Por esta razão, conforme Thiry-Cherques (2010), estas estruturas são impossíveis de serem reproduzidas.

Um campo determina o seu próprio objeto, ou seja, a sua forma de compreender a realidade, a partir de um determinado tema, de modo que é possível delinear campos de diversas naturezas temáticas (BOURDIEU, 1983), como alguns investigados pelo próprio Bourdieu: o campo econômico (2005a), o campo cultural (1996b), o campo religioso (2007a), o campo esportivo (1978; 1984), o campo acadêmico (2003; 2008), o campo político (2011), entre outros. Cada um desses campos possui um conjunto de valores – em termos transacionais – interesses e objetos específicos, além de ser considerado também um espaço de significações (BOURDIEU, 2007a). Apesar de autônomos e idiossincráticos, os campos possuem propriedades universais, e, a partir delas, é possível apresentar sua dinâmica e sua estrutura, por meio dos conceitos de capital, *habitus*, *doxa*, *illusio*, entre outros (THIRY-CHERQUES, 2006).

A *doxa* é uma espécie de senso comum do campo. Segundo Bourdieu (2001, p. 25), “ (...) não há nada mais dogmático que a *doxa* (...)”, ainda que ela não necessite se afirmar por meio de dogmas explícitos. Ela é representada como um conjunto de opiniões e vieses compartilhados, com os quais todos os agentes de um campo concordam e aceitam como certo e fidedigno, ainda que não haja corroboração ética, racional ou científica (BOURDIEU, 2001). Enquanto a *doxa* representa as opiniões, o *nomos* representa as regras e leis gerais de funcionamento do campo: “ (...) Princípio de divisão aplicável a todos os aspectos fundamentais da existência, definindo o pensável e o impensável, o prescrito e o proscrito (...)” (BOURDIEU, 2001, p. 117). Para exemplificar estas leis, o autor dá o exemplo das máximas “arte pela arte”, no campo artístico, assim como “negócios são negócios”, no campo econômico.

Além disso, os campos são dotados e definidos posições objetivas, ou seja, de espaços e papéis a serem ocupados pelos agentes que fazem parte deste campo (BOURDIEU, 2007b),

que são elementos constitutivos fundamentais para sua compreensão. Tais posições não são como cargos burocráticos de uma empresa – apesar de também poder sê-los –, mas apresentam-se como posições de poder (BOURDIEU, 1996). São como alegorias de poder, que quem preenche os requisitos necessários – capitais – para ocupa-lo, pode usufruir deste poder (SWARTZ, 2012).

Deste modo, Segundo Vandenberghe (2010), é importante compreender um campo, a partir das posições existentes neste campo, assim como a partir das relações entre estas posições. É esta configuração que determinará o modo no qual os indivíduos que ocupam tais posições irão agir, por meio do *habitus*, que será apresentado mais adiante (BOURDIEU, 1987). Não é necessário, segundo ele, investigar todos os fenômenos ou acontecimentos de um campo, para delinear estas posições e estas relações, porém é fundamental elencar as posições e relações constitutivas, as mais elementares. Trata-se ao mesmo tempo, de um trabalho de topologia, ou seja, de apresentar as propriedades básicas do campo – as posições –, assim como um trabalho de morfologia, uma vez que apresenta o formato das relações. (VANDENBERGHE, 2010).

No que diz respeito a autonomia inerente aos campos, cabe salientar que ela possui relação tanto com seu ambiente externo, quanto com seu ambiente interno, ou seja, seus membros. Segundo Bourdieu (1983), apesar de a estrutura de um campo ser determinada pelas relações de poder internas ela também não representa a soma das vontades individuais dos agentes que a compõe. A lógica do campo precede a participação dos agentes, e, mesmo quando se fala sobre as posições ocupadas, o que determina as práticas sociais é menos o agente, que a própria posição, em si (BOURDIEU, 1983).

Em termos externos, os campos são autônomos, mas não são absolutamente impermeáveis aos demais campos que constituem a realidade social. Apesar da já dita configuração e dinâmica própria, que leva um campo a apenas poder ser lido por meio de suas próprias lentes, os campos se relacionam e podem, inclusive, interferir, um na dinâmica do outro, especialmente por meio das ideias, que tem a capacidade de alterar, por exemplo, capitais simbólicos (THIRY-CHERQUES, 2006). Não é incomum que temas contemporâneos coloquem em confronto diversos campos, como em discussões acerca do aborto, que envolve o campo político, o campo religioso, o campo científico, entre outros.

Entretanto, mesmo internamente, o campo, para o autor, não é um ambiente harmônico, em termos de tensões. Apesar de possuir uma estrutura relativamente estável, o campo é um ambiente conflituoso, inerentemente marcado por lutas e de disputas por poder (SWARTZ, 2012). Trata-se, segundo Swartz (2012), de uma arena de batalhas pelas mais

diversas formas de capital, de um ambiente marcado muito mais pela disputa por poder e dominação, que pela cooperação. Estas disputas, conforme Bourdieu (1996) podem promover não apenas o trânsito de poder entre os agentes, mas também a manutenção ou a transformação da própria estrutura. São estas disputas pela hegemonia no contexto do campo, que determinam a estrutura do próprio campo (BOURDIEU, 1983).

Dada esta natureza conflituosa e essa luta por poder, Bourdieu adota a ideia de que um campo é uma espécie de jogo, tal como um tabuleiro de xadrez, com regras próprias, onde cada a gente ocupa uma posição, e cada posição ocupada lhe permite uma série de movimentos e ações, de maior ou menor poder, de modo que sempre haverá peças com mais poder sobre as outras (VANDENBERGHE, 2010). Segundo Bourdieu (1997), para que o indivíduo subsista socialmente, ele deve aceitar esse jogo e fazer parte dele, e, por mais poder que ele detenha, ainda que sua posição seja dominante, sempre haverá constrangimento no ato de participar deste jogo, uma vez que as regras que ele impõe exerce a dominação sobre todos os participantes.

Contudo, algumas indagações surgem, a partir desta noção de campo como um ambiente de lutas e de dominação: o que levará um agente a ocupar uma posição de poder e a ter domínio sobre os demais agentes do campo, assim como o domínio sobre o próprio campo? O que diferenciará a “rainha” do “cavalo”, neste tabuleiro social de xadrez? Segundo Bourdieu, o que garantirá o trânsito e a configuração de poder de um campo, e, conseqüentemente, a própria configuração de um campo é a sua estrutura de capitais e a maneira na qual esses capitais encontram-se distribuídos. (BOURDIEU, 2007b)

A ideia do conceito de capitais é importada da lógica econômica, no que diz respeito a acumulação de capitais, ao investimento, à transmissão e a reprodução deles (THIRY-CHERQUES, 2006). Contudo, apesar de possuir lógica econômica, os capitais não se reduzem aos de natureza econômica e financeira, que são intuitivamente relacionados a: bens, moeda, ações e demais recursos financeiros (BREI, 2007). Há também alguns outros tipos de capital, que adquirem melhor ou maior importância, conforme a natureza e a finalidade do campo, sendo os principais deles, além do econômico, o cultural, o social e o simbólico (BOURDIEU, 1996a).

Segundo Bourdieu (1996) a forma pela qual os capitais determinam a configuração do campo passa por três dimensões. Na primeira dimensão, os agentes são distribuídos de acordo com a quantidade de capital possuído, em relação ao total de capital do campo. Na segunda dimensão, a distribuição dos agentes se dá conforme a estrutura desse capital, ou seja, a relação entre a quantidade e o tipo de capital possuído. A terceira dimensão é dada pela

evolução temporal, que pode promover mudanças na estrutura de capitais (BOURDIEU, 1996).

O capital cultural, muito vinculado à trajetória do agente, relaciona-se à informação, ao conhecimento e a qualificação (BOURDIEU, 1996b). Ele manifesta-se de três formas: a incorporada, a objetificada e a institucionalizada (BOURDIEU, 2001). A forma incorporada manifesta-se de maneira durável e intransferível. Ela é representada, por exemplo, pela postura do indivíduo, por sua eloquência, e por conhecimentos adquiridos no decorrer da vida. A forma objetificada encontra-se em bens culturais, como livros, discos, obras de arte, etc. A forma institucionalizada é aquela corroborada por instituições, tais como os títulos acadêmicos, entre outros (BOURDIEU, 1988).

O Capital Social, por sua vez, relaciona-se com a *network* do agente ou da organização, ou seja, sua rede de relacionamentos duráveis e institucionalizados, com os quais compartilha reconhecimento e familiaridade, facilitando o seu trânsito pelo campo, e, até mesmo, entre diversos campos, além de facilitar, inclusive, o acesso a novos capitais (BOURDIEU, 2002)

O Capital Simbólico, por sua vez, é o mais emblemático deles, uma vez que ele pode se constituir por qualquer um dos outros capitais, a partir do momento em que o campo passa a reconhecer sua lógica e sua arbitrariedade e a aceita-la profundamente. Eles garantem prestígio e honra, em um determinado campo, ainda que para outro campo ele não signifique nada (BOURDIEU, 1989).

Cada campo, conforme a sua natureza, possuirá uma espécie de portfólio específico de capitais hierarquicamente organizados, que constituirão a sua estrutura de poder (BOURDIEU, 2007a). Assim, um tipo, a quantidade e a qualidade do capital considerado essencial para um campo, conforme sua finalidade, pode ser desnecessário para outro campo de finalidade distinta (THIRY-CHERQUES, 2006): enquanto para uma empresa financeira o capital econômico é colocado no topo das necessidades, para uma editora literária, por exemplo, apesar de também necessário, o capital cultural pode preceder o econômico.

Todos estes capitais são transacionáveis, ainda que de naturezas distintas (BOURDIEU, 1983). É possível adquirir capital cultural, por meio do capital econômico, é possível adquirir poder econômico, por meio do capital simbólico, ou capital social por meio do cultural. No entanto, devido a dinâmica macrossocial capitalista, que interfere na racionalidade e nas estruturas objetivas e subjetivas de todos os campos, das mais diversas naturezas, o capital econômico é, na imensa maioria das vezes o que garante mais poder e dominação, assim como o capital mais facilmente transacionável (BOURDIEU, 1998; 2007a).

A posição do indivíduo no campo, porém, reflete não apenas o capital que ele detém, mas também o que ele consome, uma vez que alguns tipos de capitais não são de aquisição instantânea, mas representam o resultado da trajetória do indivíduo, e daquilo que ele produziu e consumiu em outras épocas (BOURDIEU, 1983). O capital cultural que um indivíduo adquiriu por meio de todas as viagens que realizou no decorrer de sua vida não se adquire indo a uma loja, por exemplo.

Tudo isto faz com que o campo possua uma estrutura objetiva, ainda que necessite ser apreendida por meio de elementos subjetivos. A regularidade das posições, do poder que cada posição detém, do capital relacionado a essas posições, das estratégias possibilitadas aos agentes, dos tipos de relações que estas posições exercem entre si, além da intersubjetividade compartilhada pelos indivíduos, por meio do senso comum particular deste campo, tudo isso forma uma estrutura passível de apreensão, passível de ser esquematizada e de ser apresentada de modo inteligível, no exercício de compreensão de uma dada realidade.

Por meio da *Doxa*, Bourdieu explicou esta maneira de conceber o mundo, compartilhada pelos indivíduos de um campo, e por meio do *nomos*, a maneira de compreender as regras. No entanto, é necessário compreender, além disso, não apenas estes vieses compartilhados, mas algo mais profundo, que leva o indivíduo a fazer parte deste jogo, a aceitar as relações de dominação, os jogos de poder e todos esses elementos estruturais, ainda que esta estrutura o subjogue e provoque sofrimentos. Neste sentido, o autor desenvolve o conceito de *habitus*, que será apresentado no próximo tópico.

3.2.2 O *Habitus*

Segundo Thiry-Cherques (2006), o conceito de *habitus* foi o caminho encontrado por Bourdieu para escapar tanto da raiz positivista do estruturalismo, quanto do enfoque excessivo na consciência, proveniente do construcionismo. Bourdieu (1988) discorre que o principal objetivo do conceito foi o de esclarecer que, apesar de ter um âmbito limitado de ação, o indivíduo não é mera marionete da realidade. Por meio do *Habitus*, o autor visa estabelecer uma noção sobre o modo de ser do indivíduo no mundo, de modo a desbravar o mecanismo que realiza a mediação entre a sua consciência e o mundo concreto, entre sua individualidade e sua relação com os grupos, produzindo sua ação (BOURDIEU, 2011),

Conforme Bourdieu e Wacquant (1992) ao ser exposto às condições sociais definidas – que limitam a sua ação sobre a realidade –, os indivíduos passam a ter um conjunto de tendências e disposições comportamentais. Estas disposições subjetivas são a interiorização

das necessidades que o ambiente social lhes impõe, uma espécie de reflexo da própria estrutura social, de modo que os elementos subjetivos da realidade são entendidos como uma continuação indissociável dos elementos objetivos e concretos. Desta forma, da mesma maneira que o subjetivo é determinado pela interiorização do concreto, o concreto é a corporificação do subjetivo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Conforme Bourdieu (1983, p. 120), o *habitus* “orienta as estratégias”. Neste mesmo sentido, Thiry-Cherques (2006) o posicionamento estratégico que efetivará a luta por capitais. Sendo assim, quando se diz que o *habitus* é aquilo que orienta a estratégia, torna-se importante esclarecer o que se entende por estratégia, nesse contexto. Segundo Zwick, Silva e Brito (2014), apesar de prevalecer uma orientação funcionalista nos estudos sobre estratégia, novas perspectivas epistemológicas têm surgido. Dentre elas, a noção de estratégia como prática se insere com objetivo compreender a articulação entre a ação do indivíduo, suas interações e a estrutura, no processo de construção, efetivação e transformação das estruturas sociais (BRITO, 2014; DIAS; ROSSETO; MARINHO, 2017; SOARES, 2008; VALADÃO; SIVA, 2012; ZWICK; SILVA; BRITO, 2014; ALBINO, 2010)

Para esta corrente, a estratégia não é vista como algo abstrato, calculado e projetado por um núcleo pensante, visando atingir objetivos organizacionais, mas passa a ser entendida como a própria ação quotidiana dos indivíduos, que, por meio de suas atuações constantes na realidade, promovem transformações nas estruturas sociais (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Não é algo que as organizações possuem, e sim, algo que os membros desta organização fazem (BRITO, 2014). Trata-se de compreender a estratégia como uma prática social, totalmente voltada para ação dos agentes. Estratégia esta que, por estar presente no quotidiano, ocorre mesmo que não haja esforços intencionais para pensá-la, articulá-la e projetá-la, visto que ela é fruto de uma regularidade de ações espontâneas dos indivíduos (MINTZBERG; WATERS, 1992). Assim, dizer que o *habitus* orienta a estratégia significa dizer que ele orienta as ações quotidianas dos agentes.

Trata-se, segundo Thiry-Cherques (2006) de um sistema de disposições, modos de conceber a realidade, modos de sentir, de valorar, de pensar e, especialmente, de fazer, que levam o indivíduo a se comportar de uma determinada maneira, em um determinado grupo, e sob determinada circunstância. O *habitus* é o princípio gerador e organizador das práticas e das representações (BOURDIEU, 2005). Isto significa dizer que o *habitus* determinará como determinado grupo dará significado às coisas, assim como também determinará a ação cotidiana dos agentes, seu comportamento, seu modo de fazer, etc. (BOURDIEU, 1988).

O *habitus* é, de tal modo, a bússola norteadora do comportamento dos indivíduos, que diferencia o modo deles de se comportar, quando estão inseridos em um campo, além de diferenciar até mesmo o comportamento dos membros de um mesmo campo. Sendo assim, é importante compreender como este processo ocorre, de que modo este sistema atua sobre o indivíduo, levando-o a aceitar e reproduzir este sistema de disposições, e qual a relação deste mecanismo com a reprodução campo social e com os sistemas de poder.

Primeiramente é importante esclarecer que as disposições estabelecidas pelo *habitus* – ou seja, as tendências e inclinações a se comportar de determinada maneira – não estão relacionadas à vontade do agente, nem são conscientes (BOURDIEU, 1988). Pelo contrário, trata-se, segundo o autor, de um condicionamento imperceptível e tão poderoso, que o agente é levado a comportar-se de determinada maneira, sem sequer pensar antes de agir, devido a uma espécie de conhecimento sem consciência.

Isto ocorre, uma vez que, por meio dos processos de aprendizagem e de socialização, os indivíduos tendem a naturalizar esse modo de ser, de agir e de se comportar, em um determinado contexto específico (BOURDIEU, 2001). Assim, apesar de estar inserido nele o conhecimento acerca dos limites de seu comportamento e de sua atuação, sua ação, em si, não é instrumental. Esta imperceptibilidade ocorre, além disso, pois não se trata de um conjunto de regras explícitas que o agente recebe ao ser inserido em um campo, trata-se, porém, de um mecanismo velado, pelo qual, silenciosamente, o indivíduo é ensinado e apreende estas regras de conduta tácitas, por meio da experiência (BOURDIEU, 1988).

Além disso, vale esclarecer que, apesar de o *habitus* de um determinado campo representar todo o conjunto de disposições mentais às quais seus agentes são submetidos, estas disposições não recaem da mesma forma sobre todos os agentes (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). O poder decorrente da posse de capitais interfere diretamente sobre o espectro de atuação do agente e sobre a sua liberdade de agir sobre o campo e sobre os demais membros deste campo (BOURDIEU, 1983). De tal modo, as disposições do agente variarão de acordo com a posição que ele ocupa, na estrutura deste campo e os capitais que ele possui.

O *Habitus*, no entanto, não é alheio ao indivíduo, ele não é um produto integralmente determinado pelo ambiente externo. Ele é, ao mesmo tempo, produto de sua própria história e trajetória, mas também produto de uma história coletiva, relacionada a este campo e a seus integrantes (BOURDIEU, 2001). Para o autor, a ação do agente e seu modo de ser não são determinados somente por condições externas, nem apenas por sua subjetividade, mas pelo conflito entre estes dois polos, o que gera uma espécie de intersubjetividade experimentadas por todos os agentes pertencentes a um campo.

Durante os constantes processos de socialização pelos quais o indivíduo passa, no decorrer de sua vida, ele vai adquirindo um modo de ser específico, único, relacionado à sua trajetória e às suas experiências (BOURDIEU, 2005b). No entanto, quando o indivíduo se insere em um determinado campo, seja qual for o objeto deste campo (econômico, acadêmico, religioso, esportivo, etc.), sua atuação neste não será determinada apenas pela subjetividade que ele carrega e que já veio com ele. Ao fazer parte destes campos, o indivíduo passa a se comportar também, conforme o modelo de comportamento estabelecido implicitamente pelo próprio grupo (BOURDIEU, 2001), o que explica o fato de o indivíduo apresentar diferentes formas de comportamento, as vezes até conflitivas, em diferentes ambientes sociais.

Isto demonstra, conforme Bourdieu (1983) a capacidade do agente de se adaptar, de se condicionar a uma realidade que lhe é diferente, e de se inserir, de tal forma, nesta realidade, que ela passa a fazer parte do seu próprio modo de ser, o que explica o caráter mediador do *habitus*. Ele leva o indivíduo a se ajustar, a partir de sua subjetividade, às características de um campo específico, garantindo a manutenção e a subsistência desse campo

Habitus é o que medeia a estrutura social e a ação do agente (BOURDIEU, 1983). Quando o autor fala sobre estrutura, ele não fala apenas acerca da estrutura objetiva da realidade, mas da própria estrutura mental estabelecida pelo *habitus*, uma vez que o modo de ser – de pensar, de sentir, de fazer – que constitui o *habitus* é coletivo, dotado de regularidades e é duradouro, o que dá a ele um caráter estrutural, o que permite que ele seja apreendido pelas análises e o que torna possível que se analise o *habitus* de um campo específico. Por esta razão, Bourdieu (2009) considera o *habitus* como estrutura e como estruturante, uma vez que, apesar de apresentar uma estrutura, ele também tende a estruturar o comportamento dos indivíduos. Esta estrutura, no entanto, não é fixa, nem inexorável. Ao entrar em contato com a subjetividade dos indivíduos, ao longo do tempo, e diante de ações de resistência, enquanto transforma o modo de ser do indivíduo, ele também é transformado (VANDENBERGHE, 2010).

Thiry-Cherques (2006) estabelece três elementos que compõem o *habitus*: o *ethos*, o *héxis* e o *eidos*. O *ethos* representa a moral cotidiana, ou seja, o conjunto de valores que compartilhamos inconscientemente, que não é teorizado ou elaborado, mas que orienta nossas decisões. O *héxis*, por sua vez, não interfere no nosso inconsciente, mas interfere no nosso corpo, determinando nossas expressões corporais. Já o *eidos*, este relaciona-se com a maneira do agente de pensar, no que diz respeito ao seu modo de construir objetos e de aceitar pré-construções dadas, algo profundo, que antecede até mesmo a reflexão (THIRY-CHERQUES, 2006)

Para Bourdieu (2001), o *habitus* nada mais é que o mecanismo que comunica ao indivíduo as regras do jogo. Segundo o autor, ao compreender a dinâmica de determinado campo, o indivíduo passa a saber como se comportar para "sobreviver" ao jogo, para não ser excluído do jogo, e, preferencialmente encontrar-se entre os vencedores. Mais uma vez devido a naturalização do *habitus* e devido ao fato de que o *habitus* precede o indivíduo, o agente passa a reconhecer este jogo, a legitimá-lo. Por ser "natural", o indivíduo o aceita – inconscientemente – e o reproduz, pois, segundo Thiry-Cherques (2006), ao permear a mente, o corpo e os mecanismos de ação do indivíduo e automatizá-los, o *habitus* reduz a reflexão.

Bourdieu (1996a) conceitua esta aceitação e esta passividade irreflexiva do indivíduo como resultado da "*Illusio*". De acordo com o autor, *Illusio* deriva-se do latim *ludus*, mesma raiz etimológica da palavra jogo, e, com o passar do tempo, também da palavra ilusão. A *Illusio* faz com que o indivíduo não apenas aceite as regras do jogo, como também desperta nele o desejo de jogar. Bourdieu (1996a, p. 141) descreve este mecanismo como uma espécie de "libido social", comparável a libido sexual. O que está em cheque, no jogo, ou seja, o motivo, a causa e o valor que se disputa são aceitos, de modo que o indivíduo passa a lutar por este objetivo, mesmo que isto lhe custe, que lhe doa (BOURDIEU, 2001) mesmo que o jogo que imponha "renúncias e sacrifícios imensos" (BOURDIEU, 1996a p. 44). Dizendo de outra maneira, ainda que o indivíduo seja a "peça fraca" do jogo, ele aceita a sua posição e aceita a posição dos demais jogadores

O autor caracteriza a *illusio* como um meio de compreensão, não somente no sentido de entendimento e domínio intelectual, mas no sentido de complacência, visto que o indivíduo é imerso de tal maneira neste jogo, que suas regras transcendem até a ele próprio. (BOURDIEU, 2001). Deste modo, mesmo quando o indivíduo tenta modificar as regras do jogo, ele não deixa de reconhecer a importância do jogo, visto que até mesmo para subverter o jogo é necessário reconhecê-lo como importante, de modo que, ao negá-lo, o agente o reafirma (BOURDIEU, 1996a).

Quando a alienação gerada pelo *habitus* e pela *illusio* facilita sistemas de opressão, ela adquire caráter de violência. Segundo Thiry-Cherques (2006), é este o principal mecanismo de dominação e de autoridade: a violência simbólica. A violência simbólica, apesar de ser ferrenha e bastante eficaz, não se apresenta de modo explícito e visível, sendo empreendida pelas estruturas de dominação naturalizadas. Neste sentido, Bourdieu (1988) diz que ela, ao mesmo tempo, segue as formas institucionalizadas e historicamente construídas de dominação, mas também dá forma a estas estruturas, ao dar legitimidade, aprovação e convivência a essas formas, o que gera uma universalização profunda, isentando-a de críticas.

Esta naturalização gera uma adesão por parte do dominado, que não se materializa explícita ou conscientemente, mas que se encontra arraigada nele, em sua própria forma de conceber o mundo, por meio de um sistema de conhecimento e de reconhecimento, de modo que seu olhar para a realidade já é imbuído da aceitação e a naturalização dessas relações de dominação, geradoras, por exemplo, do racismo, do machismo, de discriminações de classe, entre outras formas (BOURDIEU, 2001). Tal adesão não deve ser confundida como consentimento, uma vez que o dominado é coagido a reproduzi-la, nem como uma culpabilização do dominado, visto que ela “(...) se inscreve duramente no corpo dos dominados, sob a forma de esquemas de percepção e de disposições (...)” (BOURDIEU, 2001, p. 209). É através dela, que os campos e suas estruturas se reproduzem e se consolidam, fazendo com que as posições de poder permaneçam sendo sempre ocupadas pelos mesmos agentes, sem que haja muito desacordo quanto a isso (2007a).

O *habitus*, portanto, garante o ordenamento, a manutenção e a reprodução de um campo específico, orientando o modo de pensar, de se portar e de agir dos agentes, fazendo com que ele de sentido a si mesmo e ao outro, nesta dinâmica, além de ditar como serão as relações, e o que está em jogo. Ele faz o indivíduo naturalizar toda a dinâmica na qual está inserido, e, por meio da mediação entre sua subjetividade e as estruturas objetiva e subjetiva do campo, o *habitus* determina um conjunto de disposições que limitará parcialmente a atuação do agente, conforme sua posição no campo e o conjunto de capitais que ele detém, sendo, portanto, o determinante da estratégia. Compreender, portanto, os fenômenos sociais relacionados a um campo, requer a compreensão do *habitus* deste campo.

É importante deixar claro que, apesar de, em alguns momentos o campo ser apresentado como um produto da *habitus* e, em outros, o *habitus* ser apresentado como um produto do campo, a relação entre campo e *habitus* é constitutiva, e não de domínio ou sobreposição: “O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*” (VANDENBERGHE, 1999, p. 49). A relação dialética entre esses dois conceitos, ou, essas duas dimensões de uma mesma realidade social é o que produz a própria realidade de um grupo, o que se materializa nas práticas sociais, tanto o que está oculto, nas relações, quanto o que é facilmente perceptível (BOURDIEU, 1992), de modo que a relação causal entre os conceitos bourdieusianos aparenta, muitas vezes, ser contraditória, o que não é entendido como um equívoco, mas como uma característica da própria realidade, que se constitui dialeticamente.

Para que não haja interpretações equivocadas acerca do aparente determinismo presente nesta relação entre *habitus* e indivíduo, é necessário ressaltar também que, apesar de

as estruturas objetivas e mentais determinarem, em grande parte, a atuação do indivíduo, o agente sempre possuirá um conjunto de potencialidades e possibilidades, sob as quais poderá escolher e atuar, podendo, inclusive, romper com esta lógica, ainda que tal rompimento lhe imponha sanções. A ação do indivíduo não é, portanto, despoticamente determinada, nem definitiva, apesar de parcialmente limitada (BOURDIEU, 1996).

Em síntese, a praxiologia bourdieusiana sustenta a ideia de que os fenômenos sociais se dão sob atmosferas específicas e segmentadas – campos sociais –, onde os indivíduos – agentes – atuam, a partir de pré-disposições específicas a esta atmosfera e dotadas de regularidades que orientarão suas ações – *habitus*. O que determinará o formato e a natureza deste campo será a disputa que os agentes realizarão para deterem o conjunto de artifícios que garante o poder sobre os demais agentes e sobre o próprio campo – capitais. A posse desses capitais determinará a posição de cada agente na estrutura, e esta posição atrelada ao *habitus* do campo, influenciará na maneira com a qual o agente atuará neste jogo de poder.

Apesar de vasto e multidisciplinar, o trabalho de Bourdieu tem sido subestimado, por meio de trabalhos que utilizam apenas recortes teóricos de sua obra, por meio da utilização isolada de apenas alguns conceitos (WACQUANT, 1992). Segundo o autor, apesar de haverem muitos estudos que obtiveram sucesso na utilização desses conceitos, nada se compara a utilização integral e da adoção da lógica presente apenas na utilização do conjunto de toda a sua obra. Em uma revisão crítica de literatura realizada por Sieweke (2014), no campo dos estudos de gestão e dos estudos organizacionais, com enfoque nos trabalhos que se propuseram a utilizar os conceitos bourdieusianos, o autor identificou este mesmo apontamento ou seja, que a maior parte desses estudos utilizam os conceitos bourdieusianos de maneira isolada e sem articulação, o que tornam estes estudos rasos e, às vezes, equivocados.

Por fim, vale uma última observação, realizada pelo próprio Bourdieu, ao lado de Chamboredon e Passeron (2004): Compreender esta abordagem desenvolvida pelo autor é um processo que só se consolida na própria prática científica. Ou seja, este modo de analisar as estruturas sociais só se materializa quando aplicado aos objetos investigados, onde ele adquire forma e razão. Deste modo, o entendimento sobre a praxiologia bourdieusiana será ampliado durante a construção dos próprios resultados desta dissertação, ou seja, por meio do delineamento do processo de construção social do mercado da cachaça artesanal de alambique. Para que o entendimento acerca desta praxiologia e uma melhor compreensão de sua aplicação à objetos econômicos seja possibilitada, a próxima sessão apresentará a forma com qual Bourdieu investiga fenômenos econômicos.

3.3 O Campo Econômico

Um tema bastante estudado por Bourdieu, mas pouco conhecido por seus seguidores foi o mercado, chamado por ele de “Campo Econômico” (SWEDBERG, 2011). Nesses estudos, o autor investiga objetos econômicos, por meio da articulação do quadro de referências oferecido por sua própria praxiologia. Assim, pode-se dizer que, em termos praxiológicos, o autor não realiza nenhuma inovação a respeito do que foi abordado na sessão anterior. Contudo, no que diz respeito à Teoria Econômica, o autor apresenta um conjunto de reflexões basilares. Sendo assim, nesses estudos, não ocorre apenas uma mera aplicação de seu quadro analítico, como se realizaria com qualquer outro objeto. Tal aplicação é sustentada por uma ferrenha crítica aos pressupostos da teoria econômica tradicional e de seus axiomas, a qual o autor considera profundamente equivocada (RAUD-MATTED, 2005).

De uso tradicional das Ciências Exatas, um axioma, sob o ponto de vista epistemológico kantiano, trata-se de um “*a priori* lógico”, ou seja, de uma espécie de lei que deve anteceder qualquer raciocínio ou elaboração teórica, de modo que, a partir desta lei, as formas de pensamento, assim como o próprio desenvolvimento científico sejam orientados (FERNANDEZ; BERNI, 2014). De acordo com Fernandez e Berni (2014), sem levar em conta os axiomas próprios de uma determinada área do conhecimento que os adote, nenhum raciocínio pode ser estabelecido, de modo que eles jamais serão contestados, visto que negá-los constituiria uma aporia.

Um dos principais alvos de desconstrução ontológica e epistemológica de Bourdieu, sobre a teoria econômica é a ideia do “*homo economicus*”, pressuposto da economia clássica, que concebia o indivíduo como um ser racional, atemporal e a-histórico cujas ações sempre estariam relacionadas à maximização de lucros e ao alcance de vantagens (RAUD-MATTED, 2005). Por meio da ideia de *habitus*, Bourdieu desconstrói essa visão funcionalista e economicista do indivíduo, assim como dessa ideia de raciocínio instrumental, ao mostrar que as ações dos indivíduos são orientadas por disposições coletivamente determinadas – ou seja, cravadas em um contexto social e histórico –, e que elas resultam em uma razão prática que precede o cálculo e a intenção do indivíduo, não sendo, portanto, calculista (HANAPPI, 2011; COLLET, 2009).

Para Bourdieu (2002), axiomas econômicos, como os relacionados as ideias da auto-regulação das ordens de oferta e demanda, do indivíduo racional e da lógica independente dos preços, que sustentam toda a teoria econômica, não correspondem à realidade dos fenômenos e desconsideram toda a questão social da qual a economia emerge. No entanto, mesmo assim,

eles continuam a ser reproduzido por economistas que, por meio de uma tendência escolástica, auto-centrada em suas próprias verdades, que busca enquadrar a realidade em suas teorias, ao invés de buscar compreendê-la (BOURDIEU, 2002).

Isto é fruto, segundo o autor, de uma ciência descompromissada com a realidade, que, ao invés de produzir conhecimento, produz especulação, e vive deste jogo de especulações, do embate de ideias que parecem pertencer a um universo de fantasias, de “*faz de conta*” sem condições sociais, sem contexto, sem história (BOURDIEU, 2001, p.23). Por mais absurdo que seja, este modo de fazer ciência e os produtos deste modo são mantidos, de modo que, o absurdo que uma vez foi proclamado como certo, passa a ser acreditado como tal, tornando-se parte do *habitus* científico, sua principal via de consolidação, que impede que o absurdo seja percebido como absurdo. (BOUDIEU, 2001).

Ao contrário do que diz a teoria econômica, Bourdieu (2002) defende que a oferta, a demanda, o mercado, o comprador, o vendedor, o produto e todos os demais elementos que compõem os fenômenos econômicos são determinados por uma construção social, de modo que, só se pode compreender estes fenômenos, por meio de suas estruturas sociais, com o auxílio da Sociologia, sendo a Economia, portanto, campo indissociável e intrinsecamente vinculado às Ciências Sociais, das quais não deveria ter se desvincilhado, uma vez que as transações econômicas são apenas mais um aspecto dos campos sociais. (RAUD-MATTED; 2005; HANAPPI, 2011; SWEDBERG, 2011)

Assim, conforme o Bourdieu (2002), para romper com o paradigma econômico dominante, é necessário empreender uma abordagem racionalista que alcance a historicidade dos agentes econômicos e de seu espaço de atuação, tendo como pedra angular as disposições socialmente construídas e as estruturas deste espaço. Em outras palavras, trata-se, conforme o autor de analisar os mercados, como campos sociais, o que exige o alcance se suas estruturas, capitais e *habitus*. Uma vez que a seção anterior já discutiu os conceitos, esta seção se preocupará com a articulação dos mesmos, na esfera econômica, com base no livro “*Les Structures Sociales de L'Économie*”, publicado no ano de 2000, fruto das pesquisas realizadas por Bourdieu acerca do mercado imobiliário francês. Segundo Swedberg (2011), neste estudo encontra-se condensada toda a sua trajetória de estudos econômicos agregada a utilização de seu quadro referencial.

Enquanto na investigação dos demais fenômenos sociais os indivíduos que atuam no contexto de um campo são considerados os agentes desse campo, na estrutura do campo econômico, quem detém a agência são as empresas, de modo que são elas que constituem este campo, por meio de suas relações e disputas por capitais, poder e dominação.

No que diz respeito ao delineamento de um campo econômico, ele se dá a partir do mapeamento do conjunto de empresas que se dedicam a produção de produtos similares, e que disputam um mesmo mercado consumidor. Conforme Hannap (2011), a ideia de mercado, para Bourdieu, é definida por meio da totalidade de relações de troca entre agentes concorrentes, por meio de interações diretas e indiretas entre esses agentes. Tal interação produz uma estrutura socialmente constituída, onde os agentes exercem de relações de força e contribuem, em diferentes graus para a modificação dessas estruturas. Bourdieu (2002) também discorre sobre outros agentes que influenciam na dinâmica do campo, além das empresas, tais como bancos, dos fornecedores, e, e especialmente, dos governos.

O autor ressalta, ainda, que mercados relacionados a setores mais desenvolvidos tendem a estabelecer subcampos, por meio de produtos da mesma natureza, mas que se destina a nichos diferentes, constituindo uma lógica própria, ainda que dentro de um campo maior. É o caso do campo econômico da cachaça artesanal de alambique, que, apesar de estar inserido no campo econômico da cachaça, como um todo, desenvolve uma lógica independente dele, uma vez que constitui uma trajetória distinta e se insere em um contexto distinto, caracterizado por um modo de funcionamento próprio (BOURDIEU, 2002).

A disputa pelo controle de um campo econômico, ou seja, pela participação e pelo domínio desse mercado, se dará de acordo com a estrutura de capitais possuído por cada uma das empresas, e conforme a importância de cada tipo de capital para este mercado (HANAPPI, 2011). Quanto mais importante e maior a quantidade de capitais que uma empresa possuir, maior será o seu domínio sobre este mercado. É esta estrutura de capital que formará, segundo o autor, o que denominam como vantagem competitiva, e que fornecerá para as empresas um conjunto de possibilidades para o exercício de sua estratégia de mercado (BOURDIEU, 2002).

Não diferente dos demais campos sociais, um campo econômico também possui diversos tipos de capitais. No entanto estes capitais se materializam em fatores e objetos distintos, a quais Bourdieu (2002) descreve. O capital econômico, por exemplo, é percebido não apenas por meio dos valores financeiros e dos bens que a empresa possui, mas também por meio do seu potencial de produção e de seu acesso à financiamentos. O capital cultural, por sua vez, é mensurado por meio do domínio de informações e pelo conhecimento organizacional dominados pela empresa, determinando a sua expertise, assim como por seu capital jurídico e tecnológico (recursos científicos e técnicos) (BOURDIEU, 2002).

Há além disso, o autor versa sobre o capital comercial, sendo este relativo a capacidade de venda da organização, determinada por sua rede de armazenamento e

distribuição, além de seus serviços de marketing. O capital social, por sua vez, está relacionado a rede de relações que a empresa constrói com outras organizações, visando alcançar vantagens competitivas. Já os capitais simbólicos, assim como nos demais campos, relaciona-se com o reconhecimento e o prestígio que, para as empresas, pode ser conquistado pela tradição e imagem de sua marca, por sua capacidade de fidelizar clientes, e por outras questões que sustentam a confiança transmitida pela organização. Se nos demais campos o capital econômico tem preponderância sobre os demais, no campo econômico, ele é (...) condição principal de acumulação e conservação de todas as outras formas de capitais” (BOURDIEU, 2002, p. 221)

Uma característica interessante que o autor descreve sobre a relação entre a posse de capitais e o domínio sobre o campo é a capacidade que os capitais possuem, no contexto do campo econômico, de gerar consequências diretas e explícitas sobre o campo. Segundo ele, quando uma empresa detém capital cultural na forma de tecnologia, e esta tecnologia otimiza o processo de produção, de modo a torna-lo mais rentável, ela desencadeia um processo de mudanças estruturais em todo o campo, por meio da mudança de preços, e da decorrente pressão para que as demais empresas também criem meios para reduzir os preços de seus produtos (BOURDIEU, 2002).

Esta é, segundo o autor, a principal consequência da hegemonia de um agente sobre o campo econômico: a capacidade de controlar os preços. Ao adquirir e manter o conjunto de capitais que lhe permite manter o domínio sobre o campo, a empresa pode realizar inúmeros artifícios para controlar e modificar as estruturas do mercado, ao seu bel prazer (BOURDIEU, 2002). Assim, se fosse necessário estabelecer um aforisma sobre o campo econômico, este seria: Ter poder é controlar preços e controlar preços é controlar as estruturas

Estas relações entre agência, preço e estrutura demonstram, segundo o Bourdieu (2002) que, no campo econômico, o domínio é muito mais voltado para a estrutura, que para os demais agentes. Desta forma, o grande potencial do poder de uma empresa não está apenas em sua relação direta com a concorrência – apesar desta relação de dominação poder ocorrer –, por meio de ações deliberadas para afetá-la ou para afetar o mercado como um todo. A dominação, neste contexto é muito mais ferrenha, uma vez que a atuação da empresa dominante, mesmo quando não deliberada, pode transformar a estrutura de todo o campo (BOURDIEU, 2002).

Assim, as empresas que detém o conjunto de capitais necessários para dominar o mercado são capazes de determinar as regras do jogo, de modo a fazer com que as estruturas colaborem para a sua própria manutenção de poder, de modo a garantir a reprodução dessas

próprias estruturas. Isto acontece, segundo Bourdieu (2002), por ser intrínseca a lógica econômica esta capacidade de manutenção. Conforme o autor, esta característica decorre dos inúmeros esforços que os agentes econômicos realizam para diminuir a incerteza e manter a estabilidade do campo, tais como os materializados por meio de contratos, controle de preços, acordos comerciais, entre outros (BOURDIEU, 2002).

Esta estabilidade permite, segundo ele, o exercício de certos cálculos acerca das ações dos demais agentes, ou seja, as regularidades tornam as ações previsíveis e calculáveis, gerando, de tal forma, uma espécie de conhecimentos práticos e disposições transmissíveis, também chamadas de rotinas, que orientam a ação das empresas neste campo. Apesar de o autor não se referir ao conceito de *habitus*, provavelmente por este ser uma categoria antropológica – de modo a não ser possível dizer que empresas estão submetidas a *habitus* – esta noção é bastante semelhante a aquela que o autor estabelece como a razão prática decorrente *habitus*, apresentada nas seções anteriores.

Estas regularidades, para Bourdieu (2002) estruturais colocam por terra dois pressupostos da economia clássica. A ideia do agente racional, assim como ideia da auto-regulação dos preços: a crença de que o indivíduo orientará todas as suas ações de modo a maximizar seus benefícios é substituída pelo fato de que o indivíduo orienta suas ações de acordo com as limitações determinadas pelas estruturas e pelas relações de dominação presentes no campo no qual ele está inserido, neste caso, o econômico. Da mesma forma, a teoria do equilíbrio geral dos preços também se mostra infundada. Segundo o autor, são as relações de força entre as empresas de um campo econômico que determinarão a lógica dos preços de compra de matéria prima e de venda, neste mercado. Isto fica perceptível, por exemplo, quando uma empresa que domina determinado campo abaixa os preços de seus produtos, levando todas as outras a também a reduzirem os preços dos seus (BOURDIEU, 2002).

Neste sentido a relação entre agência e estrutura torna-se bastante clara: a primeira sempre será limitada pela segunda, uma vez que, por mais que haja certa margem de liberdade, as empresas jamais poderão atuar fora das condições por ela determinadas. Por mais que se tente construir estratégias, costume tão difundido pelas escolas de negócio, em termos de mercado, o que mais determinará os resultados é o poder do dinheiro, refletido por meio do preço, o que tornam as próprias estratégias e sanções mais explícitas que em qualquer outro campo, visto que o “(...) preço e o dinheiro possui uma espécie de objetividade e universalidade brutais (...)” (BOURDIEU, 2002, p. 228), dando pouco espaço a fatores simbólicos

Neste campo de conflitos e luta por capitais que garantam o poder de controlar os preços e, conseqüentemente, controlar as estruturas, os agentes desenvolvem inúmeras estratégias, de acordo com as limitações estruturais e as disposições por ela determinadas (BOURDIEU, 2002). As empresas dominantes, obviamente, atuam de modo a perpetuar sua dominação, e possuem um amplo espectro de possibilidades para tal, enquanto as empresas secundárias, são mais reféns das ações das dominantes, de modo que possuem um campo de ação bem limitada, no que diz respeito ao trânsito de posições e à conquista de novos capitais (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu (2002) elenca algumas das práticas comuns à luta pelo controle do poder. Segundo ele, as empresas dominantes se utilizam da economia de escala, que barateia sua produção, fazendo com que o preço de seus produtos possa ser diminuído. Além disso, elas possuem capitais financeiros que garantem o domínio tecnológico, além de terem capital para inovar seus produtos, os mantendo no mercado. Essas organizações são menos suscetíveis às crises, e podem, inclusive, blefar, simulando ações para influenciar na estratégia de seus concorrentes. Desta forma, estas empresas possuem a capacidade não apenas de transformar as estruturas, mas de determinar quando estas transformações irão ocorrer, de modo que resta as demais empresas apenas segui-la (BOURDIEU, 2002).

Já as empresas secundárias, conforme ele, possuem poucas opções, sendo a mais notória delas a especialização em nichos de mercado ainda não contemplados pelas empresas dominantes, de modo a adquirir novos capitais, por meio deste novo enfoque, podendo galgar novas posições no campo. Contudo, esta possibilidade contempla somente as empresas pequenas, de modo que as médias possuem, ou seja, as que mais confrontam as dominantes, possuem capacidade produtiva grande demais para se dedicar a nichos. Uma outra forma das empresas secundárias lutarem por poder é por meio da inovação tecnológica e da adoção de novas tecnologias, no entanto, o autor ressalta que, por estar muito vinculada a posse de capitais financeiros, mais uma vez as empresas dominantes saem na frente.

Entretanto, para além da posse de capitais ou do domínio sobre os preços e sobre as estruturas, há um meio pelo qual os agentes podem garantir tanto o domínio sobre o campo, quanto realizar transformações estruturais: o Estado. Em seu estudo sobre o campo econômico imobiliário francês, o autor demonstrou como que, tanto a oferta, quanto a demanda por casas eram determinadas pelo Estado, de modo a estabelecer toda a dinâmica do campo (BOURDIEU, 2002). Segundo ele, os atores tendem a buscar caminhos de permear o Estado, por meio de representantes políticos que garantam regulamentações, legislações, políticas econômicas, políticas de crédito, direitos de propriedade, entre outras ferramentas que podem

alterar profundamente um campo econômico. Trata-se, segundo ele, de uma espécie de “competência de poder sobre o poder”, que garante as empresas cooptar o governo e usá-lo ao seu favor, mudando as regras do jogo (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu (2002) descreve, por fim, outras formas alheias ao campo, que podem transformá-lo, sendo elas as mudanças demográficas, que alteram a quantidade de produtos demandados; as mudanças no costume e no estilo de vida da sociedade, que alteram a natureza dos produtos, por meio da gênese e da extinção de necessidades; a ocorrência mudanças radicais na tecnologia, que impacta todos os agentes, independentemente do poderio sobre o campo; além da redefinição das fronteiras dos próprios campos, provocada pelo surgimento de mercados híbridos, que, até então eram separados

A respeito dos estudos de orientação bourdieusiana que investigaram objetos econômicos e que adotam a ideia de campo social, é possível estabelecer algumas considerações iniciais. É perceptível que a grande maioria desses trabalhos não referênciam os estudos sobre economia, de Bourdieu, o que é compreensível, uma vez que por meio de sua praxiologia “pura”, a análise de qualquer objeto social é possibilitada. Além disso, a perspectiva adotada para construir o problema em torno do objeto pode explicar um outro fato: a doção e a preponderância de conceitos isolados. Exemplos de estudos com estas duas características podem ser notados no trabalho de Kutjevo, Stringfellow, Shaw e Maclean (2013) sobre o mercado contábil do Reino Unido, e o de Salmon (2016), sobre o comportamento de empresas familiares. Não é possível afirmar que estes trabalhos incorreram em erros ou equívocos teórico-metodológico, contudo, certamente, eles poderiam alcançar resultados mais profundos, se adotassem a praxiologia de modo mais amplo.

Além disso é perceptível, por meio dessas investigações, que há uma rara articulação do conjunto de conceitos bourdieusianos, no processo de construção dos campos econômicos analisados, e, além disso, é ainda mais rara a elucidação das relações de poder e dominação, nestes campos. Entre os trabalhos que o fizeram, encontram-se os que Brei e Misoczky (2007) realizaram sobre o mercado francês da água, os que Leão, Souza, Gaião e Mello (2013) empreenderam acerca do mercado do vinho, no Vale do São Francisco, assim como os de Sucklig (2016) no mercado da cannabis, em Serra Leoa.

É importante mais uma vez ressaltar a complexidade e a extensão da obra bourdieusiana e da importância do exercício exaustivo e, talvez, inalcançável, de compreendê-la como um todo. Esta colocação se faz necessária, uma vez que a leitura de estudos isolados pode levar o leitor a compreender equivocadamente suas análises. Apesar da crítica irrevogável aos pressupostos da teoria econômica, as considerações que o autor realiza sobre a

aplicação de sua praxiologia ao estudo de objetos econômicos não é, em momento algum, definitiva. Dizer que suas considerações são definitivas seria contraditório com as próprias raízes ontológicas e epistemológicas de sua obra, assim como com a profunda teoria que media seu quadro analítico.

A importância dessa consideração final se dá, diante do fato de que, a aplicação de sua praxiologia a novos mercados não abordados nem mesmo pelo próprio autor podem gerar novas percepções acerca dos fenômenos econômicos. A partir disto, pode-se fazer questionamentos acerca das conclusões de seu próprio estudo, como as que seguem: seria mesmo o preço um instrumento de poder tão relevante no contexto de um mercado de bens de luxo? Neste mesmo sentido, qual seria a poder de determinação do capital cultural, para um mercado de produtos artesanais? Será mesmo determinante a influência do Estado em qualquer que seja o mercado? Somente por meio de novos estudos é possível responder a estas respostas, uma vez que sua obra oferece mais caminhos que respostas, e, como o próprio Bourdieu elucida: quem determina o campo é o próprio campo.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 Natureza da Investigação

Esta pesquisa se insere no âmbito das investigações qualitativas. Estabelecer uma definição acerca do que seria uma investigação qualitativa é um esforço complexo e, por vezes, inócuo, o que leva grande parte dos autores a optarem por descrever as principais tendências desta tradição – que confronta toda uma hegemonia de métodos e abordagens positivistas, provenientes das ciências naturais –, ao invés de defini-la, o que pode ser percebido nos trabalhos de Trivinos (1987) Patton (1990) e de Cresswell (2007).

Trivinos (1987) credita à antropologia o advento das pesquisas qualitativas, inicialmente representadas pelas pesquisas etnográficas que, na busca de investigar a cultura, perceberam a incapacidade das abordagens positivistas e funcionalistas de darem conta da complexidade da vida dos povos, desenvolvendo, então, meios pelos quais fossem possível realizar descrições acerca dos aspectos culturais considerados importantes para os objetos investigados, por meio da apreensão dos significados que os indivíduos davam para a sua própria realidade cultural.

Por considerar que estas investigações, antes de mais nada, se debruçam sobre a compreensão de “fenômenos sociais”, Trivinos (1987), realiza a delimitação do sentido dado a expressão “fenômenos sociais”, de modo a apresentar os elementos fundamentais que a constituem: (i) os atos dos indivíduos, (ii) as atividades realizadas por eles, (iii) os significados que permeiam esta realidade, (iv) modo de participação de cada um, (v) a relação entre eles, e (vi) as situações percebidas.

Patton (1986) apresenta três pressupostos fundamentais abordagem qualitativa. O primeiro é a utilização de uma visão holística do objeto investigado, ou seja, um olhar não fragmentado ou atomizado para a realidade e para os fenômenos sociais, mas uma compreensão integral sobre todos os aspectos que lhe diz respeito. Cresswell (2007), também defende tal pressuposto, ao versar que o pesquisador deve analisar o entorno, o contexto e as relações, inerentes ao fenômeno investigado, uma vez que estas pesquisas, na maior parte das vezes, possuem problemas amplos, que não podem ser explicados por perspectivas microanalíticas,

O segundo pressuposto apresentado por Patton (1986) é a utilização de métodos indutivos que construam suas interpretações e conclusões a partir das especificidades de realidade, e não por meio de exercícios generalistas e padronizadores. Isto exige, segundo o

autor, a realização de uma investigação naturalística, de modo que os fenômenos sejam investigados em seu estado orgânico, natural, tal como eles se dão na realidade, não sendo induzidos, controlados ou provocados. Esta análise do objeto em seu estado natural é o terceiro e último pressuposto.

Trivinos (1987), além de frisar o viés naturalístico e indutivo da pesquisa qualitativa, defende que alguns outros pressupostos também devem ser seguidos. Segundo ele, (i) a pesquisa qualitativa é essencialmente descritiva, de modo que interessa ao pesquisador mais compreender a sua dinâmica, que determinar suas causas e efeitos; (ii) preocupa-se mais com processos, que com a aparência dos fenômenos, o que exige investigações mais aprofundadas, capazes de alcançar o pressuposto seguinte: (iii) a identificação dos significados que os sujeitos dão para a realidade.

Para Patton (1986), as abordagens qualitativas compreendem que a ação das pessoas é sempre orientada por um conjunto de crenças, valores e sentimentos que norteiam sua percepção sobre a realidade, de modo que suas ações sempre terão significados não passíveis de apreensão simples e instantânea. Estes significados que os indivíduos dão para a realidade são os elementos centrais de uma investigação qualitativa, de modo que se torna essencial a utilização de mecanismos que sejam capazes de transcender a realidade aparente dos fenômenos sociais e alcançar os significados que sustentam esses fenômenos (TRIVINOS, 1987)

Tal alcance é de relevante complexidade, o que exige do pesquisador “(...) um raciocínio complexo, multifacetado, interativo e simultâneo” (CRESSWELL, 2007, p. 187) capaz de colocar em prática as suas capacidades heurísticas, no processo de descrição e de interpretação da realidade, de modo a identificar temas, categorias e significados, e a construir uma interpretação plausível, calcada em o momento sociopolítico e histórico específico.

Uma outra característica fundamental das pesquisas qualitativas, muito elucidada por Bourdieu (1983;1988;2003;2008), por seu trabalho ao lado de Chamboredon e Passeron (2004) e, especialmente, por seu trabalho junto a Wacquant (1992) é a questão da reflexividade. Tal questão está relacionada a capacidade do cientista de reconhecer a si mesmo em suas investigações. Este exercício se faz necessário, segundo Cresswell (2007), pois a pesquisa qualitativa não considera a subjetividade do pesquisador como algo que prejudica as investigações, mas que fazem parte delas, de modo que o pesquisador deve refletir acerca do modo no qual sua subjetividade influencia no estudo, assim como de sua responsabilidade e comprometimento com a realidade estudada.

Nesta mesma direção, Cresswell (2007) elucida que a pesquisa qualitativa não é linear, mas flexível, de modo que o pesquisador deve realizar um constante exercício dialógico e dialético, de modo a confrontar os fatores teóricos, os fatores empíricos e a sua própria subjetividade, no decorrer de toda a pesquisa, realizando adaptações e modificações na abordagem e, até mesmo, no próprio objetivo da investigação, sempre que necessário.

. Por esta razão, é necessário que o pesquisador não engesse a realidade nem sob a perspectiva teórica, nem sob a perspectiva metodológica. Isto significa que durante a investigação social, o pesquisador não deve tentar enquadrar a realidade em suas teorias, nem a usar para corroborar suas crenças científicas. Da mesma forma, não se deve estabelecer metodologias absolutamente delimitadoras, que comprometam a organicidade dos fenômenos, mas utilizar métodos que auxiliem na compreensão desta realidade, respeitando sua própria dinâmica. (CRESSWELL, 2007)

Conforme aponta Oliveira e Piccinini (2009), é comum que as pesquisas qualitativas recebam acusações relacionadas a uma possível falta de rigor, o que desqualificaria seus resultados. Além disso, cabe mencionar que, frequentemente, essas críticas emanam da perspectiva funcionalista, a qual é criticada nessa dissertação. No entanto, conforme Trivinos (1987), os limites de uma pesquisa científica ancorada na abordagem qualitativa devem ser definidos conforme suas próprias exigências, de modo que o seu rigor não será mensurado por meio de seu grau de engessamento metodológico ou pelo potencial de reprodução de seus resultados, mas sim por meio da descrição da construção de seu próprio percurso, que deve apresentar uma estrutura coerente e consistente e dotada de objetivação e originalidade.

4.2 Método da Pesquisa

O método adotado por esta investigação foi inspirado na proposição desenvolvida por Hoon (2013), que estabelece uma meta-síntese para Estudos de Caso. Uma vez que não serão analisados trabalhos que utilizaram o método de Estudo de Casos e sim a abordagem da Sociologia dos Espaços Sociais – dos Campos Econômicos –, serão realizadas as adaptações necessárias para que se possa realizar uma meta-síntese desses estudos.

Semelhante a uma revisão integrativa de literatura, a abordagem proposta pela autora almeja ampliar a compreensão sobre um determinado fenômeno, por meio da análise dos resultados de diversos estudos que se desdobraram sobre uma mesma questão, ainda que com objetos, sujeitos e contextos diferentes. Hoon (2013) propõe esta abordagem, por acreditar haver uma subtilização teórica dos resultados desses estudos – em sua proposição original,

dos Estudos de Caso –, uma vez que, segundo ela, há poucos estudos que se preocupam em integrar as descobertas provenientes deles, impedindo assim o refinamento, o aperfeiçoamento ou a refutação de teorias já existentes, assim como o alerta para o desenvolvimento de novas teorias.

Tal necessidade percebida pela autora vai ao encontro com o que ensina Bourdieu (1996b) e com o que a sua própria trajetória científica revela, no que diz respeito a importância desse exercício dialético e reflexivo no processo de construção do conhecimento, onde, por meio da reincidência de incursões empíricas, torna-se possível sofisticar os conceitos e teorias utilizados na investigação de fenômenos, o que auxilia não apenas na sua melhor compreensão, mas permite também, sob o ponto de vista teórico-metodológico, que os estudos seguintes se tornem mais aprofundados. Contudo, como se trata de um método de revisão, o que a autora propõe não é a reincidência de incursões, em si, mas a análise de diversas incursões já realizadas.

O objetivo da meta-síntese, entretanto, não é o de desenvolver novos resultados para as indagações que originaram esses próprios estudos, a partir dos dados apresentados pelos Estudos de Caso primários, nem o de resumir os resultados de vários estudos em um único trabalho. A proposta visa, na verdade, partir dos resultados destes estudos e averiguar quais novas considerações gerais podem ser feitas, por meio da observação desse conjunto de resultados, de forma hermenêutica, dialógica e dialética, de modo a alcançar novas descobertas científicas.

Hoon (2013) estabelece oito passos para a construção de uma meta-síntese: (i) o estabelecimento do marco teórico e a delimitação do problema de pesquisa; (ii) a identificação das investigações relevantes à problemática; (iii) a definição dos critérios de inclusão e de exclusão para o refinamento dos estudos identificados, (iv) a extração das informações relevantes, em relação ao problema investigado; (v) a identificação das relações causais apresentadas nos resultados de cada caso; (vi) a realização e o cruzamento das redes de relações causais de todos os estudos analisado; (vii) a realização da meta-síntese, propriamente dita, por meio do diálogo entre a teoria existente sobre o assunto e o resultado do cruzamento de resultados da etapa anterior e (viii) a discussão dos resultados e limitações.

As adaptações realizadas por esta pesquisa modificarão apenas as etapas “V” e “VI”, de modo a tornar o método mais coerente com a abordagem de Campos Econômicos. Assim, na etapa “V” será realizada identificação das características fundamentais de funcionamento de cada mercado e na etapa “VI” será realizado o cruzamento das características fundamentais apreendidas em cada estudo analisado.

Para deixar claro de que modo essas características serão compreendidas como fundamental, é importante discutir brevemente as orientações oferecidas pela própria praxiologia bourdieusiana para a realização de pesquisas, de modo a poder observá-las nos trabalhos analisados.

Conforme indicam Bourdieu e Wacquant (1992), Thiry-Cherques (2006), Brei (2007), Vandenberghe (2010), Castilhos (2015), entre outros, a praxiologia social de Pierre Bourdieu pode ser considerada tanto do ponto de vista teórico, no que diz respeito a sua elaboração conceitual, assim como do ponto de vista metodológico, uma vez que estes conceitos fornecem um quadro de referências para a investigação da realidade, o que torna plausível a utilização da própria praxiologia como um método de investigação.

Sendo assim, por constituir um arcabouço teórico metodológico, ao mesmo tempo em que a Sociologia dos Campos Sociais de Bourdieu explica o funcionamento da realidade, ela também instrui acerca de como acessar esta mesma realidade. Por esta razão, o processo de identificação das informações relevantes nos trabalhos analisados foi conduzido conforme os próprios direcionamentos do método Bourdieusiano, de modo a identificar e apreender, em cada trabalho, os elementos tidos pelo autor como fundamentais na construção de um campo social, assim como identificar a maneira que cada trabalho utilizou para chegar até eles. Neste sentido, convém que se discuta um pouco mais acerca da natureza metodológica da sociologia de Pierre Bourdieu.

Por meio dos capitais conceitos-chave Campo, Capital e *Habitus* e da articulação de outros conceitos secundários – ambos já apresentados anteriormente –, o autor fornece um quadro analítico para o estudo das estruturas de espaços sociais específicos, assim como para o estudo das relações internas a esta estrutura, possibilitando a construção do que o autor denomina como campo social, ou, no caso desta pesquisa, o campo econômico.

Thiry-Cherques (2006, p.) apresenta um passo-a-passo para a operacionalização deste método:

- a) A delimitação de um seguimento social, com características sistêmicas (campo);
- b) A construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições que constituem o objeto de estudo (posições);
- c) A decomposição de cada ocorrência significativa, e as características do sistema de posições do campo (*doxa, illusio, etc.*);
- d) A análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica);
- e) A análise das disposições subjetivas (*habitus*);

- f) A construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura), e;
- g) A síntese da problemática geral do campo.

Inspirado nos trabalhos de Bourdieu, Brei (2007) elencou alguns pressupostos a serem seguidos por pesquisas que utilizam sua abordagem: (i) a não se separação das dimensões materiais e simbólicas, no processo de análise; (ii) analisar conjuntamente e, em confronto, as estruturas sociais e as estruturas cognitivas, abandonando a ideia de que a estrutura diz respeito apenas ao que é concreto e objetivo; (iii) não centrar a investigação em agentes ou organizações individuais, mas investigar todo o sistema de relação presente no campo investigado; (iv) ter a ciência de que o objeto de pesquisa só será definitivamente construído no decorrer da investigação; (v) levar em conta que teoria e prática constituirão simultaneamente todos os momentos da investigação.

Thiry-Cherques (2006) também aponta algumas orientações para pesquisas bourdieusianas. Segundo ele, ainda que as bases da praxiologia sejam estruturalistas, ela também tem como fundamento epistemológico o materialismo relacional de Bachelard (1990), de modo que a investigação não deve ser compreendida como algo linear, estritamente planejada e pré-determinada, mas deve ser construída paralelamente a sua execução, de modo seja permitida a alteração de todos os seus rumos, conforme os indicativos oferecidos pela campo, de modo que a pesquisa seja tão orgânica quanto a própria realidade que ela investiga e possibilite a atualização teórica.

A análise dos estudos que compõem esta revisão, assim como a apreensão das informações mais relevantes contidas neles, serão orientadas por todos esses pressupostos, de modo que buscar-se-á identificar sua efetivação e seus frutos em cada um dos trabalhos analisados.

Na próxima sessão (5), está meta-síntese será realizada, contudo, importa ressaltar, por fim, que as etapas descritas por Hoon (2013) e que foram descritas nessa subseção não serão estritamente apresentadas no texto, apesar de terem sido seguidas, uma vez que algumas delas – como a Etapa I – já foram realizadas no decorrer do trabalho, e outras delas constituem esforços heurísticos que precedem o texto, de modo que convém apresentar diretamente a elaboração de seus resultados.

4.3 Esboçando o objeto de estudo

A temática deste estudo está relacionada a construção social dos mercados. Contudo, como se viu, há diversas concepções acerca desta construção. Concepções estas, que se materializam em teorias e metodologias que auxiliam na compreensão da realidade econômica analisada. A perspectiva escolhida por este trabalho é a perspectiva bourdieusiana, que analisa a construção social dos mercados por meio da sociologia dos campos sociais, denominando-os, assim, como campos econômicos.

Ademais, retomando o objetivo geral esta investigação – que é o de "apresentar a abordagem bourdieusiana em estudos sobre o mercado, de modo a evidenciar os limites e as potencialidades de sua utilização" –, este estudo compreende que, para alcançá-lo, é necessário não apenas debruçar-se sobre os ditames teóricos-metodológicos do próprio Pierre Bourdieu e de seus seguidores, mas também sobre os trabalhos empíricos daqueles que optaram por utilizar seu arcabouço

Sendo assim, optou-se por analisar os trabalhos desta natureza, de modo que o objeto desta investigação são as pesquisas empíricas, que se debruçaram sobre a construção social de mercados e que, para tal, adotaram como lentes teórico-metodológicas a sociologia dos campos sociais de Pierre Bourdieu. O processo de escolha, de delimitação e a caracterização destas pesquisas será realizado a seguir.

Uma vez que as próximas subseções já começarão a alcançar os objetivos específicos desta dissertação que estão vinculados aos resultados, o Quadro 1 servirá para ilustrar o momento de alcance de cada um deles. É importante ressaltar que o objetivo específico “a” – Apresentar a discutir a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana e sua aplicação em investigações de objetos relacionados à Economia – não se encontra no quadro, uma vez que ele já foi alcançado na seção três, não estando vinculado aos resultados do trabalho, mas ao seu referencial teórico.

Quadro 1 - Matriz de localização do alcance dos objetivos específicos

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Localização dos resultados
Apresentar a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana para estudos sobre o mercado, de modo a evidenciar as principais tendências e regularidades idiossincráticas do Campo Econômico.	b) Identificar pesquisas que utilizaram esta abordagem no estudo de mercados;	4.4. Sobre a identificação das investigações relevantes à problemática. 4.5. Quanto a definição dos critérios de inclusão e de exclusão para o refinamento dos estudos identificados
	c) Identificar quais artifícios metodológicos foram utilizados nesses estudos;	5.1. Uma breve apresentação dos estudos analisados.
	d) Apreender e identificar as propriedades gerais do Campo Econômico	5.2.1. O papel do estado no campo econômico. 5.2.2. A hegemonia do capital econômico. O Poder Simbólico e o Campo Econômico
	e) Refletir acerca da pertinência desta adoção, de seus limites e de suas potencialidades.	5.2.4. Uma reflexão acerca da adoção teórico-metodológica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 Sobre a identificação das investigações relevantes à problemática.

Foi realizada uma busca por artigos científicos publicados em revistas internacionais. As duas bases escolhidas para a realização das buscas foram a *Web of Science* e a *Scopus*. Por meio dos mecanismos de pesquisa nativos das bases, foram realizadas pesquisas com as seguintes palavras-chave: *Market*, *Economy* e *Bourdieu*, além de palavras derivadas das mesmas. Não foi estabelecido ano inicial para a busca, de modo que foram buscados todos os estudos publicados até agosto de 2019. A pesquisa englobou os títulos, os resumos e as palavras-chave. Além disso, a pesquisa foi delimitada aos marcadores de temas relacionados a Administração, tais como: *Business*, *Economics*, *Management*, *Business Finance*, *Industrial Relations Labor*, *Development Studies* e a estudos publicados na língua inglesa. Após a realização dessa busca inicial foram encontrados 69 trabalhos, cujo processo de escolha será descrito a seguir.

4.5 Quanto a definição dos critérios de inclusão e de exclusão para o refinamento dos estudos identificados

Foram incluídos os trabalhos que atenderam concomitantemente aos seguintes critérios:

- a) Estudos que investigassem mercados de qualquer natureza;
- b) Cuja abordagem teórico-metodológica fosse bourdieusiana, e;
- c) Cujo enfoque fosse econômico.

Em decorrência desses critérios e da amplitude da busca que visou alcançar o maior número de trabalhos possíveis, uma vasta quantidade de trabalhos foi excluída, seja por apenas citar Bourdieu, mas não o utilizar efetivamente, seja por anunciar sua utilização, mas não a consolidar ou seja por adotar apenas conceitos bourdieusianos isolados ou de modo coadjuvante no decorrer da pesquisa. Além disso, vale citar que foi excluído um grande número de trabalhos cujo tema foi o mercado literário. Apesar de constituir um mercado e haver o amplo uso de referencial teórico e metodológico bourdieusiano, tais trabalhos foram mais voltados para o Campo Literário que para o Campo Econômico.

Inicialmente, foram lidos todos os títulos e resumos desses trabalhos. Quando, por meio do resumo, foi possível perceber que o estudo não se adequava aos critérios supracitados, o mesmo foi excluído. Quando, mesmo diante desta leitura, restava dúvida, o artigo era lido em sua versão integral até que a dúvida fosse sanada. Após todas as análises iniciais e respeitadas essas delimitações, chegou-se ao número final de oito trabalhos, que serão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Estudos identificados na pesquisa (continua).

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO
1	1999	Professional vs financial capital in the field of health care— struggles for the redistribution of power and control	Liisa Kurunmaki	Analisar a transição do modelo de gestão de sustenta fukabdês de saúde.

Quadro 2 - Estudos identificados na pesquisa (conclusão).

Nº	ANO	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO
2	2013	Building an economic field with supranational supports? Lessons from wine production in Romania	Antoine Roger	Compreender de que maneira a União Europeia colabora para a estruturação do mercado vinícola romeno.
3	2015	Crafting the market for bottled water: a social praxeology approach	Vinicius Brei e Mark Tadajewski	Compreender quais foram as condições sociais que transformaram a França em um dos maiores mercados consumidores de água engarrafada do mundo.
4	2016	Power in the Field. Explaining the Legitimisation of Large-Scale Farming in Romania	Antoine Roger	Compreender de que modo a dinâmica de poder do mercado romeno agrícola é mantida, mesmo em um contexto de profundas disparidades
5	2016	Cacophony of Contestation: Forms of Voice and the Warsaw Taxi Market as a Field of Struggles	Marcin Serafin	Compreender a construção social do mercado varsoviano de táxis por meio da apreensão das lutas existentes entre os agentes pertencentes ao campo.
6	2018	Analysing the Symbolic Economy with Pierre Bourdieu: The World of Crafts	Anne Jourdain	Analisar de que modo coexistem e se relacionam as dimensões simbólicas e econômicas no mercado francês de artesanatos.
7	2018	Switching labels: The role of Weberian ideas in market change. A case study of the German wine market.	Weik Welk	Analisar a influência da cultura na constituição do mercado alemão de vinhos, no contexto de uma mudança regulatória imposta pela União Europeia.
8	2018	A Bourdieusian perspective in exploring the emergence and evolution of the field of Islamic microfinance in Indonesia	Wuri Handayani Roszaini Haniffa e Mohammad Hudaib	Compreender de que modo o mercado indonésio de microfinanças islâmicas surgiu e como ele se desenvolveu ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 UMA META-SÍNTESE DE ESTUDOS DE MERCADO.

Antes de realizar a meta-síntese propriamente dita, é necessário que se discuta acerca dos aspectos mais relevantes que estes trabalhos apresentam em relação ao objeto desta investigação, de modo a tornar a problemática de cada um deles mais familiar, para que as discussões necessárias possam ser contextualizadas e melhor compreendidas. Tal esforço será empreendido na subseção seguinte.

Já na segunda subseção será apresentada a meta-síntese desses estudos, por meio de três vias que emergiram das análises: a das relações entre do Estado e o Campo Econômico, a da hegemonia do capital econômico e a do poder simbólico no Campo Econômico. Por fim, como forma de encerrar esta síntese, assim como atingir o último objetivo específico desta dissertação, será realizada uma reflexão acerca da adoção da praxiologia bourdieusiana para estudos de mercado, com base nos trabalhos analisados.

Vale ressaltar, antes de dar início as análises, que, uma vez que o fenômeno analisado por este estudo é a construção social dos mercados, esta meta-síntese se concentrará mais em compreender como se dá esta construção e de que maneira ela é alcançada e descrita nos estudos utilizados, do que nos objetos destes estudos, em si. Em outras palavras, ao analisar-se mercado varsoviano de táxis, por exemplo – um dos estudos que comporão esta meta-síntese – o objetivo não será o de compreender como os mercados de taxis, em si, funcionam, mas sim o de como se dá a construção social dos mercados, e de que modo os pesquisadores apreenderam e ilustraram esta natureza, abstraindo o mercado de taxi propriamente dito, de modo a apreender as propriedades gerais do campo econômico

5.1 Uma breve apresentação dos estudos analisados.

O primeiro trabalho analisado foi o do Mercado de Saúde Finlandês, tendo sido conduzido por Kurunmaki (1999), com o objetivo de analisar a transição vivida pelo sistema de saúde Finlandês em seu modelo de gestão, a partir da perspectiva bourdieusiana, de modo a apreender as implicações que tal transição gerou nas configurações de poder deste campo. Apesar de não se tratar, sob um primeiro olhar, de um estudo de mercado propriamente dito, o objetivo desta reforma administrativa foi o de implementar a lógica de mercado no sistema público de saúde finlandês, de modo, segundo a autora, a alcançar a eficiência administrativa, no contexto da onda neoliberal de reforma administrativa gerencial pela qual passava a Administração Pública em todo mundo, à época.

Cabe ressaltar que objetivo do governo finlandês não foi apenas o de adotar práticas de gestão pertencentes à iniciativa privada no contexto da Administração Pública, mas o de efetivamente fazer com que os atores e organizações do campo da saúde passassem a se comportar a partir de uma lógica mercantil, ou seja, concorressem entre si, disputassem por clientes – no caso, o Estado – lutassem para oferecer serviços com os menores preços, etc.

O meio utilizado para tal foi uma reforma em sua legislação, de modo a modificar a maneira pela qual os recursos da área eram distribuídos, ou seja, através da manipulação, especialmente, do capital econômico. Enquanto antes os hospitais recebiam diretamente os recursos do Governo Nacional, de acordo com o número de internações que recebiam, após as mudanças na legislação, esses mesmos recursos passaram a ser destinados às prefeituras, de modo que cada uma delas poderia escolher de quais hospitais desejariam contratar os serviços, obrigando os hospitais, assim, a não mais cobrarem do Estado por unidade de internação, mas pelo tipo de serviço especificamente prestado, em vista a alcançarem o menor preço possível para cada serviço ofertado, uma vez que, do contrário, poderiam perder o “cliente” para hospitais concorrentes que viessem a ofertar preços menores.

Deste modo, os hospitais foram obrigados a estabelecer toda uma nova contabilidade de custos e uma mudança de gestão que, se antes era ocupada por médicos e apenas requeria capital cultural incorporado e institucional relacionados à formação nas áreas da saúde, agora passou a ser ocupada por profissionais das áreas da Economia, Finanças e Administração, dotados de capital cultural incorporado e institucional dessas respectivas áreas, o que levou a uma consequente mudança na configuração da dinâmica de poder do campo e na própria rotina e no modo de comportamento dos atores pertencentes a ele, ou seja, no *habitus*.

Contudo, apesar de ter-se alcançado uma mudança relevante no *habitus* do campo, fazendo com que o modo de se conceber, pensar e atuar no campo da saúde não fosse mais o mesmo, não se alcançou o objetivo almejado de incorporar a lógica de mercado neste campo. Os motivos, segundo a autora, foram a falta de condições práticas e estruturais, como o a inviabilidade de um município contratar serviços de um hospital geograficamente distante, e fatores políticos, como o desinteresse dos políticos locais em alterar a realidade do campo e o medo de gerar consequências negativas na própria economia devido à evasão de recursos para outros municípios ou o enfraquecimento de hospitais locais.

Quadro 3 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Finlandês de Saúde

1.	Mercado Finlandês da Saúde
POSIÇÕES	Governo Nacional, Governo Local, Hospitais Centrais e Hospitais Universitários
CARACTERÍSTICAS	Não se trata de um mercado propriamente dito, mas da tentativa de fomentar a "lógica" de mercado no campo da saúde, por meio da adoção de práticas e princípios gerenciais, que afetaram, especialmente, a distribuição de recursos entre os hospitais.
HABITUS	As mudanças nas legislações relacionadas a redistribuição de recursos e o discurso da reforma administrativa gerou uma mudança no modo de ação de todos os atores do campo, ainda que não a esperada.
CAPITAIS	Capital Cultural (Institucional Médico e Institucional Financeiro), Capital Econômico e Capital Social.
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Entrevistas semiestruturadas a 32 atores do campo (gerentes hospitalares, gerentes financeiros, médicos, enfermeiros, economistas e políticos) e observação não participante de 41 reuniões deliberativas entre gestores e agentes operacionais de diversas instâncias organizacionais e interorganizacionais.

Fonte: Dados de pesquisa.

Já o segundo trabalho analisado, foi o que investigou o Mercado Romeno de Vinhos. Roger (2013) almejou compreender de que maneira a interferência da União Europeia influenciou na estruturação do mercado romeno de vinhos. Segundo o autor, a dinâmica de gestão do bloco, nessa área, era conduzida por um conselho formado por Ministros da Agricultura representantes de todos os países pertencentes ao bloco, cabendo a esses ministros, representarem os interesses de cada Estado. A partir de 2007, este conselho decidiu reformular completamente as políticas voltadas para o mercado vinícola, com vista a torna-lo mais eficiente e competitivo, diante do mercado mundial.

A partir da adesão do governo romeno, associações de produtores que até então não existiam, passaram a se organizar, com o intuito de representar o interesse desses produtores. No entanto, tais associações eram vinculadas apenas aos maiores produtores, ou, ao menos, aos produtores interessados nos mercados maiores, uma vez que o mercado ainda era incipiente. Os produtores familiares, por sua vez, não apresentaram interesse no jogo político e não participaram das deliberações ou conflitos decorrentes dele. Além disso, estas associações concorriam entre si, e buscavam a deslegitimação umas das outras.

A principal causa dos conflitos se dava na definição do enfoque ao tipo de produto cujo Estado deveria fomentar sua produção: Vinhos nacionais ou vinhos internacionais, vinhos profissionais ou vinhos artesanais. A partir dessas disputas, foram definidas as

regulamentações e as políticas públicas que estruturaram o mercado e que extinguíram parte dos produtores que não conseguiram se adaptar a elas.

Quadro 4 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Romeno de Vinho

2.	Mercado Romeno de Vinho
POSIÇÕES	• Governo Romeno • União Europeia • Associações de Produtores
CARACTERÍSTICAS	Trata-se de um mercado incipiente, cuja estruturação se deu por meio da intervenção da União Europeia e do Estado Romeno, onde há concentração de poder na mão de grandes produtores e os pequenos sequer participam das disputas por poder.
HABITUS	Inconclusivo
CAPITAIS	• Econômico • Cultural • Social
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Análise documental (publicações, relatórios administrativos) e 14 entrevistas semiestruturadas (Líderes de Associações e Produtores associados). Duração: 2 anos.

Fonte: Dados de pesquisa.

Diferentemente dos outros trabalhos, a perspectiva adotada por Brei e Tadajewski (2015), ao investigarem o mercado francês de água engarrafada, foi a do marketing e não a da produção. O objetivo dos autores, neste estudo, foi o de compreender quais condições sociais de possibilidade transformaram a França em um dos maiores mercados consumidores de água engarrafada do mundo, apreendendo o *habitus* de seus consumidores, assim como as estratégias marketing do mercado.

O mercado foi investigado como um todo, sem que fossem feitas acepções das empresas dele participantes, de modo que o conflito existente entre elas não foi abordado pelo estudo. As principais fontes de dados, nesse sentido, foram os as peças publicitárias, de modo a se compreender as estratégias de marketing, e os próprios consumidores, para se compreender o *habitus* de consumo.

Segundo os autores, apesar de o mercado de água engarrafada ser bastante antigo no país, ele coexiste com o serviço público de fornecimento de água potável, que também oferece uma água de excelente qualidade e considerada barata. Contudo, mesmo diante da existência de um produto barato e de alta qualidade, os franceses têm passado a consumir cada vez mais água engarrafada, algo não explicável pela lógica da economia tradicional e por seus princípios, uma vez que tal escolha – por um produto similar e mais caro – seria, em tese, irracional.

A explicação para o crescimento e a consolidação deste mercado está em torno da construção simbólica do produto, que se apresenta como um elemento associado à pureza, à estética, à saúde – especialmente a de recém-nascidos – à alta-gastronomia, à arte e aos esportes, além de uma depreciação falaciosa da água de torneira. Tudo isto fez com que o consumo de água engarrafada passasse a não envolver apenas a necessidade por água, em si, mas uma série de valores e concepções sociais, culturais, estéticas e de status econômico que transcendem o produto propriamente dito, mas que, sobretudo, determinam o mercado.

Quadro 5 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Francês de Água Engarrafada.

3.	Mercado Francês de Água Engarrafada
POSIÇÕES	• Consumidores
CARACTERÍSTICAS	É um mercado cujo poder se concentra em grandes corporações, que se desenvolveu após a regulamentação do estado e que é marcado pela manipulação de capitais culturais como forma de transformá-los em capitais simbólicos e consolidar marcas.
HABITUS	<i>Habitus</i> de consumo moldado por pré-disposições culturais que são manipuladas pelo mercado.
CAPITAIS	Cultural e Simbólico
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Documental (documentos governamentais, peças de marketing, relatórios de mercado), Entrevista Semiestruturada e observação participante.

Fonte: Dados de pesquisa.

O quarto trabalho, por sua vez, investigou o Mercado Romeno Agrícola. De acordo com Roger (2016), o mercado romeno agrícola é marcado por agudas disparidades entre os seus agentes, no que diz respeito a posse de terras – um dos capitais econômicos deste mercado – de modo que a maior parte das terras do país estão concentradas nas mãos de poucos grandes latifundiários, cuja produção é voltada para exportação, enquanto a imensa maioria dos agricultores atua em propriedades pequenas, cuja produção é voltada para a própria subsistência. Partindo desta realidade, o autor buscou, por meio de sua pesquisa, compreender de que modo essa dinâmica de poder tão desigual se mantém e é aceita pelos pequenos agricultores.

O estudo identificou cinco grandes empresas que dominam o mercado, em detrimento dos pequenos produtores. Todas elas são de propriedade de magnatas outsiders, que construíram sua fortuna em outros ramos e que encontraram na indústria agrícola mais uma fonte de riqueza. Além dessas cinco empresas, o autor aponta outras três empresas multinacionais agroquímicas, voltadas para o mercado de sementes transgênicas e insumos

agrícolas, como detentoras de grande poder sobre o campo e bastante ligadas aos grandes produtores.

Por meio de suas análises, Roger (2016) identificou três outros campos com os quais o mercado agrícola realiza intercâmbios e cuja relação exerce influência sobre suas estruturas de poder: O Campo Científico, o Campo Político e o Campo Burocrático. Ao analisar individualmente as estruturas de poder de cada um desses campos, o autor constata que todos eles convergem no sentido de beneficiar aos grandes produtores.

O campo político é facilmente cooptado pelos grandes produtores, devido seu poderio econômico. Uma vez que o Campo Político é quem nomeia grande parte dos componentes do Campo Burocrático, a interferência é dupla. Já no que diz respeito ao Campo Científico, o fato de as pesquisas serem financiadas pelas indústrias faz com que elas se concentrem apenas em temas voltados para os grandes produtores, desprezando e deslegitimando os pequenos. Assim, por vias objetivas e simbólicas, os grandes produtores não apenas se mantêm no poderio do campo, mas reproduzem esta dinâmica de poder e, cada vez mais, expulsam do campo os pequenos produtores.

Quadro 6 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Romeno Agrícola.

4.	Mercado Romeno Agrícola
POSIÇÕES	• Grandes produtores • Empresas Agroquímicas • Pequenos Produtores
CARACTERÍSTICAS	Campo com alta concentração de capital econômico e influenciado pelos campos Político, Burocrático e Científico.
HABITUS	Não foi abordado
CAPITAIS	Econômico, Social e Cultural.
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Foram utilizados dados econômicos governamentais e institucionais e pronunciamentos públicos dos agentes pertencentes ao campo. A natureza da abordagem e da análise não foi especificada.

Fonte: Dados de pesquisa.

O quinto trabalho investigou o mercado varsoviano de táxis. Serafin (2016) buscou, em seu trabalho, compreender a construção social do mercado de taxis de Varsóvia, por meio da apreensão das lutas existentes entre os diferentes agentes pertencentes ao campo. Seu estudo se deu em um contexto em que o mercado se encontrava extremamente competitivo, devido ao excesso de oferta em face da demanda pelo serviço ofertado

Segundo o autor, toda a trajetória histórica do mercado, tal como sua atual dinâmica de poder só pode ser compreendida por meio da assimilação da relação deste campo com o Estado (políticos, burocratas e juízes). Diante desta constatação, o autor estabeleceu o mapeamento destas relações, de modo a elucidar quais são os agentes envolvidos em cada fio dessa rede de relações e o nível de envolvimento desses atores.

Em suas análises, o autor pode constatar que o *habitus*, como preconizara Bourdieu, não apenas recai de modo diferente sobre cada posição do campo, mas que, por consequência, a *illusio* também recai com diferentes graus de intensidade, de modo que, quanto menos poder o agente tem no campo, menos ele tende a acreditar no jogo e, conseqüentemente, se envolver e se dedicar a ele. Podendo ser interpretado tanto como causa quanto como consequência disso, o autor percebe o mercado varsoviano de táxis como um campo individualista, onde há baixa coesão e baixo sentimento de pertencimento e de classe.

Quadro 7 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Varsoviano de Táxis.

5.	Mercado Varsoviano de Táxis.
POSIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Motoristas Licenciados • Motoristas Não Licenciados • Políticos • Burocratas • Empresários • Juízes
CARACTERÍSTICAS	É um campo estruturado e reestruturado pelo Estado. Todas as principais mudanças ocorridas ao longo dos anos foram decorrentes das legislações. O poder sobre o campo é determinado pela capacidade dos atores de cooptarem o estado para atingirem, por meio dele, os seus objetivos no campo.
HABITUS	Individualismo e ausência de qualquer senso de classe.
CAPITAIS	Econômico, Cultural, Social, Jurídico e Simbólico.
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Entrevistas Qualitativas (23) , Questionários (246), Pesquisa Documental (jornais, processos judiciais, vídeos, fotos) e Observação Participante e Não Participante (Fóruns Virtuais e Comércio Oficial). Duração: 8 meses

Fonte: Dados de pesquisa.

O sexto trabalho que compõe esta revisão é o do mercado francês de artesanatos. Com o intuito de analisar a dicotomia existente entre as dimensões simbólica e econômica no contexto deste campo, Jourdain (2015) desenvolveu este estudo, a partir das lentes da sociologia econômica bourdieusiana. A autora esclarece que, apesar de soar um tanto quanto vago denominar um mercado como “mercado artesanal” e não como o mercado de um produto específico, na França, o campo artesanal é considerado como um setor econômico e possui mais de 38.000 empresas.

Para iniciar o processo de compreensão deste mercado, inicialmente a autora realizou um mapeamento de seus atores, de modo a identificar quais são as principais posições do campo, por meio de uma larga pesquisa quantitativa que visou obter dados sociais e econômicos sobre os negócios, seus donos e seus familiares. Por meio do cruzamento dos dados, chegou-se a três perfis de artesãos: os artesãos de elite, os criadores e os artesãos tradicionais.

Os primeiros são aqueles que possuem tradição familiar na área em que atuam, herdeiros do negócio da família, possuem alto nível de formação na área das artes, acúmulo de capital econômico e tem como clientela a elite econômica francesa. Os segundos, por sua vez, são outsiders, com acúmulo de capital cultural, com formação acadêmica alheia ao campo artístico, já com carreira desenvolvida em outras áreas, mas que, após encontrarem-se insatisfeitos com suas carreiras, encontraram na arte um meio de realização profissional. O público alvo desses é formado pela classe média francesa. Os últimos, por sua vez, são aqueles artesãos que, apesar de possuírem tradição familiar no ramo em que atuam – tendo, portanto, grande quantidade de capital cultural incorporado acumulado – são de origem pobre, não possuem formação acadêmica e vendem suas obras a preços considerados baratos, sendo voltadas, especialmente, para turistas ou clientes menos abastados.

Após realizar esse mapeamento, a autora realizou entrevistas com mais de 90 artesãos e apresentou, no texto, a trajetória e a perspectiva de mercado de três deles, cada qual representando um dos nichos de mercado, de modo a ilustrar o perfil de cada categoria e a maneira com a qual cada uma delas lida com a polarização entre os aspectos simbólicos e econômicos da arte.

O artesão de elite, em geral, não nega o aspecto econômico de seu trabalho, citando com orgulho, inclusive, características relacionadas a economia, como o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, ele deixa claro que necessita do reconhecimento de seus pares do campo artístico, enaltece a tradição e a expertise de seu trabalho e diz se considerar superior aos fabricantes de massa. O artesão criador, por sua vez, é o que mais rechaça o aspecto econômico de seu trabalho. Por ter encontrado na arte a realização profissional não encontrada em outras áreas, ele tende a exaltar o caráter emancipador do ofício e descreve a autenticidade como a principal característica diferencial do seu trabalho, apesar de ter a consciência de que atua em um mercado e que, como em qualquer empresa, é necessário que haja solvência. Já o artesão tradicional, por ser aquele com menor capital econômico, é o que mais deixa clara a importância do aspecto econômico em seu trabalho. Apesar de ter consciência das peculiaridades de seu ofício, de ter crescido em torno do mercado e de se

reconhecer em seu trabalho, ele mostra como atua para, ao mesmo tempo, produzir obras genuínas, ou seja, sem levar em conta seu potencial de comercialização, mas também aquelas as quais ele tem certeza que será facilmente comercializada, tanto pelo preço, como pela natureza.

Trata-se, portanto, de um mercado onde há grande diferenciação social entre os seus membros, onde não apenas coexistem os aspectos simbólicos e econômicos, como eles atuam de maneira interdependente, um sustentando ao outro. Apesar de atuarem em um mesmo setor, a dinâmica de cada categoria é tão autônoma que, segundo a autora, cada uma dessas categorias caracteriza-se como um capo distinto, com *habitus* e portfólio de capitais específico.

Quadro 8 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Francês de Artesanatos

6.	Mercado Francês Artesanal
POSIÇÕES	• Artesãos de Elite • Artesãos Criadores • Artesãos Tradicionais
CARACTERÍSTICAS	Trata-se de um mercado vastamente diversificado, cuja dimensão econômica é socialmente determinada, no qual não há regulação estatal e, apesar de haver um aparente antagonismo entre as dimensões econômica e simbólica, uma sustenta a outra.
HABITUS	Cada categoria (posição) possui nichos e construções sociais tão específicas que podem ser consideradas como mercados independentes, de modo que, cada qual possui um <i>habitus</i> distinto.
CAPITAIS	Capital Cultural, Capital Econômico e Capital Simbólico.
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Foram aplicados 947 questionários e realizadas 120 entrevistas. Foi realizada observação participante em oficinas, feiras e exposições de artesanatos.

Fonte: Dados de pesquisa.

No sétimo trabalho analisado, o objetivo de Welk (2018), por sua vez, foi o de analisar a influência da cultura na constituição do mercado alemão de vinhos, diante da iminência de uma mudança regulatória imposta pela União Europeia. Para tal, o trabalho se concentrou em analisar a percepção dos agentes do campo acerca desta mudança.

A pesquisa se deu durante o período de deliberação dessas modificações, quando se discutia de que maneira a Alemanha incorporaria tal imposição no contexto de seu mercado. Tal mudança dizia respeito ao seu sistema de classificação de vinhos. Enquanto o modelo alemão de classificação avaliava a qualidade do produto final, por meio de testes cegos, a

imposição da união europeia era no sentido de que se implantasse o modelo francês de classificação, por meio do qual se estabelecem certas regiões como capazes de produzir uvas de qualidade e outras não, sendo a classificação dos vinhos realizadas *à priori*, baseada na região de origem das uvas com as quais os vinhos foram produzidos.

Como modo de estratificar o campo e gerar uma melhor compreensão acerca das diferentes posições e agentes, o autor estabeleceu uma diferenciação de posições conforme o tipo de vinho produzido e as características da produção, chegando-se a três tipos de produtores: Os Produtores Familiares, os Produtores de Vinhos de Alta Qualidade e os Produtores de Massa. Os primeiros são os mais tradicionais, de produção rudimentar e avessos às mudanças e às transformações no campo. Os segundos, apesar de tradicionais, possuem produções sofisticadas e, na maior parte das vezes, formação profissional em vinicultura, sendo mais propensos e adeptos às mudanças. Os últimos são os grandes produtores, que possuem expertise de mercado e tem foco no desenvolvimento de marcas, sendo, portanto, também propensos às mudanças, especialmente visando o mercado de luxo.

Apesar de ser um mercado onde há associações de produtores organizadas e de representantes de todos os grupos de produtores atuarem sistematicamente junto ao Estado, há forte concentração de capital econômico e de poder nas mãos dos Produtores de Alta Qualidade e dos Produtores de Massa e há a perspectiva de que grande parte dos produtores familiares irão à falência antes da próxima geração.

Quadro 9 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Alemão de Vinhos

7.	Mercado Alemão de Vinhos
POSIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Produtores de Alta-qualidade • Associações de Produtores • Produtores de Massa • Governo
CARACTERÍSTICAS	<p>Há uma disputa pela manutenção do status quo, curiosamente, por parte daqueles que estão nas posições menos privilegiadas.</p> <p>Há alta concentração de capital econômico.</p> <p>Apesar de dominarem grande quantidade de capital social, o maior grupo não detém poder sobre o campo, uma vez que aquele que detém maior poder econômico, cultural e simbólico exerce mais influência sobre o poder do estado.</p>
HABITUS	Demarcado pelo contexto cultural de cada grupo e sintetizado no antagonismo social entre o tradicionalismo e a inovação.
CAPITAIS	Econômico, Cultural, Social e Simbólico
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Entrevistas qualitativas semiestruturadas a 10 membros do campo, sendo 6 representantes de associações e 4 representantes ministeriais. Segundo o autor, foi necessário ir a campo três vezes, apesar de, inicialmente ter-se pensado apenas uma, visto que a pesquisa foi se mostrando complexa.

Fonte: Dados de pesquisa.

O oitavo e último trabalho analisado concentrou-se sobre o mercado indonésio de microfinanças islâmicas. Handayani, Haniffa e Hudaib (2017) buscaram, em seu trabalho, compreender de que modo este mercado surgiu e como ele se desenvolveu ao longo do tempo. Segundo os autores, a indonésia possui a maior estrutura de microfinanças do mundo, contudo apesar de o mercado de microfinanças ser mais amplo que apenas o setor islâmico, o produto oferecido por esse setor é suficientemente diferenciado – de modo a cumprir as exigências religiosas islâmicas –, assim como os seus clientes, o que o leva a constituir um mercado específico.

Por meio de uma abordagem historiográfica, com a realização de pesquisa documental e de entrevistas a agentes-chave do campo, os autores chegaram a quatro recortes históricos que marcam a trajetória do mercado. Durante todos os períodos, a trajetória do campo foi marcada pela influência, especialmente, das organizações religiosas, das associações criadas com o objetivo de fomentar o mercado e pelas reformas econômicas que, apesar de não tratarem diretamente do tema, geravam consequências ao mercado. Dada a baixa regulamentação da área, as associações tiveram papel fundamental na estruturação do campo, assim como na disseminação do modo de gestão islâmico, aumentando, assim, o seu poder simbólico.

De modo a mapear o campo, o autor estabeleceu uma classificação entre as empresas a ele pertencentes, por meio da apreensão de três categorias: as formais, as semiformais e as Informais. Foram consideradas como organizações formais os próprios bancos e as instituições financeiras que se encontram sob a supervisão das autoridades financeiras do país. As semiformais foram as instituições não bancárias, mas que oferecem o serviço por meio de fundos financeiros coletivos. Já as informais, são aquelas pessoas ou empresas de outros setores que oferecem o serviço de maneira paralela.

Apesar de não abordar aspectos relacionados à disputa pelo poder, na dinâmica atual do campo, o trabalho mapeia os principais atores do campo e, sobretudo, ao estabelecer a trajetória histórica do mercado, os autores revelam o quanto os estágios de desenvolvimento do mercado sempre estiveram profundamente intrincados à realidade social e política do país, sendo influenciados, especialmente, pelas reformas financeiras conduzidas pelo campo burocrático e pelo ressurgimento do movimento islâmico.

Quadro 10 - Caracterização da investigação sobre o Mercado Indonésio de Microfinanças Islâmicas.

8.	Mercado Indonésio de Microfinanças Islâmicas
POSIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações Formais • Organizações Informais • Organizações Semiformais
CARACTERÍSTICAS	Mercado completamente vinculado às instituições religiosas, cujo desenvolvimento se deu de maneira consideravelmente independente do Estado, por meio da atuação de associações.
HABITUS	Não foi abordado.
CAPITAIS	Capital Cultural, Capital Social e Capital Simbólico
ARTIFÍCIOS METODOLÓGICOS	Abordagem Historiográfica. Entrevistas aos presidentes das associações do setor. Análise Documental

Fonte: Dados de pesquisa.

5.2 Uma meta-síntese dos estudos de mercado

Esta síntese será construída por meio de três vias que emergiram das análises e que se fizeram presentes, em maior ou menor grau, em todos os estudos analisados, o que caracteriza um indício de que as considerações que serão feitas por meio delas tendem a representar propriedades gerais do Campo Econômico. Para que as discussões possam ser construídas, recorrerei tanto aos trabalhos analisados, quanto à teoria bourdieusiana, por meio de um exercício dialógico.

Apesar deste texto estar discutindo estes elementos e essas relações de maneira separada, é necessário ressaltar que esta é apenas uma escolha didática, uma vez, todas estas questões estão emaranhadas – Relações com o Estado, Capital Econômico e Poder Simbólico – e só são efetivamente compreendidas em conjunto. Além disso, estes três elementos analíticos conceituais foram escolhidos por terem sido percebidos como os mais emblemáticos do Campo Econômico, por meio dos mercados apresentados pelos estudos, contudo, buscar-se-á, por meio deles, discutir todas as outras propriedades do campo, como a própria teoria ensina e exige, de modo relacional.

É importante elucidar, mais uma vez, que estas análises não constituem categorias nas quais foram enquadradas e agrupadas as análises já realizadas pelos autores desses trabalhos, mas análises independentes, realizadas a partir das informações por eles disponibilizadas. Isto

significa, por exemplo, que algumas dessas perspectivas sequer foram abordadas ou discutidas nos artigos originais, mas que puderam ser trabalhadas a partir das informações oferecidas pelos autores.

Em síntese, o Estado exerce influência profunda sobre o Campo Econômico, sendo imprescindível a compreensão desta relação para a reconstituição da construção social de qualquer mercado, uma vez que os mercados tendem a ser estruturados e reestruturados por eles. Contudo, o Estado não é uma força mística ou abstrata, mas também um campo de poder e de interesses contrários, controlado, na maior parte das vezes, pelos atores que detêm o domínio sobre o Capital Econômico. Esta constatação corrobora a ideia de que o Capital Econômico é o capital mais empoderador e mais transacionável, no contexto do capitalismo, o que exige a compreensão de suas nuances e a sua relação com as demais formas de capital. Porém, um poder que pode ser ratificado pelo Estado, manipulado pelo Capital Econômico, que é vinculado ao capital cultural e que exerce influência, especialmente sobre as pré-disposições dos agentes do campo é o Poder Simbólico, praticado por quem detém o Capital Simbólico. Sua hibridez e sua natureza amorfa, o torna um trunfo em diversos contextos, sendo elemento-chave para a compreensão de disputas e de conflitos, o que também torna sua discussão imprescindível.

O Quadro 11 ilustra as principais propriedades apreendidas em cada uma das vias de análise:

Quadro 11 - Síntese das propriedades gerais do Campo Econômico (continua)

Via de Análise	Propriedades Gerais
O papel do Estado no campo econômico.	O campo econômico é altamente influenciado e determinado pelo Estado, por meio dos campos Burocrático, Político e Jurídico, o que leva os atores a terem que disputar pelo poder sobre o Estado, para garantir o seu poder sobre o campo.
A hegemonia do Capital Econômico	O Capital Econômico é o mais valioso capital deste campo, por possibilitar, além da aquisição de bens, a geração de capital social, a cooptação do Estado, a aquisição de capital cultural e científico e por ser um instrumento de manipulação simbólica.
O Poder Simbólico e o Campo Econômico	Há uma constante disputa simbólica entre os agentes, de modo a garantir a predominância de um viés hegemônico sobre o campo, determinando a percepção a respeito do próprio campo, de seus produtos e do papel de cada agente a ele pertencente.

Fonte: Dados de Pesquisa

5.2.1 O papel do Estado no campo econômico.

Uma das principais propriedades da categoria analítica “campo social” diz respeito à sua autonomia e à sua independência diante do universo social mais amplo do qual ele faz parte, assim como, diante dos demais campos sociais com os quais ele coexiste (BOURDIEU, 1996). Tal independência, segundo o autor, diz respeito tanto à sua gênese, que não se dá por meio de sua própria trajetória, quanto a determinação e a manutenção ou transformação de suas estruturas, assim como de sua dinâmica de funcionamento.

Bourdieu (2011) elucida, ao resgatar a etimologia da palavra "autônomo", que seu significado remete a algo que possui sua própria lei, seu próprio *nomos*, seu próprio princípio de visão. Um campo autônomo é, segundo o autor,

(...) um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário (BOURDIEU, p. 195, 2011).

Entretanto, como elucida Thiry-Cherques (2006), Bourdieu não descreve os campos como sendo impermeáveis às interferências externas, o que seria, sob a ótica macrossocial, uma antítese ao seu preceito relacional. Pelo contrário, Bourdieu (2004) defende que os campos, apesar de possuírem razoável independência, podem sofrer interferências de outros campos sociais que interferirão em seu funcionamento.

Entretanto, há um campo cuja influência sobre os demais gravita com ainda mais força, sendo denominado pelo autor como um meta-campo, detentor de um meta-poder, capaz de condicionar o funcionamento dos demais campos e de definir a posição dos campos na dinâmica do universo social, assim como a dinâmica de poder no interior dos campos: O Campo Burocrático (BOURDIEU, 2014). O Campo Burocrático é nome dado ao campo ao qual pertencem as instituições, organizações e agentes relacionados à esfera gestora do Estado, "(...) instância oficial, reconhecida como legítima, isto é, como detentora do monopólio da violência simbólica legítima" (BOURDIEU, 2014, p. 490).

O Estado possui inúmeros meios para exercer influência direta e indireta, material e simbólica sobre os demais campos, tanto por meio de sua ação, quanto por meio de sua não ação. Contudo, conforme já elucidava Bourdieu (2002) e se confirma por meio dos resultados que serão aqui apresentados, tal influência parece ser ainda mais recrudescedor e menos

velada, quando se trata do Campo Econômico, sendo o Estado, muitas vezes, não apenas um campo externo, mas um agente atuante no interior dos mercados:

(...) o Campo Econômico está habitado mais que qualquer outro pelo Estado, que contribui a todo momento para sua existência e manutenção, mas também para a estrutura de relações de força que o caracteriza (BOURDIEU, 2001, p. 25).

Dentre seus meios de atuação, está a definição da política econômica, que irá interferir, entre outras coisas, na taxa de juros, na entrada ou na saída de recursos do país, na retração ou no aumento dos investimentos, etc., está a capacidade de consumo do próprio Estado que, ao demandar por certos produtos, pode aquecer a economia e desenvolver certos mercados ou agentes econômicos, estão as políticas de crédito que alteram tanto a oferta quanto a demanda por produtos e serviços, estão as políticas de ciência e tecnologia que geram inovação e competitividade para os mercados, estão as políticas específicas de fomento e desenvolvimento econômico voltadas para setores ou mercados específicos, entre outras inúmeras iniciativas.

Contudo, por sobre todos estes artifícios está a capacidade reguladora do Estado. Por meio dela, o Campo Burocrático determina, entre outras coisas, as regras de produção, distribuição e venda de produtos e serviços, podendo, de tal forma, determinar as estruturas objetivas e simbólicas de um mercado, suas barreiras de entrada e, indiretamente, a posição de seus atores e, até mesmo, seu portfólio de capitais. A capacidade regulatória faz do Estado, portanto, um agente estruturante do Campo Econômico, tornando, assim, essencial a compreensão da relação Estado-Mercado, no processo de investigação de qualquer objeto de natureza econômica (BOURDIEU, 2002; 2014).

Dada a importância do Campo Burocrático diante do Campo Econômico e o seu poder sobre ele, os conflitos e as disputas por poder, no contexto de um mercado, não permanecem delimitadas apenas dentro dele, mas alcançam também o Estado, de modo que os agentes econômicos buscam tomar para si o poder estruturante do Estado, de modo a implementar os seus interesses por meio dele (BOURDIEU, 2005a).

Assim, entre outras coisas, não basta que as empresas tenham domínio de mercado, possuam tecnologias de ponta ou uma estrutura financeira sólida. É imprescindível, sobretudo, que elas também dominem o Estado. Em outras palavras, a disputa por poder, no campo econômico, não se resume apenas no domínio do campo econômico, em si, mas também no domínio do campo burocrático: “A concorrência entre as empresas,

frequentemente, assume a forma de competição por poder sobre o poder do Estado” (BOURDIEU, 2002, p. 231-232, tradução nossa).

Entretanto, uma observação óbvia, mas necessária, a respeito do Campo Burocrático é que, como qualquer campo, ele não constitui um corpo monolítico ou homogêneo, sendo também um espaço de distintas posições e de múltiplos interesses e, portanto, conflituoso. Isto significa que ter o domínio sobre ele não é uma tarefa simples, mas exige esforços sistemáticos em diversas frentes, uma vez que dentro do próprio Estado podem surgir iniciativas ou atuações de interesses contrários sobre um mesmo tema, ao tratar de um assunto de um determinado mercado. No próprio investigação realizada por Bourdieu (2001), acerca do mercado imobiliário francês, o autor mostra como as ações de dois Ministérios diferentes pertencentes a um mesmo governo produziram efeitos contrários no interior do Campo Burocrático do contexto investigado.

Junto ao Campo Burocrático, atua também o Campo Político, tanto no que diz respeito às questões de governabilidade, quanto no que diz respeito à própria formação de um governo, visto que, na maior parte das vezes, muitos dos membros que compõem o Campo Burocrático, quando não pertencem ao Campo Político, são por ele indicados (BOURDIEU, 2011). Segundo o autor, o Campo Político é um campo no qual há grandes barreiras de acesso, também com lógica particular e onde há um constante jogo por poder, especialmente pelo poder de se estabelecer visões de mundo e pelo poder sobre o Estado, uma vez que o Estado detém o monopólio do princípio de visão e divisão do mundo (BOURDIEU, 2011). Desta forma, compreender como os agentes econômicos lutam pelo poder sobre o Campo Burocrático, também significa compreender como eles lutam pelo poder sobre o Campo Político.

Serafin (2016), ao investigar o mercado varsoviano de táxis, analisou minuciosamente a sua relação com o campo burocrático, enfatizando exatamente o fato de o Estado não ser apenas um agente, mas um campo com múltiplos agentes em inúmeras posições distintas, cuja relação com o mercado se dá de maneiras também diferentes.

Para melhor delinear a relação do mercado de táxis com o campo burocrático, o autor dissecou a relação do campo com distintas posições pertencentes ao Estado, mais especificamente, conforme os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (o autor não explicita que sua categorização é orientada a partir dos três poderes), denominando-os respectivamente como: esfera política, esfera burocrática e esfera jurídica. Enquanto a primeira, segundo ele, é a responsável pelo delineamento das políticas e das legislações do

campo, a segunda é a responsável por sua implementação e fiscalização, e a terceira por sua aplicação e interpretação.

Por meio de um mapeamento dessas relações, o autor mostra quais atores do mercado de táxis atuam em cada uma dessas esferas do campo burocrático, quais os capitais são necessários para tal atuação em cada uma dessas frentes e quais tipos de conflitos estão envolvidos nas atividades de lobby, convencimento, deliberação, pressão pública e persuasão. O capital social necessário para gravitar sob a esfera política e tão importante, por exemplo, quanto o capital jurídico, no processo de influência sobre a esfera jurídica, o que exige dos agentes econômicos não apenas expertise, como também competências específicas.

Serafin (2016) mostra, ao estabelecer a contextualização histórica do campo, que a trajetória do mercado varsoviano de táxis sempre foi orientada pela intervenção do estado, seja por meio da regulamentação do mercado ou por meio de sua desregulamentação. Segundo ele, as principais disputas por poder entre os atores do campo, e as principais reivindicações direcionadas ao campo burocrático estiveram sempre relacionadas às decorrências dessas regulamentações, especialmente nas barreiras de entrada impostas ou retiradas por elas que, conforme a época, facilitou ou dificultou a entrada de novos agentes no mercado. Essas barreiras, nem sempre são explícitas, ou seja, ou Estado não proíbe que determinados atores atuem em um mercado, mas estabelece regras para que eles possam atuar ou para que eles continuem atuando, o que significa, em muitos casos, não apenas impedir a entrada de novos atores no mercado, mas a expulsão de atores já existentes.

Tais regulações, especialmente em fases iniciais, quando o campo ainda está se desenvolvendo, tem como objetivo organizar e estruturar a atividade econômica nesta área, para que ela possa se desenvolver de modo sustentável e seguro, prezando pela segurança institucional, econômica, sanitária, entre outras, conforme sua natureza. Contudo, elas impõem inúmeras mudanças na forma de operação do mercado, que podem exigir investimentos por parte dos empresários. Neste contexto, pequenas empresas, que possuem estrutura financeira frágil, tendem a não continuar atuando, indo à falência ou sendo incorporadas por empresas maiores, pertencentes ou não ao campo.

Brei e Tadajewski (2015) discorrem ter ocorrido exatamente isto no início do desenvolvimento do mercado francês de água engarrafada. Segundo eles, logo no início do crescimento do mercado, assim que as regulamentações promoveram mudanças na produção, na classificação e na distribuição dos produtos, automaticamente, as empresas regionais, que somavam a maioria das empresas do mercado, foram sendo absorvidas pelas indústrias alimentícias que, até então, nem faziam parte deste mercado, mas que já possuíam capital

econômico e expertise de mercado suficientes para cumprir as exigências do campo burocrático e operar no mercado. O mesmo ocorreu no mercado romeno de vinhos, conforme Roger (2013). Segundo o autor, após a regulamentação das pequenas propriedades, a proibição da fabricação de vinhos com uvas de espécies mistas e a proibição da fabricação de bebidas consideradas inferiores ao vinho, todos os atores pertencentes a esses nichos abandonaram o campo, por não possuírem meios financeiros para implementarem as mudanças exigidas.

No mercado de microfinanças islâmicas também houve a expulsão de agentes do campo, por meio da imposição de barreiras regulatórias por parte do Estado. Segundo Handayani, Haniffa e Hudaib (2017), após uma destas mudanças, as organizações e projetos que ofereciam microcrédito tiveram que mudar o status legal de seus negócios para se enquadrarem nas novas exigências burocráticas estabelecidas e, parte delas, nem com efetuação a mudança puderam continuar operando.

Contudo, a atuação do Estado no sentido de promover o desenvolvimento do campo oscilou, em sua trajetória, e, de modo de geral, foi escassa. Por se tratar de um mercado vinculado a uma religião, a relação entre as instituições religiosas e os políticos que ocupavam o poder determinava consideravelmente o posicionamento do Estado em relação a ele. Segundo os autores, um dos governos do período investigado apresentou entraves regulatórios para o mercado, exatamente por ser contrário ao islamismo. Por outro lado, também foi citado no texto o caso em que a proximidade entre o presidente do país e o presidente de uma associação islâmica trouxe benefícios ao campo.

Além disso, a ausência do Estado com suas funções regulatórias fez com que as associações tivessem um papel fundamental para a organização e para o desenvolvimento do campo, não apenas no sentido de institucionalizar as reivindicações do mercado junto ao campo burocrático, mas na organização independente do campo, por meio de seus esforços, uma vez que a dinâmica dessas associações é diferente das que se apresentam nos outros estudos. Ao contrário da maioria delas que se forma com o objetivo de constituir uma representação de classe, estas associações eram criadas com o objetivo de desenvolver, por si mesmas, o mercado do microcrédito islâmico. Neste sentido, é importante analisar não apenas a atuação concreta do Estado sobre o Campo Econômico, mas também a sua não ação, uma vez que ela também gera consequências ao mercado.

Já no mercado francês de artesanatos, a grande variedade de ofícios dificultou a regulamentação da profissão e do setor, o que fez com que o Estado atuasse pouco sobre ele. Segundo Jourdain (2015), as associações de artesãos reivindicam pela regulamentação da

profissão para que haja um maior respeito à área e aos seus profissionais. Tal exigência é sintomática tanto sob o ponto de vista econômico quanto o simbólico, uma vez que ilustram o desejo dos próprios agentes do campo de que se criem barreiras para que novos agentes passem a fazer parte do campo. Pelo viés econômico, essas barreiras limitam o número de concorrentes e, conseqüentemente, ampliam o mercado desses agentes. Já sob o aspecto simbólico, a barreira gera, ao mesmo tempo, diferenciação e reconhecimento, ao separar os artesãos dos demais tipos de profissionais.

No caso do mercado finlandês da saúde, o que houve não foi uma interferência do Estado sobre um mercado, mas a tentativa de se implantar a dinâmica de mercado no contexto de uma área de prestação de serviços públicos do próprio Estado.

Pensar na interferência do Estado na saúde, especialmente partindo da ótica brasileira, parece um tanto quanto óbvio, uma vez que a maior parte deste campo é exatamente controlada pelo próprio Estado. Contudo, muitos dos serviços oferecidos pelo Estado de maneira gratuita são contratados em um mercado de livre concorrência, do qual participam diversos atores privados e, mesmo quando o Estado não trata diretamente com este mercado, mas apenas desenvolve suas próprias políticas de saúde e determina o rumo de suas próprias organizações – ou seja, seus hospitais, clínicas e demais instituições públicas – ele interfere no mercado de saúde.

Conforme Kurunmaki (1999), diante da nova regulamentação imposta pelo governo finlandês, as prefeituras poderiam deixar de financiar hospitais públicos e passar a contratar os serviços de saúde de hospitais privados, se assim o desejassem ou considerassem mais vantajoso, caso esses hospitais não oferecessem serviços a preços competitivos, o que poderia desencadear uma série de conseqüências em todo o mercado de saúde. O Estado, nesse caso, abstraindo as peculiaridades burocráticas e legais que diferencia cada um desses entes, atua, ao mesmo tempo, como regulador, como agente econômico demandante e como agente econômico ofertante deste mercado

Contudo, apesar de ser esta uma interferência substancial, ela não é absoluta, devido ao fato de que as estruturas sociais da economia não são passíveis de controle total. Este fato fica bastante claro quando se observa que, por mais que as mudanças nas legislações tenham causado uma transformação no mercado da saúde em relação ao *habitus* dos campos, à dinâmica de poder e ao portfólio de capitais, fazendo emergir um novo paradigma de gestão hospitalar, o objetivo de se desenvolver uma “lógica” de mercado não foi alcançado, uma vez que as condições práticas do campo não colaboraram para tal, assim como os interesses dos atores envolvidos, especialmente os políticos, entravam em conflito com ela, o que corrobora

a ideia bourdieusiana de que não há lógica econômica e muito menos conhecimento econômico desvinculado do social, assim como, ilustra mais uma vez que, mesmo dentro do campo burocrático há uma miríade de interesses contraditórios que pode fazer com que políticas ou regulamentações, mesmo depois de implementadas, não surtam efeito.

Entretanto, não é apenas por meio dos poderes tradicionais do Estado que o Campo Burocrático exerce sua atuação sobre o Campo Econômico. No contexto do mundo globalizado e do comércio internacional, uma nova variável surge nesta discussão: a influência dos blocos econômicos. A inserção de mercados nesses contextos torna a construção social dos mesmos ainda mais peculiar, quando observada a amplitude do campo de interesses envolvido, uma vez que não se tratam mais apenas dos interesses de um país, mas de vários países que fazem parte de um bloco e que devem confluir suas estratégias de mercado que, nem sempre, são uniformes.

Nesta nova problemática, várias questões podem se apresentar. Quando um país faz adesão a um bloco econômico, ele passa a se sujeitar a estratégias econômicas que estão vigentes e também às que podem vir a surgir. Neste sentido, um mercado que não sofria nenhuma interferência interna ou cujo o Estado não tinha o interesse de intervir, pode passar a ser alvo de intervenções futuras que venham a alterar os seus rumos.

Nesta dinâmica, os agentes econômicos, para garantirem o alcance de seus interesses, são obrigados a influenciar não apenas o Estado, mas também as representações do Estado no bloco econômico e o próprio bloco econômico, onde enfrentarão tanto os concorrentes do próprio mercado, quanto os agentes dos mercados dos outros países.

Três dos estudos que compõem meta-síntese investigaram mercados cujos países fazem parte da União Europeia: o do mercado alemão de vinhos, o do mercado romeno de vinhos e o do mercado romeno agrícola. Enquanto o caso alemão aborda a consequência de uma imposição proveniente do bloco e o caso romeno agrícola aborda uma diretiva também originária dele, sem se concentrar na relação entre o mercado e o bloco, em si, o caso romeno do vinho tem seu foco de análise voltado exatamente para a influência do bloco sobre a construção do campo.

O caso do mercado romeno de vinhos mostra como se deu a articulação de associações de produtores que se formaram concomitantemente à adesão do país à União Europeia, com o intuito de intervir junto ao grupo, em prol de seus interesses. Roger (2013) aponta que as associações divergiam entre si e representavam interesses contrários, no entanto, devido a complexa dinâmica de poder existente houve casos de profundo antagonismo entre as associações, durante deliberações junto ao Estado, referentes às políticas do mercado, assim

como também houve casos em que as associações de uniram em prol de um objetivo comum, para pressionarem à União Europeia.

Já o caso do mercado alemão de vinhos descreve uma situação em que, devido a uma exigência externa ao campo, proveniente da União Europeia, o campo passa a adotar o modelo francês de classificação de rótulos, modelo ao qual era contrário, até então, mesmo possuindo seu próprio modelo de classificação, rompendo com a própria tradição do campo, assim como, com o desejo da maior parte de seus atores.

No mercado romeno agrícola, por sua vez, ao estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico e de modernidade produtiva voltado para o comércio exterior, a União Europeia privilegia os grandes produtores que têm acesso às tecnologias e inovações científicas de ponta, dando acesso às suas fontes de recursos apenas a esses produtores, em detrimento dos produtores familiares que não conseguem alcançar os patamares exigidos de produtividade.

Este mecanismo de duplo controle, de certa forma, afasta os agentes econômicos menos poderosos das instâncias decisórias e de influência, fazendo, de modo sistemático, que seus interesses tendam a ser cada vez mais rechaçados pelos agentes dominantes, de modo que as próprias estruturas do mercado passem a ser utilizadas para aumentar o poder de quem já o detém e excluir do mercado os pequenos e médios produtores.

Roger (2013) mostra como os produtores familiares e artesanais que sequer se interessavam pelas disputas por poder no mercado, e que, apesar de fazerem parte do campo, atuavam às margens da dinâmica de poder, foram peremptoriamente excluídos do campo, por meio do cooptação do Estado, por parte dos maiores produtores. Isto ilustra não apenas a distância que os pequenos produtores apresentam do poder, mas também demonstram que, no campo econômico, não há a opção de não jogar o jogo: participando ou não, ativamente, da dinâmica de conflito, você está submetido às regras do jogo e poderá, a qualquer momento, ser atacado e eliminado do tabuleiro.

Tanto no caso alemão, no qual uma maioria de pequenos produtores se mobilizou para atuar contra as mudanças provenientes do bloco, quanto no caso romeno, onde os pequenos produtores sequer se mobilizaram, fica perceptível o distanciamento que esses pequenos produtores adquirem em relação ao Estado, diante de imposições externas, uma vez que, nesses contextos, os agentes econômicos necessitam de muito mais poder para exercerem influência sobre essas instâncias que em nada são democráticas, pois, segundo Bourdieu (2014), um ato de Estado sempre será um ato coletivo, dado seu monopólio do poder simbólico – o que será discutido subseção “5.1.3” – e, diante disto, quando um único agente

econômico dotado de poder suficiente é capaz de conduzir o Estado em direção aos seus interesses, tomando para si o poder do Estado, este ato continuará tendo a legitimidade simbólica do ato coletivo.

No caso do mercado indonésio de microfinanças islâmicas, apesar de não ter havido a interferência de um bloco econômico, os autores elucidam que em um dos estágios de desenvolvimento do mercado, a atuação do Fundo Monetário Internacional ao estabelecer diretrizes econômicas para o país teve profunda relação com o crescimento do setor, o que mostra mais uma vez a existência de uma espécie de campo burocrático internacional atuando sobre os mercados.

Toda esta interferência do Campo Burocrático nos demais campos não é nenhuma novidade, já tendo sido prevista e teorizada por Bourdieu. Contudo, a profundidade desta interferência sobre o Campo Econômico gera algumas reflexões até mesmo relacionadas ao próprio conceito de campo, tido como um espaço independente e fruto de sua própria trajetória (BOURDIEU, 2001). O que se vê nos demais casos, mas explicitamente nesses dois últimos é a atuação do Estado indo completamente contra a própria trajetória histórica desses mercados, promovendo mudanças radicais em seu funcionamento e excluindo expulsando uma razoável parcela de atores. Bourdieu (2002) deixa claro que, seja qual for o mercado, o objetivo dos atores mais poderosos – e a própria dinâmica estrutural do campo atua para isso – é o de excluir os agentes menos poderosos e de ocuparem os seus espaços. Contudo, ainda que o Estado também seja um ator presente em qualquer mercado e que suas legislações sejam parte das “regras do jogo”, quando mudanças radicais são por ele conduzidas – seja por meio ou não da influência de outros agentes do campo – à contragosto da maior parte dos atores de um campo, de modo endógeno, a noção de independência e a natureza autopoietica tornam-se bastante frágeis.

Um questionamento decorrente disso se apresentou como um dilema teórico-metodológico para Roger (2013), ao conduzir sua investigação acerca do mercado romeno de vinhos: Poderia o mercado romeno de vinhos ser efetivamente considerado um campo? Segundo o autor a natureza da gênese deste mercado foi, em grande parte, deliberada, não sendo espontânea ou fruto uma trajetória independente e idiossincrática, como ensina Bourdieu (2001).

Segundo o autor, quando o Estado e a União Europeia começaram a atuar para estruturar o mercado de vinhos, este ainda era um mercado absolutamente incipiente, cuja trajetória anterior era praticamente inexistente, devido à recente mudança de regime econômico do país que não permitia que o mercado de outrora se desenvolvesse. Por esta

razão, este mercado ainda não havia “existido” por tempo suficiente para desenvolver-se enquanto campo, para que pudesse determinar suas próprias estruturas, estabelecer suas posições, seus capitais e o *habitus* de seus agentes. Sendo assim, na visão do autor, o campo burocrático não estava reestruturando este mercado, mas determinando as suas estruturas prístinas, uma vez que elas ainda não existiam. (ROGER, 2013)

Apesar desta indagação ter sido apresentada por Roger apenas ao final do texto, as informações apresentadas pelo autor, no decorrer do trabalho, ilustram tanto o caráter estruturante da atuação do Campo Burocrático, quanto a incipiência do mercado. Nesse processo de determinação, quando a União Europeia estabeleceu o seu objetivo para o mercado do vinho – “(...) promover uma indústria vinícola capaz de concorrer com as empresas do ‘novo mundo’” (p. 598, tradução nossa) – ela, conseqüentemente, já determinou quais atores ocupariam as posições de destaque, assim como, os capitais necessários para ocupa-las, visto que não são todas as vinícolas, nem qualquer tipo de vinho capaz de “concorrer com as empresas do mundo”.

Além disso, Roger (2013) elucida que até mesmo as associações de produtores surgiram a partir das iniciativas de regulamentação da União Europeia e que elas já surgiam para se posicionar em torno dos benefícios que poderiam obter, sendo que muitos de seus participantes, até então, sequer faziam parte do mercado, aderindo a ele por oportunismo econômico e não para se fazerem representados em suas áreas de atuação.

Por mais que esta aparente ser uma discussão mais de forma que de conteúdo – O Estado regula ou cria estruturas? Influencia ou determina os rumos? –, ela se faz necessária para nortear discussões relacionadas à gênese dos mercados e acerca do papel do Campo Burocrático sobre o Campo Econômico, ao determinar estruturas, especialmente nos estágios iniciais, que dificilmente serão rompidas no futuro, ainda que posteriormente o Estado venha a exercer menos influência sobre este campo, uma vez que essas estruturas tenderão a ser reproduzidas e, estabelecidas as posições de poder, elas atuarão para se consolidar.

Levar em conta esta problemática nas investigações que tem com base teórica a Sociologia Econômica é fundamental, uma vez que:

“(...) a imersão da economia no social é tal que, por mais legítimas que sejam as abstrações necessárias à análise, devemos ter em mente que o verdadeiro objeto de uma verdadeira economia das práticas não é, em última análise, nada além do que a economia das condições de produção e reprodução de agentes e instituições de produção e reprodução econômica, cultural e social, isto é, o próprio objeto da sociologia em sua definição mais completa e geral.” (BOURDIEU, 2002, p. 26, tradução nossa)

Assim, se faz necessário compreender o papel do Campo Burocrático, no contexto do Campo Econômico, em toda esta dinâmica de reprodução e de manutenção do *status quo*.

5.2.2 A hegemonia do capital econômico.

A hegemonia do capital econômico se faz presente em todos os campos, independentemente de seu objeto, seja ele o Campo Econômico ou campos de qualquer outra natureza, dada a supremacia do capital na dinâmica capitalista (BOURDIEU, 1998; 2007a; 2002, 2014). Nos mercados investigados pelos estudos que compuseram essa meta-síntese não foi diferente e, em todos os mercados, o capital mais importante e que mais empoderou os agentes do campo que o detiveram foi o capital econômico.

Entretanto, a importância do dinheiro, dos recursos financeiros e demais capitais econômicos no contexto de qualquer mercado é algo um tanto quanto óbvio e não justificaria uma categoria específica para discuti-la. Porém, mais importante que compreender a importância do capital econômico, em si, e de perceber o quanto ela empodera os agentes pertencentes ao campo econômico, é observar e apreender de que maneira esse capital é utilizado para garantir a reprodução do *status quo* em cada um dos campos. Em outras palavras, mais importante que o capital econômico em si, é a sua liquidez, ou seja, a capacidade que ele dá ao seu detentor de adquirir e controlar os outros capitais do campo, por meio dele, sendo esta, efetivamente, sua principal ferramenta de poder.

Um dos principais papéis do capital econômico – talvez o mais importante – conforme apontaram os estudos analisados, é o de possibilitar a produção de capital social necessário para influenciar o Campo Burocrático. Como bem alerta Serafin (2016), penetrar o Campo Burocrático e garantir a influência no Estado não é uma tarefa simples e amadora, garantida apenas por contatos e telefonemas. Pelo contrário, as atividades relacionadas a isso exigem esforços sistemáticos e até mesmo profissionais dos chamados lobistas, além da organização formal de associações, entre outras iniciativas que exigem recursos, tanto para sua criação, quanto para sua manutenção e atuação. Atuação esta que não é pontual, no sentido de se fazer presente apenas nos momentos em que um agente tem questões de seu interesse envolvidas, mas, para que faça efeito quando necessária, é fundamental que seja constante.

No mercado varsoviano de táxis, a dinâmica do próprio mercado leva ao individualismo, uma vez que os taxistas concorrerem entre si por clientes e por melhores empresas e pontos. Tal característica faz com que os agentes do campo não se compreendam

como pertencentes a uma mesma classe ou a um mesmo grupo de interesse, mas apenas como rivais, de modo que há grandes dificuldades para se organizarem enquanto associação. Como consequência disso, individualmente, os taxistas não possuem capital econômico suficiente para acessar ao Campo Burocrático, de modo que apenas os empresários o fazem, dada a concentração de capitais desses últimos.

No mercado alemão de vinhos, por sua vez, mesmo havendo grande articulação entre os pequenos produtores, por meio das associações representativas, ainda assim, tal esforço foi ineficaz, uma vez que os grandes produtores, apesar de somarem um número muito menor, possuem muito mais capital econômico, além de pertencerem a famílias mais tradicionais do país e, portanto, terem mais proximidade e acesso ao poder.

Isso mostra que, se por um lado o capital econômico já caminha junto ao poder, sem necessitar de muito esforço para isso, devido às tradições e à própria lógica de reprodução histórica que fazem com que as mesmas famílias o circundem, garantindo a elas um capital social orgânico, por outro lado, os agentes com menor acumulação de poder, ainda que consigam se articular e mobilizar grande nível de capital social, diante do capital econômico, tal esforço será inútil.

Este coabitar o poder por parte daqueles que detêm o capital econômico também foi percebido no mercado francês de artesanato. Segundo Jourdain (2016), apesar de o Estado não promover intervenções no campo, os artesãos de elite são bastante próximos do Campo Burocrático, o que os leva a ser beneficiados por prêmios e condecorações criadas especificamente para tal e que são utilizados como capital simbólico para atrair clientes.

No contexto do mercado romeno de vinhos, a falta de capital econômico na mão dos pequenos produtores fez com que eles não se percebessem enquanto pertencentes a um mercado, atuando à sua margem e não empreendendo sequer tentativas de organização coletiva ou atuações em busca de influenciar o Estado, o que os tornou alvos dos maiores produtores que detinham o capital econômico e, portanto, os meios para atuar no plano político, tendo sido excluídos do mercado, por essa razão.

Da mesma forma que o capital econômico é uma maneira utilizada pelos agentes econômicos para acessarem o Campo Burocrático, também por meio dele o Estado influencia e norteia o Campo Econômico, seja diretamente, quando ele altera taxas de juros ou estabelece linhas de créditos específicas para certos mercados, por exemplo, ou indiretamente, quando são criadas legislações que alteram o funcionamento do mercado, obrigando os produtores a investirem em suas produções para cumprirem a Lei.

No mercado romeno de vinhos essas duas práticas estiveram presentes. Houve a criação de linhas de crédito para produtores de uvas de espécies específicas, o que, indiretamente, oferecia capital econômico a produtores de determinados tipos de vinhos, em detrimento de outros, além das já descritas legislações e regulamentações que exigiram modificações de tamanhas proporções nas produções, que levaram parcela considerável dos pequenos produtores à falência.

Além disso, para além da influência do Estado sobre o mercado, foi percebida também a influência do bloco econômico sobre o próprio Estado, por meio do capital Econômico. Roger (2013) discorre que a falta de recursos do governo romeno para financiar o mercado vinícola ou empreender políticas para o seu desenvolvimento foi um dos motivos que levou o Estado a se submeter aos regramentos da União Europeia, uma vez que tal submissão era necessária para se ter acesso às fontes de financiamento do bloco.

Assim como no caso do mercado romeno de vinhos – estudo conduzido por este mesmo autor –, o mercado romeno agrícola também possui características estruturais decorrentes da mudança no regime econômico do país que anteriormente era comunista. Segundo Roger (2016), o processo de desestatização da economia e a abertura de mercado privilegiou agentes detentores de grande quantidade de capital econômico. As terras que antes eram controladas pelo Governo passaram a ser controladas por empresas públicas que rapidamente perderam a capacidade de investimento necessária ao mercado, o que fez com que elas fossem concessionadas por contratos com décadas de vigência aos referidos grandes produtores. Além disso, uma grande empresa pública de silos, outrora responsável pelo armazenamento e distribuição de alimentos no país, também fora vendida para multinacionais controladas por outros países.

Além disso, por força do capital econômico, os grandes produtores conseguem influenciar os três outros campos analisados: o Político, o Burocrático e o Científico. Segundo Roger (2016), dada a permeabilidade do Campo Político romeno diante do capital econômico, a influência dos grandes produtores sobre ele é alta, e, conseqüentemente, esta mesma influência atinge o Campo Burocrático, uma vez que são os políticos que indicam grande parte dos cargos do governo. Além disso, uma vez que as pesquisas científicas são financiadas por fontes privadas, tanto os grandes produtores quanto as empresas químico-agrícolas atuam como as principais financiadoras, de modo que os centros de pesquisa do país desenvolvem estudos apenas voltados para objetos de interesse desses grupos.

No mercado finlandês de saúde, o uso do capital econômico para influenciar o mercado foi explícito. Para alcançar seus objetivos, o Estado alterou seu sistema de

distribuição de recursos na área da saúde, obrigando os agentes do campo a comportarem-se de maneira diferente. Ironicamente, também em razão ao capital econômico, os objetivos iniciais do governo nacional não foram alcançados, uma vez que, devido ao receio de gerar evasão de recursos e gerar prejuízos a economia local, as prefeituras optaram por não pressionar os hospitais locais, contratando serviços de hospitais concorrentes de outros municípios.

Para além do Estado, o capital econômico também se mostrou polivalente nas peculiaridades de cada um dos mercados. No mercado varsoviano de taxis, possuir carros mais novos, mais caros e melhor equipados for percebido como um dos principais diferenciais dos taxistas. Além disso, a obtenção de licenças de direção – capital cultural institucional – exigidas por parte de algumas empresas é realizada por meio da realização de cursos pagos, o que também exige recursos por parte dos motoristas. Por parte dos empresários do campo, o capital econômico foi fundamental para a obtenção das concessões dos pontos estratégicos da cidade, o que garantiu atratividade tanto de clientes quanto de melhores motoristas.

Ao contextualizar o mercado alemão de vinhos, Welk (2018) mostra que a posse de capital econômico influencia não apenas nos atos deliberados dos agentes econômicos, quando estão atuando nos jogos de poder do mercado, mas que o próprio *background* gerado pelo capital econômico, especialmente no que diz respeito ao capital cultural incorporado, gera vantagens sistemáticas aos seus detentores e colaboram para a reprodução do status quo.

Segundo o autor, os produtores de vinho de alta qualidade, vinculados às famílias mais ricas e mais tradicionais, ao contrário dos produtores artesanais, possuem titulação acadêmica e formação na área vinícola, o que modifica completamente suas relações com a produção e com o próprio mercado. O autor ressalta que esta escolha se trata mais de uma questão cultural do que financeira, devido ao fato de que a educação superior, na Alemanha, é gratuita.

Ao se dedicarem à formação na área, os produtores de alta qualidade aliam o conhecimento científico ao capital econômico que eles já possuem, possibilitando o aperfeiçoamento e a modernização de suas produções e fazendo com que o seu poder sobre o campo se torne ainda maior e com que consigam ainda mais capital econômico, ao passo que os produtores artesanais permanecem em seu modo de produção rudimentar e com baixos rendimentos.

No mercado francês de artesanato, apesar de não ter sido feita uma análise relacional entre os atores pelo fato de a autora ter constatado que cada um dos nichos identificados constitui um mercado independente, é possível notar que a relação do agente econômico com

o seu negócio e a sua percepção a respeito do campo foi completamente moldada conforme o nível de concentração de capital econômico. Desde a formação profissional, até as estratégias de negócios, passando pela clientela derivada do capital social, todos esses aspectos que determinam, ao cabo, as estruturas econômicas do mercado estão relacionadas com o capital econômico acumulado pelos agentes e por seus familiares ao longo de sua vida e pelas possibilidades por ele gerada. Enquanto os artesãos de elite possuem formação acadêmica nas escolas de arte mais renomadas do país e possuem uma clientela fiel, conhecedora do seu estilo de trabalho, os artesãos tradicionais possuem apenas o conhecimento adquirido pelo próprio exercício da profissão e necessitam adaptar sua produção às necessidades econômicas.

Além disso, como mostra Jourdain (2016), o capital econômico acumulado permite também a acumulação de capital social, o que leva a formação de clientelas fidelizadas. Além disso, por ser um trabalho realizado, na maior parte das vezes por quem o comercializa, gerando grande proximidade entre artesão e cliente, a classe social do artesão influencia na classe social de sua clientela, de modo que os artesãos de elite, com maior capital econômico, tendem a atrair clientes mais ricos e, sistematicamente acumularem mais capital econômico.

O mercado francês de água engarrafada também é marcado pela concentração de capital econômico nas mãos de grandes empresas, no caso, das grandes empresas alimentícias e, ao observar-se as vias pelas quais a imagem do produto foi construída no imaginário do consumidor, fica clara a importância do capital econômico na construção social desse mercado. As vias simbólicas pelas quais a concepção do produto foi estabelecida, por meio da vinculação do mesmo à saúde, à pureza, à estética, à alta-gastronomia, ao esporte, à arte e ao luxo necessitaram de esforços de marketing, por parte dos empresários, de modo a acessarem esses espaços e vincularem-se a eles, o que, certamente, não seria alcançado por parte de pequenos produtores não dotados dos capitais econômicos necessários e do capital social vinculado ao capital econômico.

Seja dando acesso ao Campo Burocrático, seja sendo ele próprio a ferramenta de interferência do Campo Burocrático, seja na aquisição ou no desenvolvimento de capital cultural, seja na manipulação do capital simbólico e do capital científico, ou seja possibilitando a aquisição de bens e recursos específicos, necessários para a atuação em cada um dos mercados, a hegemonia do capital econômico, no contexto do Campo Econômico, aparenta ser incontestável.

5.2.3 O Poder Simbólico e o Campo Econômico

Segundo Bourdieu (1989), o campo social é também um campo simbólico. Isto significa que, para apreender a dinâmica de poder de um campo também é necessário que se compreenda as suas disputas simbólicas, ou seja, de que maneira o poder simbólico atua sobre ele. É por meio destas disputas e, junto às outras disputas presentes no campo, que se determinam quais são os capitais simbólicos considerados valiosos para este campo.

O autor elucidada que:

(...) O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de conformismo lógico, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989 p. 9).

Ou seja, é por meio do poder simbólico que um campo estabelece sua própria forma de conceber a realidade, por meio da linguagem, da ciência, da arte e da religião, atuando não apenas sobre as ideias dos indivíduos, mas de maneira ainda mais profunda, sobre as estruturas que antecipam as ideias, dada sua natureza gnosiológica: Antes mesmo de estabelecer uma ideia, as estruturas de pensamento do indivíduo já são orientadas por esse poder.

Contudo, apesar de o poder simbólico gerar certa homogeneidade no que diz respeito à maneira com a qual os indivíduos pertencentes a um determinado campo irão conceber a realidade, a presença desta homogeneidade não significa que todos os atores concordem com ela, nem que ela seja o único viés presente no campo, especialmente quando se leva em conta que, por meio da violência simbólica, há sempre a imposição de um arcabouço simbólico sobre o outro.

Obviamente, não há uma assembleia deliberativa onde, na gênese de cada campo, decide-se qual será este arcabouço simbólico e todos passam a aceita-lo. Pelo contrário, há uma constante disputa simbólica no interior dos campos, visando a manutenção ou a ruptura desta homogeneidade: “As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

No campo econômico, o modo pelo qual o poder simbólico atua parece ser ainda menos velado, uma vez que, como já foi ilustrado, há relevantes interferências do Estado –

instituição detentora do monopólio da violência e da coercibilidade – o que faz com que essas disputas e as transformações decorrentes delas nem sempre sejam tão “naturais” ou um produto silencioso da própria história que se impregna na mentalidade dos indivíduos. Ao contrário disso, estas imposições ocorrem em contextos profundamente antagônicos, onde os símbolos são impostos antes de serem aceitos ou assimilados pela racionalidade ou cognição de cada indivíduo.

Ora, mas o que leva o capital simbólico de determinado grupos de atores ou de atores que ocupam determinadas posições passar a ser considerado hegemônico, enquanto outro arcabouço simbólico passa a ser desprezado pelo campo, mesmo que ele subsista? Bourdieu (1989) deixa claro que, no contexto destas disputas simbólicas, quem já detém poder simbólico e material acumulado tende a manipular os símbolos do campo ao seu favor, de modo a impor a sua visão de mundo, determinando, por exemplo, quais capitais simbólicos serão fomentados ou rechaçados do campo.

De tal forma, as disputas simbólicas e os capitais simbólicos:

(...) contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p.11).

Deste modo, não se torna importante apenas elencar ou discutir quais são os capitais simbólicos considerados importantes para determinado campo, mas toda também toda a dinâmica das disputas simbólicas, o que implica a compreensão dos capitais simbólicos rechaçados, assim como a manipulação dos capitais simbólicos ou dos símbolos, em si, por parte dos atores dominantes, para corroborar e garantir a manutenção de sua própria posição.

A mudança na classificação dos rótulos imposta por parte da União Europeia ao mercado alemão de vinhos, em si mesma, já pode ser considerada uma imposição simbólica, uma vez que ela visou mudar a percepção do mercado sobre o seu próprio produto, com base em uma percepção externa, a francesa, que já gozava de prestígio e reputação mundial, reposicionando o status dos produtos e dos produtores, conforme esta nova visão, ditando qual vinho é de qualidade e qual não é.

Além disso, dentro do próprio mercado foi percebida a existência de uma divergência simbólica quando o autor mostra o quanto a concepção acerca da produção e do vinho tende a variar conforme a posição ocupada pelos agentes pertencentes ao campo: Enquanto os produtores artesanais são apegados na tradição e veem com maus olhos as mudanças em torno

da modernização da produção, os produtores de alta qualidade, associados ao capital cultural formal, defendem a modernização e a sofisticação da produção e, sob os mesmos argumentos científicos, menosprezam a produção artesanal.

No mercado varsoviano de táxis, Serafin (2016) também identifica essa variação de concepções acerca do próprio campo, conforme a posição ocupada pelos agentes. Segundo o autor, os agentes de menor poder tendem a considerar o campo com muito menos intensidade do que aqueles que ocupam as posições mais poderosas. Em decorrência disso, ao estabelecer o mapa das relações do campo, o autor gradua o nível de *illusio* de cada posição, já que, segundo ele, o poder simbólico atua de maneiras tão distintas sobre o campo, que até mesmo a intensidade com a qual se joga o jogo é variável.

Da mesma forma, os agentes do mercado francês de artesanatos mostraram ter sua percepção sobre o campo, sobre o próprio trabalho e sobre a relação com os aspectos econômicos do mercado bastante moldada conforme a posição por eles ocupada e, especialmente, conforme a trajetória de vida que os levaram até ela, fazendo com que os mesmos apresentassem diversas perspectivas acerca do mercado.

Neste mesmo sentido, no mercado romeno de vinhos, grande parte das disputas percebidas pelos pesquisadores foram de natureza simbólica, especialmente com o intuito de se determinar qual tipo de produto deveria ter maior legitimidade no mercado do país: sejam vinhos nacionais ou internacionais e sejam vinhos profissionais ou artesanais; Enquanto os produtores de vinhos internacionais defendiam a fama e o prestígio de vinhos já reconhecidos mundialmente e consolidados, os produtores de vinhos nacionais, ancorados em seu capital cultural e em valores nacionalistas e tradicionais, defendiam a importância, segundo eles, de se levar o vinho romeno para o mundo.

Já no que diz respeito às disputas relacionadas aos vinhos profissionais e artesanais, os autores apontam se tratar de uma disputa unilateral, com o objetivo único de deslegitimar e rechaçar os produtores artesanais do mercado, por parte dos produtores profissionais, uma vez que os primeiros sequer se interessam pelas disputas de mercado e não possuem associações representativas ou representantes nas associações, devido ao fato de suas produções serem pequenas e voltadas para a subsistência. Os argumentos para deslegitimá-los tangenciavam tanto a qualidade de seus produtos, quanto a capacidade dos mesmos de produzir, denominando-os como informais, amadores, produtores caseiros, etc.

Apesar de não haver disputas simbólicas entre os agentes investigados no mercado francês de artesanatos, por possuírem nichos bastante demarcados, há um constante esforço por parte deles para diferenciar as suas criações dos produtos industrializados, colocando-os

em uma posição de superioridade, de maior qualidade, de maior autenticidade, entre outras características objetivas e simbólicas que atuam no sentido de gerar prestígio e legitimidade à sua produção.

A esse respeito, Jourdain (2016) frisa que a maneira utilizada por cada agente para legitimar sua atuação varia conforme a posição por ele ocupada. Enquanto os artesãos de elite justificam o valor de suas criações devido ao resgate do requinte e da sofisticação do passado, os artesãos criadores o fazem exaltando a sua autenticidade e originalidade artística, enquanto os artesãos tradicionais recorrem à tradição histórica com o mesmo intuito. Esses esforços atuam não apenas no sentido de gerar capital simbólico para os agentes, mas também de justificar o preço dos produtos e, conseqüentemente, gerar capital econômico.

Além disso, a reivindicação pela regulamentação da profissão do artesão, por parte dos profissionais e dos sindicatos de carreira, no sentido de legitimar sua atuação também pode ser considerada uma luta por capital simbólico. Ao mesmo tempo ao constituírem barreiras para a entrada de novos atores, por meio da criação de parâmetros de diferenciação entre os artesãos e os demais fabricantes, tais regulamentações caracterizam-se como um instrumento simbólico de definição de mercado que, ao legitimar o que é artesanato ou o que é o ofício do artesão, automaticamente exclui as demais concepções.

No mercado romeno agrícola, vários campos paralelos atuam no sentido de tornar hegemônico e reproduzir o viés dos grandes produtores. Roger (2016) destaca haver um constante esforço, inclusive midiático, por parte dos grandes produtores para deslegitimar os pequenos produtores, caracterizando suas propriedades e seus métodos de produção como obsoletos e prejudiciais para o desenvolvimento do país, de modo a influenciar a opinião pública. Este discurso de exaltação dos “produtores mais eficientes” ou da “garantia do interesse econômico do país” que é reverberado pelos grandes produtores é citado como sendo um discurso oficial estabelecido pela União Europeia e cobrado dos países.

Roger (2016) também discorre que, na mídia, esses mesmos produtores são denominados como latifundiários, magnatas da agricultura, entre outros termos que visam explicitar a concentração de riqueza do mercado. Contudo, tal oposição não alcança efetividade em resultados práticos, de modo que o viés dos grandes produtores é hegemônico, fazendo com que não exista nenhuma organização que defenda modelos de negócios ou políticas públicas voltadas para os pequenos produtores.

Esta forma de conceber o mercado a partir do olhar dos grandes produtores também é sustentada pelos cientistas. Por serem eles detentores de grande prestígio social, ao serem os porta-vozes da ciência, os cientistas são capazes de, por meio de suas pesquisas e resultados,

determinarem os rumos de uma determinada área ou colaborarem com a construção do imaginário social sobre o assunto. Assim ocorre, segundo Roger (2016), no mercado agrícola romeno, onde os cientistas também são orientados a desenvolverem pesquisas que prezem pelo “desenvolvimento econômico do país”, o que, na concepção de desenvolvimento estabelecida pela União Europeia, exclui os pequenos produtores.

Com a perspectiva no marketing, Brei e Tadajewski (2015) mostraram que a manipulação simbólica não está vinculada apenas às disputas entre os produtores, mas também à própria construção do consumo, de modo a formar um ideal de produto e incuti-lo na mentalidade dos consumidores, fazendo-os buscar por esse mercado. Em outras palavras as construções simbólicas levam os consumidores não apenas a optar por uma ou por outra marca, no contexto de um mercado, mas podem fazer com que eles mudem completamente sua forma de conceber o produto.

Para tal, os agentes econômicos fazem a utilização de recursos culturais e simbólicos já existentes no imaginário social dos consumidores, ou seja, a manipulação de disposições pré-existentes, já parte do habitus de um determinado grupo, o que, segundo Bourdieu (2002, p. 38, tradução nossa), consiste em uma maneira profundamente eficaz de moldar o significado de produtos no imaginário social: “A grande eficácia da publicidade só se explica porque ela lisonjeia as disposições preexistentes para melhor explorá-las, sujeitando o consumidor às suas expectativas e exigências, sob a aparência de servi-las”

Os autores ilustram, no decorrer do trabalho, como estas estratégias estiveram e estão presentes no mercado francês de água engarrafada, por meio da combinação de capital econômico, capital cultural e capital simbólico, na construção simbólica do produto. Segundo eles, uma das formas se constitui por meio da associação das marcas à pediatria, por meio da publicação de propagandas em revistas sobre o tema e da divulgação, nelas, dos possíveis benefícios medicinais de suas águas. Além disto, estas mesmas marcas distribuíram unidades de seus produtos em maternidades e realizaram parcerias com médicos, para indicar suas águas às mães de recém-nascidos, fazendo com que o consumo de determinadas marcas passasse a estar relacionado com a saúde na primeira infância, o que foi confirmado nas entrevistas.

Uma outra via de consolidação simbólica do produto foi por meio de sua associação à gastronomia, tema de grande apreço aos franceses e cujo contato dá acesso a status social e prestígio. Neste sentido, as empresas passaram a investir em marcas de luxo, comercializadas em cafés e restaurantes também de luxo, de modo que os consumidores passassem a associar suas marcas à alta-gastronomia. Os consumidores assumiram, por exemplo, escolher a marca

da água, conforme a ocasião ou a formalidade do evento ou jantar dos quais participam, por exemplo, revelando a eficácia da estratégia.

Outra estratégia de construção simbólica presente no mercado, que ultrapassa as fronteiras do produto, em si, foi a confecção de rótulos e embalagens assinados por artistas e designers renomados, assim como edições especiais relacionadas à eventos esportivos, de modo a agregar valor cultural ao produto e oferecer status a quem o possui. Também nas entrevistas, os consumidores demonstraram gostar de colecionar as garrafas ou, simplesmente, portá-las, em determinadas ocasiões.

Além disso, para além do marketing, apesar de o estudo de Brei e Tadajewski (2015) não abordar a lógica e a dinâmica das disputas internas existentes no mercado, por meio da observação da dinâmica simbólica do mercado foi possível estabelecer uma consideração sobre as disputas mais amplas pelo mercado de água, em geral, e outra sobre o futuro deste mercado e a sobrevivência das empresas nele.

A respeito da disputa pelo mercado consumidor de água, em termos mais amplos, envolvendo não só a água engarrafada, mas também a água de torneira, os autores apontam haver um discurso que relaciona a água engarrafada à pureza, enquanto associa a água de torneira à uma maior susceptibilidade de contaminação, mesmo sendo esta relação exatamente oposta, na realidade, uma vez que a água de torneira é submetida a um maior mecanismo de controle. Isto, mais uma vez, ilustra o fato de que as disputas simbólicas podem distorcer a realidade, em prol dos interesses dos atores do campo.

Em si tratando do futuro do mercado, exatamente por ser um mercado construído sobre fatores simbólicos, os autores apontam que também estes podem colocar em risco à sua sobrevivência, uma vez que o discurso da sustentabilidade tem associado a exploração de fontes de água e o consumo de garrafas plásticas à degradação ambiental, o que se contrapõe aos valores e símbolos de pureza e saúde deste mesmo mercado. Assim, conjecturam os autores, que este mercado tende a retração e que seus agentes terão que se adaptar às novas exigências de consumo.

Já o mercado indonésio de microfinanças islâmicas tem em sua própria razão de ser uma questão simbólica, a religiosa. Por esta razão, o processo de desenvolvimento do campo foi fortemente marcado pela criação de estruturas simbólicas que permitissem sua existência. Os autores elucidam que as associações e organizações empenhadas nesse processo promoveram, entre outras coisas, cursos de formação e capacitação sobre o modo de gerir produtos financeiros conforme os preceitos do islamismo, o que ilustra um esforço na geração de capital cultural e simbólico para o campo como um todo.

As disputas simbólicas são bastante efervescentes no campo econômico pois, além de definirem a percepção hegemônica do campo, elas também definem, junto ao Estado, qual serão os enfoques das políticas públicas para este mercado. Neste sentido, é imprescindível que se compreenda que o Estado fonte fundamental do poder simbólico e detentor do monopólio da violência simbólica, o que significa que é por meio dele que são legitimados os pontos de vistas que se confrontam nos campos sociais, que é por meio do Estado que um ponto de vista particular é estabelecido como legítimo (BOURDIEU, 2014). Desta forma, também no âmbito simbólico é necessário observar as relações entre o Campo Econômico e o Campo Burocrático.

No mercado francês de artesanatos, por exemplo, o Estado concede condecorações e prêmios para certos ofícios, geralmente vinculados aos artesãos de elites. Ao estabelecer um prêmio, conseqüentemente o Estado diz para o campo quais são seus melhores agentes ou qual tipo de produto ou serviço ele considera de qualidade e dignos de prestígio.

A maneira pela qual o Estado oferece sua legitimidade a um campo ou a um agente específico do campo nem sempre é sofisticada. Handayani, Haniffa e Hudaib (2017) relatam, no estudo, ter havido um considerável aumento no número de produtos financeiros vendidos após a participação do presidente do país em um evento de uma associação vinculada ao campo.

Já mercado finlandês da saúde houve uma atuação explícita do Estado com o objetivo de alterar os símbolos de um mercado, modificando o seu *habitus*. Ao tentar implementar a “lógica de mercado” no campo, o Estado buscou, em outras palavras, fazer com que os agentes pertencentes ao campo da saúde passassem a conceber seus serviços de maneira mercantil, deslocando os capitais culturais, até então concentrados na área da saúde, para a área financeira.

Segundo Kurunmaki (1999), os cargos de gestão da área, que antes eram ocupados por médicos detentores de capitais culturais especialmente vinculados à medicina, passaram a ser ocupados por Economistas, Administradores, Contadores, etc., detentores de capital cultural vinculado às finanças. Tal capital cultural transformou-se em capital simbólico, não apenas por ter se tornado o mais importante do campo, o que, por si só, não o qualificaria como tal, mas por ter se consolidado pela legitimação do próprio campo e do Estado como um capital de prestígio inquestionável, tão fundamental, que mudou a própria maneira de se conceber a realidade do campo.

Conforme o estudo, a maneira com a qual os médicos e demais profissionais do campo passaram a conceber suas próprias atividades do cotidiano se transformaram completamente,

à luz deste capital: as atividades precisaram se tornar mais baratas, a eficiência e o bom trabalho não eram mais apenas vinculados ao serviço bem executado, mas a quantidade de recursos gastos, a preocupação não estava voltava apenas para o paciente, mas para os recursos envolvidos em seu tratamento, etc.

A atuação do Estado, nesse caso, merece contextualização, para que se compreenda melhor a sua capacidade de moldar o pensamento social e, além disso, a relação do poder simbólico com o capital econômico. Tal iniciativa do governo finlandês foi conduzida na década de 1990 – o estudo é de 1999 – época em que a Administração Pública de todo o mundo passava por reformas Administrativas que, segundo Souza Santos (2001), tinha como o principal objetivo a difusão da ideologia neoliberal por meio do Estado.

Segundo Bourdieu (2002, p. 24, tradução nossa) tal ideologia e seus pressupostos e princípios “inquestionáveis”, tão difundidos, segundo ele, por governos e órgãos internacionais, somente ecoa no espaço social por já estar: “(...) enraizada em um sistema de crenças e valores, um *ethos* e uma visão moral do mundo, em um senso econômico comum vinculado, como tal, às estruturas sociais e cognitivas de uma ordem social específica”.

Assim, ao analisar um campo econômico, seja pela ótica da hegemonia do capital econômico, em si mesma, ou ao analisar a dinâmica de seus entraves simbólicos é necessário levar-se em conta que a ideologia neoliberal se encontra presente e naturalizada no pensamento e no cotidiano dos agentes, sob a forma de violência simbólica.

Entretanto, uma dinâmica diferente da comum no que diz respeito à relação entre capital econômico e capital simbólico pode ser percebida em relação à arte. Ao contrário de mercados tradicionais, nos quais os objetivos econômicos são explicitamente declarados ou percebidos, em mercados cujos bens intercambiados são de natureza artística – seja ele o campo literário, a indústria musical, o cinema, entre outros – sempre há uma aparente dicotomia entre a autenticidade artística e o interesse econômico, o que já foi investigado e discutido por Bourdieu (1996b, 2007a), em seus estudos sobre a economia das trocas simbólicas.

Como mostrou Jourdain (2016), no estudo do mercado francês de artesanatos, o caráter subjetivo e genuíno da arte faz com que artistas tendam a repelir a natureza econômica de suas obras ou, ao menos, ocultá-la, colocá-la em segundo plano, uma vez que o valor artístico de uma obra tende a ser questionado quando determinado artista torna-se demasiadamente comercial. Contudo, se por um lado há um desinteresse econômico relacionado à transcendentalidade do ofício artístico, por outro, os artesãos estão inseridos em uma realidade econômica e precisam sobreviver a ela.

Ao observar o modo como os artesãos equilibram esses dois polos, a autora percebeu que essa negação do econômico, proveniente do campo artístico, atua como um capital simbólico que gera resultados econômicos neste mercado. Ou seja, para um artesão, é lucrativo negar ou aparentar negar o capital econômico. Entretanto, a maneira e a intensidade com a qual os atores realizaram esta negação, mais uma vez, variou conforme o contexto no qual eles estavam inseridos e conforme os capitais que eles possuíam.

Por fim, para encerrar esta subseção, também é importante ressaltar que, não necessariamente os embates simbólicos ou a manipulação simbólica ocorre de forma deliberada. Isto significa, que quando um determinado grupo tenta deslegitimar outros pontos de vistas, utilizando de argumentos que, muitas vezes, sequer encontram sustentação na realidade, tal atuação nem sempre é, segundo Bourdieu (1990b) fruto de uma ânsia por opressão ou um ato consciente de desonestidade intelectual, podendo ser realmente uma crença legítima, fruto de sua posição no campo.

É importante que fique claro, portanto, que, assim como o *habitus* recai sobre diferentes maneiras sobre diversos agentes do campo, é natural que os agentes de um mesmo campo tenham diversas visões de mundo sobre ele. Naturalmente, os produtores de nicho de mercado gourmet, por exemplo, não terão a mesma visão de mercado que os produtores do nicho de mercado de massa. Nenhuma dessas visões de campo deve ser tida como ilegítima ou errônea, sendo todas elas parte da composição de um campo social ou de um mercado, devendo ser percebidas, não em suas similaridades, mas em seus conflitos.

5.2.4 Uma reflexão acerca da adoção teórico-metodológica.

Ao oferecer ferramentas para a apreensão dos meios de produção e reprodução da ordem social, a sociologia dos espaços sociais desenvolvida por Pierre Bourdieu se torna uma escolha fértil para investigações de diversas naturezas, sejam elas concentradas em objetos econômicos ou não, quando se almeja compreender problemas em contextos de dominação ou luta por poder.

Os próprios estudos desenvolvidos pelo autor e o conhecimento já estabelecido acerca de diversos campos como o campo cultural (1996b), o campo religioso (2007a), o campo esportivo (1978; 1984), o campo acadêmico (2003; 2008), o campo político (2011), etc., corrobora o potencial de sua utilização e, em se tratando de estudos de mercado, se apresentam também como fontes de informação sobre campos com os quais os mercados

efetuam intercâmbios, assim como também são fontes de informação e conhecimento acerca das propriedades e características das quais os próprios mercados são dotados.

Isto significa que dizer que a o potencial da obra bourdieusiana para estudos sobre mercado não se esgota nos estudos realizados pelo autor especificamente voltados para problemas econômicos. Pelo contrário, a obra de Pierre Bourdieu é marcada por um explícito processo de construção de suas próprias teorias no decorrer de suas obras, de modo que, para alcançar sua compreensão, é necessário acompanhar a evolução de seu pensamento, o que não é possível por meio da leitura de estudos isolados, mas que requer, especialmente, um esforço no sentido de reconhecimento de suas bases filosóficas – ontológicas e epistemológicas.

Ao estabelecer o seu contraponto à ortodoxia econômica, o autor não apenas apresenta uma via alternativa para investigações dessa natureza, mas mostra a fragilidade da tradição hegemônica, utilizando a própria realidade para refutá-la. Em seguida, Bourdieu utiliza seu próprio arcabouço teórico-metodológico como ferramenta para investigar esta realidade, assim como um referencial para compreendê-la, de modo que é necessário conhecê-lo para além dos estudos econômicos, visto que esta é apenas uma de suas aplicações.

Dito isto é importante diferenciar a compreensão de seus conceitos, das possibilidades e viabilidades de apreender suas categorias da realidade. Uma das principais críticas feitas à trabalhos que utilizam o autor como referencial é a utilização isolada de seus conceitos e o abandono dos demais, o que consiste em um grave erro teórico-metodológico, uma vez que as categorias estabelecidas pelo autor constituem a realidade social em conjunto, não podendo ser explicadas nem concebidas de modo isolado. Contudo, nem todo tipo de estudo conseguirá, por exemplo, apreender o *habitus* de um campo social, mas poderá apreender, por exemplo, parte dos capitais importantes a esse campo ou mapear as posições ocupadas pelos agentes que ocupam o campo. O fato de uma investigação não alcançar este resultado, para o autor desta dissertação, não significa que esta investigação será equivocada ou que houve falhas ou incompreensões na aplicação do método.

Neste sentido, é necessário que se compreenda que a construção social dos mercados é absolutamente ampla, possui diversos aspectos, elementos e perspectivas de abordagem e que, dificilmente, uma pesquisa será capaz de esgotá-la, de modo que é necessário delinear, durante a construção do problema de pesquisa e dos objetivos dele decorrentes, exatamente o que se almeja alcançar por meio do viés da construção social dos mercados.

Os trabalhos analisados por essa investigação podem ser separados em dois grupos. Enquanto os estudos sobre o mercado francês de artesanatos, sobre o mercado indonésio de microfinanças islâmicas, sobre o mercado romeno agrícola e sobre o mercado francês de água

engarrada ilustraram uma espécie de delineamento do espaço social dos mercados investigados, por meio de sua contextualização histórica, da apresentação das principais posições existentes no campo (não dos atores que as ocupam), dos capitais caros ao campo, entre outros elementos que o caracterizam, e geraram uma compreensão inicial acerca de como esse mercado se formou e em que estágio ele se encontra, há também um segundo grupo que vai além deste delineamento, mostrando a dinâmica das práticas existentes neste mercado, de maneira mais latente, possibilitando uma compreensão mais vívida de seu *habitus*, de seus capitais e, sobretudo, das disputas por poder. Entre esses trabalhos estão os que retrataram o mercado varsoviano de táxis, o mercado alemão de vinhos, o mercado finlandês de saúde e o mercado romeno agrícola.

Retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada pelo próprio Bourdieu, é possível dizer que o primeiro grupo ilustra como é o tabuleiro, quais são as principais peças e até mesmo descreve as regras do jogo. Contudo, o segundo grupo descreve o jogo acontecendo, mostra as peças se movimentando, ilustra, a cada momento, quem está ocupando cada posição e efetuando cada movimento, com qual peça cada uma está se relacionando, quem está ganhando o jogo e quem está perdendo.

Ambas as incursões científicas são promissoras e fundamentais para a compreensão de um campo, apesar de a segunda ir além e possibilitar um entendimento mais integral do mesmo. No entanto, exatamente por alcançar apreensões mais complexas, ele também exige mais esforço investigativo. Enquanto o mapeamento do campo é possível por meio de análise documental, por meio da análise de dados secundários ou da realização de entrevistas com poucos agentes-chave de um campo (o que não é regra e nem foi o que se caracterizou em todos os trabalhos), a apreensão das práticas e das disputas por poder no interior de um mercado exige o acolhimento da percepção de um número muito maior e uma natureza mais variada de atores que ocupem as diversas posições existentes no campo, além, muitas vezes da presença do próprio pesquisador no campo, de modo a incorporar ao trabalho suas impressões.

A contextualização histórica e a reconstrução da trajetória de um campo são fundamentais para a compreensão de seu estágio presente, o que foi percebido em todos os trabalhos analisados. Olhar para o passado de um mercado, especialmente para os interesses envolvidos no momento da sua gênese e para qual foi o papel do Estado na estruturação inicial do campo permite compreender, muitas vezes, estruturas que permanecem sendo reproduzidas mesmo depois de décadas, assim como relações de poder e de dominação.

A importância da variabilidade de percepções também é imprescindível às pesquisas que adotem à praxiologia bourdieusiana, devido à natureza relacional de sua abordagem. Para o ator, mais importa a relação que os agentes desenvolvem no campo, do que a posição, em si, que eles ocupam (BOURDIEU, 1988). De tal maneira, para que possa compreender como as posições ou os agentes que ocupam determinadas posições se relacionam, é fundamental que se apreenda as diversas perspectivas existentes no campo e não apenas as perspectivas isoladas. Do contrário, haverá apenas o viés de uma posição sobre o campo.

Além disso, segundo Bourdieu (1988, p. 152), é imprescindível que se supere “(...) a oposição artificial que se estabelece entre as estruturas e as representações”, assim como “(...) com o modo de pensamento que Cassirer denomina substancialista e que leva a não reconhecer nenhuma outra realidade além das que se oferecem à intuição direta na experiência cotidiana os indivíduos e os grupos. Pode-se depreender disso duas considerações. A primeira e mais óbvia é que a apreensão desta realidade necessitará de elementos objetivos e subjetivos. A segunda é que há muito além a se compreender do que a realidade percebida pelos indivíduos, uma vez que elas tendem a não equivaler necessariamente a realidade, não a englobam em sua plenitude e, muitas vezes, divergem entre si, de modo a haver várias realidades paralelas no mesmo campo, conforme a perspectiva (posição) do indivíduo investigado. Sendo assim, realizar a reconstituição social de um campo exige a utilização de fontes de dados distintas e de inúmeras naturezas, para que se possa captar o maior número de perspectivas possíveis dessa realidade e confrontá-la com dados objetivos sobre o campo.

A respeito da delimitação do objeto, no que diz respeito a amplitude dos mercados investigados, houve tanto trabalhos que investigaram mercados mais amplos, como o caso do mercado francês de artesanatos, como mercados absolutamente específicos, voltados para um único produto, como o mercado indonésio de microfinanças islâmicas. Contudo, como ilustraram os próprios resultados do caso francês, quando se estabelecem campos demasiadamente amplos, a diversidade de nichos de mercado faz com que, apesar de participarem de um mesmo ramo, os agentes desse campo quase não se relacionem, estabelecendo vários campos com lógicas distintas, dentro do campo inicialmente estabelecido. De tal modo, é possível que quanto mais delimitado for o nicho investigado ou quanto mais especializado for o campo, mais profundos poderão ser os resultados, dada a autenticidade do *habitus* a ser apreendido.

Seja com o intuito de delinear o espaço social de um mercado, onde são estabelecidas as lutas por poder, ou com o objetivo de apreender a dinâmica das lutas propriamente ditas, se utilizada com conhecimento e rigor, guarnecida de dados quantitativos e qualitativos, das

múltiplas perspectivas sobre o campo e da corroboração de sua trajetória histórica, a praxiologia bourdieusiana se mostra como uma excelente ferramenta de conhecimento e de reconhecimento das estruturas sociais da economia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar problemas e fenômenos de natureza econômica como passíveis de leituras cartesianas ou como regidos por leis e axiomas objetivos e inexoráveis significa abstrair sua própria natureza e renunciar a todo o conhecimento social já produzido pela sociologia que, mesmo antes da Sociologia Econômica, por meio dos pensadores clássicos que erigiram as Ciências Sociais, já mostrava o quanto os problemas econômicos são, antes de qualquer coisa, problemas sociais, que emergem em um contexto histórico, sociocultural e idiossincrático, onde há constantes conflitos de interesses e lutas por poder.

Entretanto, mesmo diante do fato desses alertas não serem recentes e de já haver rigorosa produção de conhecimento apontando para a imprescindibilidade de se resgatar as estruturas sociais da economia nos processos de investigações de fenômenos econômicos, os estudos que adoram esse tipo de abordagem ainda são escassos e incipientes, fazendo com que esse ainda seja um problema latente que atinge diversas áreas do conhecimento que possuem interfaces com a Economia.

A sociologia dos espaços sociais desenvolvida e implementada por Pierre Bourdieu não apenas oferece a possibilidade da ampliação do conhecimento acerca da realidade social de um modo aprofundado, mas também se apresenta como um arcabouço teórico-metodológico que convida o leitor a ir além da passividade de receber o conhecimento – o que já seria de grande valia – e também adentrar nesta incursão investigativa, por meio de seu quadro referencial.

Por meio da ideia de que os fenômenos sociais ocorrem em espaços dotados de atmosferas específicas, autônomas e segmentadas – campos sociais –, onde os indivíduos – agentes – ocupam posições e desempenham papéis específicos, atuando a partir de pré-disposições regulares específicas a este espaço e à posição que ocupam, e que orientarão suas ações – *habitus* –, lutando constantemente pelo poder, por meio de um conjunto de artifícios que garantirá o poder sobre os demais agentes e sobre o próprio espaço – capitais –, Bourdieu torna possível reunir os aspectos objetivos e subjetivos da realidade – agência e estrutura – no processo de investigação social.

Se por um lado não é possível deduzir leis de funcionamento da sociedade da mesma forma que o é possível fazer a respeito dos fenômenos da natureza, por meio da praxiologia bourdieusiana é possível apreender tendências e regularidades específicas a espaços sociais da mesma natureza, tais como aqueles de natureza econômica o que permite, por exemplo, que

por meio de estudos de mercado seja possível perceber **tendências** não apenas do mercado específico que está sendo estudado, mas também *modus operandi* geral dos mercados.

Esta dissertação teve por objetivo apresentar a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana para estudos sobre o mercado, de modo a evidenciar as principais tendências e regularidades idiossincráticas do Campo Econômico. Para alcançar esse objetivo, inicialmente foi brevemente apresentada a Nova Sociologia Econômica, contexto do qual surgiu a sociologia econômica bourdieusiana. Em seguida, foi apresentada e discutida a abordagem teórico-metodológica bourdieusiana e sua aplicação em investigações de objetos relacionados à Economia (1º objetivo específico).

Também foi realizada uma meta-síntese de estudos de casos, onde foram buscadas e identificadas pesquisas que utilizaram a abordagem bourdieusiana em estudos de mercado (2º objetivo específico). Ao todo, foram identificados oito trabalhos: O do mercado finlandês de saúde (KURUNMAKI, 1999), o do mercado romeno de vinho (ROGER, 2013), o do mercado francês de água engarrafada (BREI; TADAJAWSKI, 2015), o do mercado romeno agrícola (ROGER, 2016), o do mercado varsoviano de táxis (SERAFIN, 2016), o do mercado francês de artesanatos (JOURDAIN, 2018), o do mercado germânico de vinhos (WELK, 2018) e o do mercado indonésio de microfinanças islâmicas (HANDAYANI; HANIFFA; HUDAIB, 2018).

Os referidos trabalhos foram apresentados em suas principais características, incluindo o percurso e os artifícios metodológicos adotados pelos autores (3º objetivo específico). Todos os trabalhos realizaram entrevistas e análise documental (documentos institucionais e governamentais, documentos históricos, peças publicitárias, etc.) para alcançarem seus resultados, mas também foram identificadas estratégias como a aplicação de formulários e a observação participante e não participante.

Por meio da meta-síntese, foi possível apreender as principais propriedades do Campo Econômico (4º objetivo específico), a partir de três vias que emergiram das análises, por meio das quais foi possível acolher as características que se fizeram presentes, em maior ou menor grau, em todos os estudos analisados, o que caracteriza um indício de que as considerações que foram feitas por meio delas tendem a representar propriedades gerais do Campo Econômico: A relação entre o Estado e o Campo Econômico; A hegemonia do capital econômico e o poder simbólico e o Campo Econômico.

O Estado mostrou exercer forte influência sobre o Campo Econômico, por meio dos campos Burocrático, Político e Jurídico. Seja ao estabelecer regulamentações que estabelecem barreiras para o acesso e para a continuidade no mercado, ou seja por meio do estabelecimento de sua política econômica e de incentivo ao desenvolvimento, o Estado

interfere diretamente nas estruturas dos Mercados, determinando suas relações de poder, tornando imprescindível a disputa entre os agentes do campo pela cooptação de seus campos. A compreensão desta relação se mostrou ser fundamental para a reconstituição da construção social de qualquer mercado, uma vez que os mercados tendem a ser estruturados e reestruturados por eles.

Contudo, o Estado não é uma força mística ou abstrata, mas também um campo de poder e de interesses contrários, controlado, na maior parte das vezes, pelos atores que detém o domínio sobre o Capital Econômico. Esta constatação corrobora a ideia de que o Capital Econômico é o capital mais empoderador e mais transacionável, no contexto do capitalismo, o que exige a compreensão de suas nuances e a sua relação com as demais formas de capital. Os atores que o detém, especialmente em mercados onde há alta concentração do mesmo, possuem a capacidade não apenas de se manter no poder, mas de manipular as estruturas do campo e de expulsar agentes indesejados.

Porém, um poder que pode ser ratificado pelo Estado, manipulado pelo Capital Econômico, que é vinculado ao capital cultural e que exerce influência, especialmente sobre as pré-disposições dos agentes do campo é o Poder Simbólico, fonte de determinação do viés do campo. Constatou-se haver uma constante disputa simbólica entre os agentes, de modo a garantir a predominância de um viés hegemônico sobre o campo, determinando a percepção a respeito do próprio campo, de seus produtos e do papel de cada agente a ele pertencente. Sua hibridez e sua natureza amorfa, o torna um trunfo em diversos contextos, sendo elemento-chave para a compreensão de disputas e de conflitos.

Por fim, foram tecidas considerações acerca da adoção da abordagem (5º objetivo específico), dos seus limites e de suas potencialidades. Por meio dessas reflexões se defende a ideia de que a construção social dos mercados é um fenômeno complexo e multifacetário, podendo ser abordada de diversas formas e por diversas perspectivas que dificilmente a esgotarão em um único estudo. Neste sentido, os trabalhos que compuseram a revisão puderam ser categorizados em dois grupos: aqueles que se dedicaram a delinear e mapear o campo social pertencente ao mercado investigado, e aqueles que, indo além, abordaram também sua dinâmica de poder e seus conflitos internos. Ambos colaboram para um melhor entendimento do campo econômico e, cada qual exige uma série de esforços investigativos distintos para que se alcance os objetivos esperados.

Os trabalhos analisados não apresentaram limitações decorrentes da adoção da abordagem, contudo, as próprias exigências intrínsecas à abordagem podem constituir limites à sua utilização. Devido a sua profundidade e polivalência, a praxiologia bourdieusiana se

mostra profícua para estas investigações, porém, dependente do nível de conhecimento e da capacidade do pesquisador de estabelecer corretamente o seu objeto e de construir o campo que será analisado. Não sendo, por exemplo, possível realizar a contextualização histórica do mercado, o resgate de sua trajetória, a apreensão de variadas percepções e a realização da delimitação do objeto, a investigação poderá vir a ser comprometida e, portanto, torna-se inviável.

A baixa quantidade de trabalhos analisados pode ser considerada uma característica limitadora deste trabalho, assim como o formato dos mesmos, uma vez que a limitação de extensão de artigos publicados em revistas não permite tanto aprofundamento, especialmente em seus aspectos metodológicos, o que dificulta sua análise. Entretanto, por terem objetos diferentes e, mesmo assim, apontarem para as mesmas propriedades em relação ao Campo Econômico, ainda que poucos, estes trabalhos se mostram profícuos no processo de compreensão desses fenômenos.

Além disso, esta pesquisa buscou colaborar com a disseminação da praxiologia bourdieusiana e com a disseminação da ideia urgente e fundamental de que os aspectos sociais são elementos indissociáveis dos fenômenos econômicos, devendo ser incorporados nas investigações dessa natureza. De forma prática, seus resultados poderão auxiliar pesquisadores que decidirem adotar a abordagem a compreendê-la melhor e a se concentrarem nos aspectos que se mostraram mais peculiares no Campo Econômico.

Utilizar Pierre Bourdieu, seja em um artigo científico ou em trabalho de conclusão de pós-graduação, exige dedicação e esforço no sentido de alcançar a profundidade de suas elaborações científicas que, não à toa, o colocaram em uma posição de destaque entre os nomes do pensamento contemporâneo. Entretanto, na mesma medida de sua complexidade é o seu retorno a aqueles que o adotam, ao gerar amadurecimento científico, assim como a ampliação do conhecimento e da percepção acerca dos fenômenos sociais e das relações de poder que eles ocultam, dos quais todos fazem parte e que, de uma maneira ou outra, com menor ou maior intensidade, todos colaboram para sua reprodução.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **A dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1985
- ALBINO, J. et al. Estratégia como prática: Uma proposta de síntese. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 9, n. 1-2, p. 2-14, jun. 2010.
- BACHELARD, G. **A filosofia do “não”**. São Paulo: Abril, 1984
- BHASKAR, R. **The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences**. Londres: Routledge, 2014.
- BORGES, A. F. et al. Contribuições do diálogo entre o realismo crítico e o construcionismo social para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 2, p. 391-405, 2016.
- BOURDIEU, P. Sport and social class. **Information International Social Science Council**, v. 17, n. 6, p. 819-840, 1978.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **Como é possível ser esportivo**. In. BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- BOURDIEU, P. **Cosas dichas**. Buenos Aires: Gedisa, 1988.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996a.
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996b.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, p. 116, 1997.
- BOURDIEU, P. A reasoned utopia and economic fatalism. **New left review**, n. 227, p. 125, 1998.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Las Estructuras Sociales de La Economia**. Buenos Aires: Manantial. 2002.
- BOURDIEU, P. **Ciencia de la ciencia y reflexividad. El oficio de científico**. Barcelona: Anagrama, 2003.
- BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP. 2003.
- BOURDIEU, P. **Para uma Sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70. 2004.

- BOURDIEU, P. Artigo: O campo econômico. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 15-58, 2005a.
- BOURDIEU, P. Sociologie. Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 176. 2005b.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo. Edusp, 2007b.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Buenos Aires: Siglo, 2008.
- BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **O Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. São Paulo: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.
- BRAIDA, C. Os desvios da questão ontológica. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 4, n. 1, p. 43-64, 2013.
- BREI, V. A. **Da necessidade ao desejo de consumo: uma análise da ação do Marketing sobre a água potável**. Tese (Doutorado). PPGADM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BREI, V; TADAJEWSKI, M. Crafting the market for bottled water: a social praxeology approach. **European Journal of Marketing**, v. 49, n. 3/4, p. 327-349, 2015.
- BRITO, V. G. P. **Estratégia como prática social e discursiva: um estudo sob a perspectiva da análise crítica do discurso**. Tese (Doutorado). CEPEAD. Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.
- BROOME, Marion E. **Integrative literature reviews for the development of concepts. Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia: WB Saunders Company. 2000.
- CARIA, T. H. História, reforma e lucidez em ciência: a reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 133-149, 2007.
- CATANI, A. M. et al. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 189-202, 2011.
- CHALAT, J. F. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991.

COLLET, F. Does Habitus Matter?: A Comparative Review of Bourdieu's Habitus and Simon's Bounded Rationality with Some Implications for Economic Sociology. **Sociological Theory**, v. 27, n. 4, p. 419-434, Dec 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

DIAS, A. T. B. B. B.; ROSSETTO, C. R.; MARINHO, S. V. Estratégia como Prática Social: um Estudo de Práticas Discursivas no Fazer Estratégia. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 393-412, 2017.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of management journal**, v. 50, n. 1, p. 25-32, 2007.

FADUL, E. M. C.; SILVA, M. A. M. Limites e potencialidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. **Revistade Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, p. 351-365, 2009.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, Sept./Oct. 2011.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, Dec. 2012.

FLINGSTEIN, N., DIOUN, C., 2015. Economic Sociology. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Oxford, v. 7. ed. 2. p. 67-72. 2015.

FUCIDJI, J. R. et al. Performatividade da ciência econômica: esclarecendo os termos e estabelecendo pontes. In: **Anais do XLIV Encontro Nacional de Economia**. 2018.

GERGEN, K.; THATCHENKERY, J. T. Organization Science as Social Construction: Postmodern Potentials. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 2, p. 228-249, 2004.

GERGS, H. J. Getting into the market. A sociological reconstruction of market-entry processes of East-German enterprises. **Soziale Welt-Zeitschrift Fur Sozialwissenschaftliche Forschung Und Praxis**, v. 52, n. 3, p. 297, 2001 2001.

GIDDENS, A. **Sociología**. Lisboa: Alianza Editorial, 2014.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão. **RAE - eletrônica**, v. 6, n. 1, jan./jun., 2007.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociological theory**, p. 201-233, 1983

HANAPPI, D. Economic Action, Fields and Uncertainty. **Journal of Economic Issues**, v. 45, n. 4, p. 785-803, Dec 2011.

HANDAYANI, W; HANIFFA, R; HUDAIB, M. A Bourdieusian perspective in exploring the emergence and evolution of the field of Islamic microfinance in Indonesia. **Journal of Islamic Accounting and Business Research**, v. 9, n. 4, p. 482-497, 2018.

HEIMAN, E. **Historia das doutrinas econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOON, C. Meta-synthesis of qualitative case studies: An approach to theory building. **Organizational Research Methods**, v. 16, n. 4, p. 522-556, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosacnaify. 2012.

JOURDAIN, A. Analysing the Symbolic Economy with Pierre Bourdieu: The World of Crafts. In: **Forum for Social Economics**. Routledge, 2018. p. 342-361.

KURUNMÄKI, L. Professional vs financial capital in the field of health care—struggles for the redistribution of power and control. **Accounting, Organizations and Society**, v. 24, n. 2, p. 95-124, 1999.

KUSHNIROVICH, N. Immigrant investors in financial markets: modes of financial behavior. **Journal of Business Economics and Management**, v. 17, n. 6, p. 992-1006, Dec 2016.

MARECKI, P. For Free: The Economics of Digital Literature. **Teksty Drugie**, n. 3, p. 457-471, 2015. ISSN 0867-0633.

MINTZBERG, H.; WATERS, J. Tracking strategy in an entrepreneurial firm. **Academy of Management Journal**, v. 25, n. 3, p. 465-499, Sept. 1982.

MONZO, E. Legal and translational occupations in Spain Regulation and specialization in jurisdictional struggles. **Translation and Interpreting Studies**, v. 4, n. 2, p. 135-154, 2009

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa: Europa-América, 1982.

MOTTA, F. C. P. O estruturalismo na teoria das organizações. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 10, n. 4, p. 23-41, Dec. 1970.

OLIVEIRA, S. R; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos Ebape. Br**, v. 7, n. 1, p. 88-98, 2009.

PARESCHI, L. How I Met My Publisher: Casual and Serial Intermediaries in First-Time Authors' Publication in the Italian Literary Field. **Cultural Sociology**, v. 9, n. 3, p. 401-424, Sep 2015.

PARNABY, P. F. A subtle kind of certainty: Market dynamics and symbolic violence in professional financial planning. **Pragmatics and Society**, v. 8, n. 1, p. 85-106, 2017.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. SAGE Publications, inc, 1990.

POPPER, K. R. **Conhecimento Objetivo: Uma abordagem evolucionária**. São Paulo: Editora USP. 1975.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 127-142, Feb. 2005.

RAUD-MATTEDI, C. Pierre Bourdieu's contribution to the new economic sociology. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 203-232, Nov 2007.

RIUS-ULLDEMOLINS, J. Why art galleries cluster? A sociological analysis of urban structure and dynamics of art market. **Revista Espanola De Sociologia**, v. 25, n. 2, p. 205-225, May 2016.

ROGER, A. Building an economic field with supranational supports? Lessons from wine production in Romania. **International Review of Sociology**, v. 23, n. 3, p. 597-621, 2013.

ROGER, A. Power in the field. Explaining the legitimisation of large-scale farming in Romania. **Sociologia ruralis**, v. 56, n. 2, p. 311-328, 2016.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. **Contextus**, v. 4, n. 1, 2006.

SANTOS, E. L. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 2, p. 209-228, 2017.

SERAFIN, M. Cacophony of Contestation: Forms of Voice and the Warsaw Taxi Market as a Field of Struggles. **European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie**, v. 57, n. 2, p. 259-295, 2016.

SERVA, M; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 46, n. 2, p. 10-21, Jun. 2006.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.

SINGLY, F. de. Bourdieu: nom propre d'une entreprise collective. **Magazine Littéraire**, Paris, n. 369, out. 1998.

SMELSER, N. J. SWEDBERG ,R.**The Handbook Of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press. 2005.

SOARES, R. S. **Aspectos estratégicos da expatriação a partir da abordagem da estratégia como prática social**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SOUSA FILHO, A. **Por uma teoria construcionista crítica**. Bagoas, v. 1, n. 1, p. 1-34, 2007.

SOUSA, M. R.; RIBEIRO, A. L. P. Revisão sistemática e meta-análise de estudos de diagnóstico e prognóstico: um tutorial. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 92, n. 3, p. 241-251, Mar. 2009.

SOUSA SANTOS, B. de. Introdução a uma ciência pós-moderna (3ª edição). **Rio de Janeiro: Graal**, p. 158-161, 2000.

SOUSA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas. 2006.

SUCKLING, C A. Chain work: the cultivation of hierarchy in Sierra Leone's cannabis economy. **Review of African Political Economy**, v. 43, n. 148, p. 206-226, 2016.

SWARTZ, David. **Culture and power: The sociology of Pierre Bourdieu**. University of Chicago Press, 2012.

SWEDBERG, R. The Sociology of Markets. **Current Sociology**, v. 35. m. 1, p. 105-119. Mar 1987.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, Nov. 2004.

SWEDBERG, R. The Economic Sociologies of Pierre Bourdieu. **Cultural Sociology**, v. 5, n. 1, p. 67-82, Mar 2011.

TERHORST, P.; ERKUS-OZTURK, H. Urban tourism and spatial segmentation in the field of restaurants: the case of Amsterdam. **International Journal of Culture Tourism and Hospitality Research**, v. 9, n. 2, p. 85-102, 2015.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 137-156, Jun. 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADÃO, J. A. D; SILVA, S. S. S. Justaposições da estratégia como prática e processo de estratégia: antes da visão pós-processual da estratégia. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 13, n. 2, 2012.

VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 1, p. 117-134, 2007.

VANDENBERGHE, F. O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. In: Vandenberghe, F. **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VIZEU, F. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do management. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 780-797, 2010.

WACQUANT, L. J. D. Présentation. **In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. Réponses: pour une anthropologie réflexive.** Paris: Seuil, 1992.

WANDERLEY, F. Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica. Notas sobre os estudos sociológicos de mercado. **Sociedade e Estado.** Nova Sociologia Econômica. Vol 17 (1), Brasília: UNB, pp:15-38, 2002

WEIK, E. Switching labels: The role of Weberian ideas in market change. A case study of the German wine market. **Culture and Organization**, v. 22, n. 5, p. 430-451, 2016.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005.

WU, Q. Y.; ZHANG, X. L.; WALEY, P. When Neil Smith met Pierre Bourdieu in Nanjing, China: bringing cultural capital into rent gap theory. **Housing Studies**, v. 32, n. 5, p. 659-677, 2017.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2015.

ZWICK, E; SILVA, I. C; BRITO, M. J. Estratégia como prática social e teoria da ação comunicativa: possíveis aproximações teóricas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 384-400, 2014.